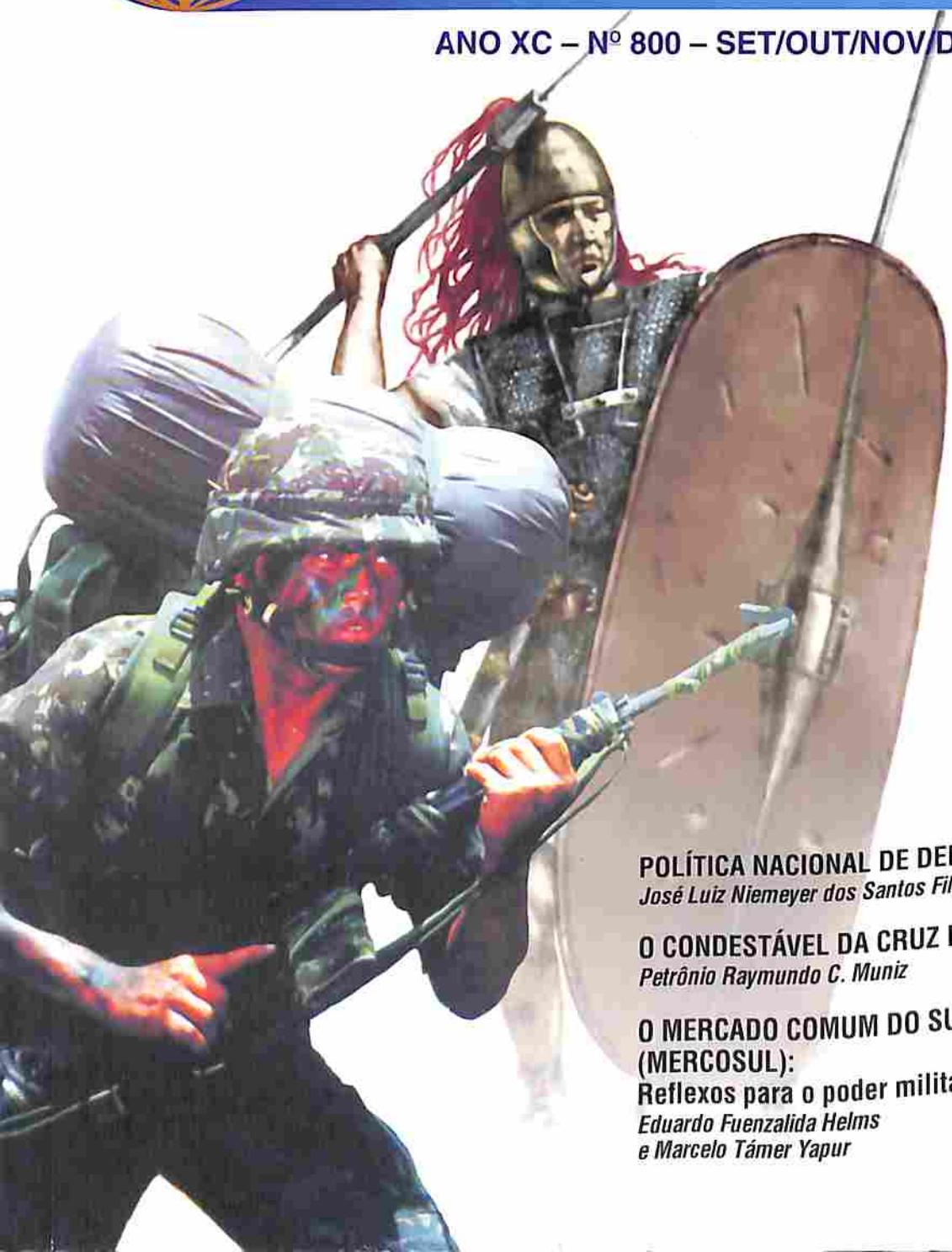




A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO XC - Nº 800 - SET/OUT/NOV/DEZ DE 2004



POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

José Luiz Niemeyer dos Santos Filho

O CONDESTÁVEL DA CRUZ DE LORENA

Petrônio Raymundo C. Muniz

O MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL):

Reflexos para o poder militar

Eduardo Fuenzalida Helms

e Marcelo Támer Yapur

X.1
2004/2005



EDITORIAL

História militar

Um grupo de jovens oficiais do Exército e da Marinha, liderados pelo então Capitão Severino Sombra, fundou o atual Instituto de Geografia e História Militar do Brasil - IGHMB -, a primeira instituição destinada ao estudo da Geografia e da História militares no mundo. Só depois da Segunda Guerra Mundial, os EUA e a Europa iriam organizar institutos semelhantes e com o mesmo objetivo. O estudo da História Militar ganhou importância e logo foi acolhido e desenvolvido pela área militar e acadêmica dos países desenvolvidos. Tornou-se instrumento de planejamento estratégico e político e base para o desenvolvimento das doutrinas de emprego do poder militar daqueles países. Enquanto isso, no Brasil, tais estudos ficaram restritos à caserna, com sério prejuízo para o governo, para a sociedade, para a área acadêmica e para as próprias Forças Armadas.

Em julho de 2004, iniciou-se o 2º Curso de Especialização *lato sensu* em História Militar, oferecido pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO -, em convênio com o Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército Brasileiro- DEP-, com a interveniência e coordenação do IGHMB.

São 28 alunos que deverão concluir o curso em dezembro de 2005. A iniciativa dos cursos - o primeiro foi realizado da mesma forma nos anos de 2000-2001 - foi dos presidentes do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Professor Arno Wehling, e do IGHMB, Cel Luiz Paulo Macedo Carvalho. O objetivo é formar um núcleo de especialistas para as escolas militares e para a Universidade e, assim que possível, realizar, além dos cursos de especialização, cursos de mestrado e doutorado, o que elevará o estudo da História Militar da chamada "história batalha", restrita às operações militares, em relação à historiografia atual, para que a guerra seja vista e analisada na sua plenitude de fenômeno social, econômico e político que marca o destino dos povos. Isso só poderá ser feito com a integração da área militar - técnica - com a área acadêmica - científica.

A Defesa Nacional registra o 2º Curso como um fato auspicioso e felicita professores e alunos nele empenhados nas pessoas de seus idealizadores, o Professor Arno e o Coronel Macedo.

Parabéns à UNIRIO, ao DEP e ao IGHMB.

SUMÁRIO

HISTÓRIA MILITAR: UMA ABORDAGEM	3
<i>Nilson Vieira Ferreira de Mello</i>	
O CONDESTÁVEL DA CRUZ DE LORENA	7
<i>Petrônio Raymundo C. Muniz</i>	
SOLANO LÓPEZ – NAPOLEÃO OU ÁTILA DO PRATA?	16
<i>Aureliano Pinto de Moura</i>	
IRAQUE: PETRÓLEO, HISTÓRIA E GUERRA	31
<i>Luiz Paulo Macedo Carvalho</i>	
A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO ACRE, DE LEANDRO TOCANTINS	41
<i>Carlos de Meira Mattos</i>	
O MINISTÉRIO DA DEFESA ESTÁ CONSOLIDADO?	44
<i>Leonardo Ramalho Rodrigues Alves</i>	
POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	51
<i>José Luiz Niemeyer dos Santos Filho</i>	
O MINISTÉRIO DA DEFESA E OS MILITARES	53
<i>Jarbas Passarinho</i>	
INDÚSTRIA DE DEFESA	55
<i>José Carlos Albano do Amarante</i>	
NOVAS ARMAS ÚTEIS	65
<i>Iberê Mariano da Silva</i>	
O MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL): REFLEXOS PARA O PODER MILITAR	69
<i>Eduardo Fuenzalida Helms e Marcelo Támer Yapur</i>	
A FORÇA AÉREA E A DEFESA AEROESPACIAL DA NAÇÃO BRASILEIRA	79
<i>Manuel Cambeses Júnior</i>	
ASCENSÃO E QUEDA DA CIVILIZAÇÃO GLOBALIZADA	81
<i>Mauro Porto</i>	
TERRORISMO: Terrorismo, globalização e os EUA	91
<i>J. O. de Meira Penna</i>	
Terrorismo internacional	92
<i>Carlos de Meira Mattos</i>	
O terrorismo e a convenção de Genebra	93
<i>Jarbas Passarinho</i>	
DA IMPRENSA: Vozes sob os escombros	96
<i>Jorge Baptista Ribeiro</i>	
Também não existirá um “Brasil profundo”? Só o tempo dirá	98
<i>Bertrand de Orleans e Bragança</i>	
Duas lições	100
<i>Raymundo Negrão Torres</i>	
Conhecer a história não é revanchismo	101
<i>Agnaldo Del Nero Augusto</i>	
O submarino nuclear	103
<i>Luís Nassif</i>	

História Militar: Uma abordagem*

*Nilson Vieira Ferreira de Mello***

Palavras iniciais

Os dirigentes e coordenadores deste curso, iniciativa pioneira que a UNIRIO acolheu com louável e decisivo empenho, convidaram-me para falar sobre o objeto que os senhores escolheram para sua especialização cultural: a História Militar.

Para desincumbir-me desta honrosa missão, tenho apenas a oferecer-lhes a minha fascinação por este ramo da História Geral, com a qual espero robustecer-lhes a opção de estudar as coisas da guerra sob o prisma da História.

A guerra e a História

Com efeito, é da guerra que se ocupa a História Militar, através de estudos metódicos sobre suas origens, evolução e repercussões em outros campos das atividades humanas. Enquadrada pela História Geral, ela não se limita a examinar apenas as batalhas e o desempenho dos que dela participaram e comandaram. Seu campo de interesse é muito mais amplo, levando-a a relacionar-se com a política, a economia, a geografia, a sociologia, a psicologia, a estratégia, as ciências de um modo geral e com as tecnologias por estas geradas.

Fenômeno constante do processo histórico desde os mais recuados tempos, há quem considere

re a guerra inerente à natureza humana, da qual até mesmo a luta pela sobrevivência, comum aos homens e aos animais, seria dela uma expressão elementar.

Anatole France¹ escreveu que “as causas principais da guerra são as mesmas no homem e no animal, que lutam um e outro para pegar ou conservar a presa, ou para defender o ninho ou o covil, ou para gozar de uma companheira”. Nesta mesma linha de argumentação, Hobbes² afirmava que a “a condição do homem... é a guerra de todos contra todos”, e Maistre³ chegava mesmo a sacralizá-la, ao dizer que “a guerra é, pois, divina em si mesma, já que é uma lei do mundo”.

Outros, ao contrário, negam-lhe a qualidade de coisa natural e inevitável, como Ortega Y Gasset⁴ para quem “a guerra não é um instinto, mas um invento. Os animais desconhecem-na, e é de pura invenção humana, como a ciência e a administração”.

Contudo, a despeito dos pacifistas considerarem-na uma aberração desvinculada da natureza humana, a guerra está hoje tão presente no mundo como sempre esteve no passado, a despeito dos ingentes esforços de pessoas e organizações de todas as épocas para eliminá-la. Religiões e filosofias têm procurado limitá-la ou prescrevê-la sem muito sucesso, até porque elas mesmas – filosofias e religiões – recorrem à guerra quando dela podem obter enganosos benefícios.

* Aula inaugural do II Curso de Especialização em História Militar da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, proferida em 15 de julho de 2004, no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB.

** O autor é Coronel de Cavalaria e Estado-Maior, historiador e sócio honorário do IGHMB.

¹ Anatole France: Escritor francês (1844-1924). Autor de romances históricos e de costumes. Escreveu *Opiniões do Senhor Jérôme Coignard*. Prêmio Nobel em 1921.

² Hobbes (Thomas): Filósofo inglês (1588-1679). Interessava-se pela matemática, pela física e pela política. Escreveu *Leviatã*.

³ Maistre (Joseph): Escritor e filósofo francês (1753-1821). Escreveu *Os Serões de São Petersburgo*.

⁴ Ortega Y Gasset (José): Filósofo e escritor espanhol (1883-1955). Escreveu *El Tema de Nuestro Tiempo, Rebelión de Las Masas*, entre outras obras.

Hoje vive-se a permanente tensão provocada pela banalização da violência, e não apenas das guerras, ressalte-se, mas do crime organizado, do narcotráfico, bem como do terrorismo político e religioso, praticado em escala mundial. Nessa atmosfera carregada de ameaças, é temerária a adoção de uma atitude complacente com a escalada da violência em nome do pacifismo, da defesa dos direitos do homem ou de outro qualquer nobre sentimento otimista que não se baseie na realidade. A propósito, convém citar de novo Ortega Y Gasset, para quem “o pacifismo está perdido e se converte em mera beatice, se perde de vista que a guerra é uma genial e formidável técnica de vida e para a vida”.

Enfim, a guerra, que baliza todo o desenrolar do processo histórico, é um fenômeno atual por mais que deploremos esta verdade. A repulsa moral que ela nos causa não pode servir de pretexto para a recusa em considerá-la e estudá-la lucidamente, até mesmo para evitá-la ou restringi-la. Felizmente, há hoje um crescente interesse em se compreender melhor a guerra através de pesquisas e estudos sistemáticos, realizados em centros especializados e em universidades, particularmente na Europa e na América do Norte, incluindo o Canadá. O curso que os senhores ora iniciam está dentro dessa tendência. Sua criação deve-se à visão e à persistência do presidente desta casa que hoje nos acolhe, o Cel Luiz Paulo Macedo Carvalho, que logrou sensibilizar, com argumentos valiosos, altas autoridades militares, bem como dirigentes e professores da UNIRIO, universidade esta que se tornou pioneira, na América Latina, ao fazer funcionar, no ano passado, o primeiro curso de especialização em História Militar.

Na tentativa de situar no tempo o início do emprego da violência organizada, vale dizer o surgimento dos exércitos e dos estados, diria que isto ocorreu quando as comunidades nômades de caçadores-colhedores descobriram técnicas de cultivo de vegetais e de criação de animais e

tornaram-se sedentárias. Com a extensão e aperfeiçoamento da agricultura, vieram os excedentes de produção e, com eles, as rivalidades tribais na disputa desses excedentes e das melhores terras e mais abundantes mananciais de água. A essas causas de conflitos, diria *materialistas*, somavam-se outras, *psicológicas*, como inveja, ganância, vingança de afrontas e humilhações, rompimento de alianças, rapto de mulheres etc.

A forma de produção resultante do sedentarismo exigiu novas regras de convivência e de defesa da comunidade. Surgiram estruturas autoritárias e, com elas, a organização do trabalho e a designação das tarefas de segurança. Numa tentativa de síntese muito imperfeita, aponto esse instante como o da criação do estado e do exército, ambos intimamente ligados desde o nascimento. Essa estrutura rudimentar foi evoluindo ao passar dos séculos até atingir as grandes estruturas dos estados da Mesopotâmia e do Egito. Daí em diante, cresce sempre o número e a qualidade dos documentos postos à disposição dos estudiosos do processo histórico, marcado pela alternância entre guerra e paz.

O estilo ocidental de guerra mergulha suas raízes na Grécia clássica. Foi nas cidades-estados helênicas que se organizou a falange, extraordinário instrumento de combate, mais tarde sucedido pela legião romana. Os gregos foram os primeiros a pretender justificar as guerras como instrumento da justiça e da política estrangeira, objetivando o fortalecimento da ordem social. Professavam o *militarismo cívico* segundo o qual o Estado ideal é baseado na existência de cidadãos livres, que se autogovernam, permanentemente treinados e armados para a guerra. Colocavam as virtudes cívicas no mesmo nível das virtudes marciais, as quais eram consideradas como essenciais à preservação da concepção helênica de estado.

Com o fim da Guerra do Peloponeso, surgiram as primeiras manifestações de um verdadeiro pensamento militar teórico, certamente esti-

mulado pela intensa efervescência intelectual, registrada na Grécia no quinto século antes de Cristo, o século de Péricles. A educação, que fora antes uma tarefa familiar realizada na intimidade dos lares, ganha as praças públicas, levada por sábios em variadas disciplinas. Ensinavam tudo, desde filosofia e matemática até ramos do saber mais específicos, como a retórica, necessária à ascensão política num ambiente democrático, no qual argumentar e convencer eram essenciais. Platão,⁵ discípulo de Sócrates,⁶ funda a *academia*, assim chamada porque localizava-se nos jardins do herói grego *Academo* e nela os *sofistas*, que consideravam a arte da guerra uma forma de saber como tantas outras, portanto suscetível de ser ensinada e aprendida, ministravam ao ar livre verdadeiros cursos da arte de comandar. Porém, a mais notável contribuição desses mestres itinerantes ao processo original da teoria da guerra foi a produção de literatura didática, verdadeiros manuais técnicos redigidos em prosa. Como a escolha dos chefes dos exércitos atenienses fazia-se pelo voto popular, a indicação de um *estratego* tornou-se um tema importante da retórica política, e as questões militares parte integrante da abordagem racional e sistemática da educação.

Xenofonte,⁷ combatente experimentado em diversas campanhas, escreveu *As Helênicas*, que muitos consideram como a continuação da obra de Tucídides,⁸ intitulada *A Guerra do Peloponeso*.

Uma consequência curiosa dessa *racionalização* da guerra é a construção ideológica do inimigo. Esse trabalho intelectual de representação do adversário acabava por levar a uma definição

de si mesmo. Heródoto,⁹ quando descrevia os persas, idealizava-os como sendo o inverso dos gregos, portanto inferiores.

Segue-se, no desenrolar do processo histórico, a legião romana e seus extraordinários feitos na construção e manutenção do enorme império, responsável por colossal progresso da humanidade. Daí por diante, fluem os episódios da História Militar, num encadeamento de causas e efeitos repleto de dramáticos e empolgantes episódios.

Palavras finais

Pretendi mostrar, com este superficial e sumário exame da História, que a guerra é um fenômeno presente em todas as etapas da evolução da humanidade. No século XX, que acabamos de ultrapassar na virada do milênio, ocorreram centenas de guerras, inclusive duas de caráter total e mundial, além de inúmeras outras de diferentes naturezas que não cabe aqui citar. Mas é imperioso mencionar o surgimento da guerra nuclear, cujos efeitos catastróficos, em grau nunca dantes suspeitado, mergulhou o mundo todo na expectativa da sua própria destruição. A costumeira distinção entre combatentes e populações civis, tão enfaticamente estabelecida pela Convenção de Genebra, não mais protege os habitantes das áreas conflagradas, nem mesmo quando a tecnologia disponível alardeia sua capacidade de realizar ataques *cirúrgicos* a alvos situados no território do adversário. A ameaça de ataques nucleares, químicos e biológicos, mesmo em tem-

⁵ Platão: Filósofo grego (427-347 a.C.), discípulo de Sócrates. Fundou, em Atenas, a academia. Escreveu *A República*.

⁶ Sócrates: Filósofo grego (470-399 a.C.). Serviu no Exército ateniense. Caráter reto e incorruptível, foi apontado pelo oráculo de Delfos como o mais sábio dos gregos.

⁷ Xenofonte: Filósofo e escritor grego (430-355 a.C.). Discípulo de Sócrates, escreveu obras sobre o mestre e ensaios sobre história e filosofia política e, até mesmo, sobre equitação. Autor do livro *Anabase* no qual conta as campanhas de Ciro.

⁸ Tucídides: Historiador grego (460-395 a.C.). Viveu no século de Péricles, o mais brilhante da cultura grega. Em 424 a.C. foi eleito estratego para combater na Trácia. Escreveu *História da Guerra do Peloponeso*.

⁹ Heródoto: Historiador grego (V século a.C.). É chamado Pai da História. Escreveu diversas obras, entre as quais relatos referentes às guerras greco-pérsicas.

po de paz, por organizações terroristas e – quem sabe? – do narcotráfico e de outras modalidades do crime organizado, assombra e intranqüiliza a humanidade toda.

Daí o interesse crescente dos estudiosos pelo fenômeno da violência, cuja manifestação culminante é a guerra. Surgiu até mesmo uma nova disciplina, a *Polemologia*, quando Gaston Bouthouf fundou em Paris, em 1945, o Instituto Francês de Polemologia, termo extraído do grego *polemo* (disputa, discussão, controvérsia), e que, desde então, tem provocado fecundas *polêmicas*, para aproveitar derivação portuguesa da mesma expressão grega. Aliás, é bom lembrar que, em Atenas, o chefe dos exércitos recebia o título de *polemarco* e era um dos 12 *arcontes*.

Há quem diga que estudar uma guerra é a melhor maneira de perder a próxima. Esta colocação, um tanto cínica, inspirou um certo abandono da História Militar nos exércitos de muitos países, inclusive no nosso, nas décadas de 1950 a 1970. O incremento das guerras irregulares nessas décadas, para cujo entendimento não cabia recurso à História, talvez tenha contribuído para isso.

Referências bibliográficas

BEAUFRE, André. *Introdução à Estratégia*. BIBLIEX, 1998. Rio de Janeiro.

BOUTHOUL, Gaston e CARRÈRE, René. *Le Défi de la Guerre*. Presses Universitaires de France-1976. Paris.

DAWSON, Doyne. *As Origens da Guerra no Ocidente*. BIBLIEX 1999. Rio de Janeiro.

FULLER, J.F.C. *A Conduta da Guerra*. BIBLIEX, 1997. Rio de Janeiro.

HART, Lidell. *Estratégia*. BIBLIEX, 1966. Rio de Janeiro.

L'Histoire - *L'Es Homme et la Guerre*. Société d'Éditions Scientifiques. Jul/Ago 2002. Paris.

WRIGHT, Quincy. *A Guerra*. BIBLIEX, 1988. Rio de Janeiro.

Afinal, as guerras irregulares eram estudadas principalmente pelos seus aspectos operacionais, capazes de sugerir soluções imediatas para os prementes problemas que elas suscitavam em tantos países da Ásia, da África e da América Latina.

Atualmente, a situação é bem outra: cresce o interesse pelo estudo da História Militar em toda parte, não somente nas escolas militares, mas, sobretudo, nos meios acadêmicos. A presença dos senhores aqui é um exemplo, que espero frutifique sob a forma de iniciativas semelhantes em outras universidades do País.

Essa é a abordagem da História Militar que escolhi para apresentar aos senhores. Em aula inaugural de curso do nível deste, a boa praxe aconselha erudição e sapiência no trato do assunto. Mas como *não se dá o que não se tem*, ofereço-lhes o que tenho em abundância: fascínio e entusiasmo pela História Militar, repositório da memória dos grandes sofrimentos da humanidade, mas também das mais nobres virtudes e dos mais belos gestos dos seres humanos.

Muito obrigado e sejam felizes no curso que estão iniciando. ☺

O Condestável da Cruz de Lorena

Petrônio Raymundo C. Muniz*

RESUMO

Charles De Gaulle e sua esposa, seu patriotismo, seus pensamentos e suas ações são o objeto deste ensaio, extraído de palestra proferida, em 18 de junho de 2002, no auditório do IGHMB.

PALAVRAS-CHAVE

Charles De Gaulle, França Livre, Terceira República Francesa.

"Eu mantive a impressão, em contato com esse alto e fleugmático homem – aqui está o Condestável de França."

Winston Churchill, maio de 1940.

Primavera de 1927. Na *École Supérieure de Guerre*, um marechal da França dignava-se a apresentar pessoalmente àquele areópago o conferencista do dia: um simples capitão de Infantaria, alto e taciturno. Aos circunstantes, respeitosamente atentos, disse-lhes o vencedor de Verdun: "Senhores, ouçam o Capitão De Gaulle... Ouçam-no com atenção, pois dia virá em que a França reconhecida apelará para ele."

Nenhum dos presentes, fosse ele Henry-Philippe Petain ou Charles-André Joseph Marie De Gaulle, poderia dimensionar ou sequer intuir o conteúdo dramaticamente profético daquela apresentação.

Os deuses, para afastar dos homens maiores tormentos nesta vida, negaram-lhes o poder de desvendar o futuro. Assim, por mercê divina e fraqueza humana, foram, naquele instante, poupadados não só os poucos privilegiados assistentes à reunião mas todo o povo francês de antever as circunstâncias apocalípticas em que, 13 escassos anos depois, aquele apelo haveria de ter lugar.

Verão de 1940. A beleza festiva da natureza emoldurava o crepe da agonia de uma nação guer-

reira. Ante um universo aturdido e estupefato, desenrolavam-se os últimos lanços da maior catástrofe militar dos tempos modernos. O Exército francês, exemplo do mundo, espelho da existência de glórias da sua nação, estava batido. Desintegrara-se.

A Terceira República, em meio ao caos incontrolável, ao espírito de abandono e ao pânico generalizado, perdera o rumo. Soçobrava celerrimamente, açoitada pelas vagas da invasão. Estertorava.

E, com o presente brutalmente esfacelado pela debacle militar, desacreditou no futuro. Desacreditando, comprometeu-o, afrontando o próprio passado, crendo, dessa feita, ceder a um destino inevitável.

Defrontada com o dilema inexorável de prosseguir a guerra fora das fronteiras metropolitanas, já cobertas pela maré montante do inimigo, ou cessar todas as hostilidades em separado, a Terceira República fez a sua escolha. Pediu armistício. Confessava-se definitiva e inapelavelmente vencida, decorridos apenas 39 dias do lançamento da ofensiva alemã, ocorrida na madrugada de 10 de maio.

Por isso, a mesma voz que, 24 anos antes, repetira a imortal divisa *Ils ne passeront pas* por

* O autor é historiador.

sobre as ruínas sangrentas mas inexpugnadas do campo fortificado de Verdun informava, agora, a um povo em estupor haver demandado ao inimigo um meio honroso de pôr termo à luta. O frio e as sombras envolveram as terras de França em pleno calor do estio.

Naquele ocaso trágico de uma nação soberana, um pequeno avião voou rumo à Inglaterra. Nos longes da História, ressurgiam os torreões dos catelos-fortes acometidos, cinco séculos antes, por Joana, a Camponesa de Domrémy, em celeste missão de libertar o mesmo país de outro invasor.

Na cabine da aeronave, um homem seguia para o desterro. Expatriava-se voluntariamente naquela hora terminal. Náufrago isolado, arriscava de uma só vez tudo para quase todos: nome, família, posição, carreira, futuro. De seu nada lhe restava, salvo a própria vida.

Mas esse homem solitário levava consigo, naquele pequeno aeroplano, a honra da França.

Jamais a grandeza fora tão pungentemente descrita como nessas poucas palavras do único homem que, naquela ocasião, era também grande bastante para dimensioná-la e senti-la - o indomável Leão Britânico Winston Churchill.

Na gesta gaulesa surgia, agora, do fundo dos tempos e no torvelinho da tragédia, o seu mais puro e autêntico herói.

Obedecendo ao que definiu como o apelo mudo mas imperativo da França, o filho cujo nome confundia-se com o da mãe-pátria seguia para o seu encontro marcado com o destino.

Cometimento extraordinário, intraduzível pela frase, inconcebível pela imaginação, inexistente nos registros da História: um homem isolado, desvalido de força ou de quaisquer das formas clássicas de legitimidade - eleição, mandato ou direito hereditário - assumir os destinos do seu país na encruzilhada fatal da sua existência.

Do início dessa fabulosa saga, testemunhamos as *Memoires de Guerre*:

“Diante do vazio aterrorizante da renúncia geral, minha missão apareceu de vez, clara e ter-

rível. Nesse momento, o pior da sua história, cabia a mim assumir a França.”

*La France a perdu une bataille!
Mais la France n'a pas perdu la Guerre.*

Quanto à natureza da missão clara e terrível a executar, nenhuma dúvida:

“O que eu estava resolvido a salvar era a nação francesa e o Estado francês. O que eu tinha de trazer de volta à guerra não eram apenas os franceses mas a França.”

O trazer de volta à guerra envolvia e transcendia infinitamente mais que a sublime luta pela redenção da honra de uma nação. Importava, sim, profeticamente, no conceito da natureza mundial do conflito do qual as operações franco-alemães eram apenas o prelúdio.

Rien est perdu parce que cette guerre est une guerre mondiale.

O trazer de volta à guerra representava a via dolorosa irremível de assegurar à França uma posição de relevância no mundo futuro, garantindo-lhe o lugar de prestígio que então *par droit de conquête* lhe caberia na História.

Il faut que la France, ce jour-là soit présente à la victoire.

Alors, elle retrouvera sa liberté et sa grandeur.

Acreditar nesses postulados em meio a catástrofe total, naquele sombrio junho de 1940, raríssimos visionários poderiam fazê-lo. Agir, em consequência, em perfeita sanidade mental, somente um homem seria capaz. Porque, para tanto, necessitaria conduzir a própria França em si mesmo, como o expressou, em iluminadas palavras, André Malraux.

Proclama-o, insuspeitamente, Edmond Pognon em seu livro admirável:

“Houve um momento na história da França em que ela existiu unicamente através desse ser, quando encarnou-se inteiramente nele, quando, no rigor dos termos, ele foi a França.”

A gênese dessa situação sem paralelo encontramos indubitavelmente na *certaine idée* do General sobre a sua pátria, expressa com estilo impecável em trecho antológico das *Memoires de Guerre*.

Admirando-a misticamente como a princesa de um conto de fadas ou a Madona dos afrescos, acreditava-a votada a um destino eminentemente excepcional, incompatível com quaisquer outros objetivos menos grandiosos. “A França tal como a vejo não pode ser a França sem a grandeza.”

La France ne peut éter la France sans la grandeur.

Esses nobilitantes sentimentos quedar-se-iam ignorados no limbo das boas intenções, não partissem eles de um homem excepcional, de um caráter *hors de pair* irredutivelmente convicto de que sua pátria haveria de atravessar provas gigantescas, consistindo a missão de sua vida em prestar-lhe alguns serviços assinalados quando chegada fosse a ocasião.

Desvendando sua personalidade e filosofia de vida no surpreendente *Lè fil de l'épée* (um dos melhores estudos já escritos sobre a liderança), o General projeta-se por inteiro, quando analisa um dos elementos essenciais ao líder ideal de homens - o caráter.

Face à “*l'évenement, c'est à soi même que recourt l'homme de caractère Son mouvement est d'imposer à l'action as marque, de la prende à son compte, d'em faire son affaire.*

Loin de s'abriter sous la hiérarchie, de se cacher dans les textes, de se couvrir de comptes rendus, lè voilá qui se dresse, se campe et fait front.”

E, em trágica premonição da catástrofe de 1940, explicita o seu comportamento ao profetizar:

“Mas, quando os acontecimentos se tornam graves, o perigo premente, quando a salvação comum exige iniciativa imediata, o gosto do risco e a solidez... Uma espécie de vagalhão profundo impede ao primeiro plano o homem de caráter. Onde já se viu uma grande tarefa ser realizada sem que um homem de caráter sinta irresistível necessidade de agir?”

Finalmente, rompendo de golpe entre o formalismo e o essencial, deixa evidente que, nas gran-

des crises, os padrões regulamentares podem e devem ser ultrapassados, exemplificando-o por meio de concludentes exemplos históricos:

“Nada teria sido conseguido se esses homens tivessem cedido aos conselhos da mesquinha prudência ou às sugestões de uma covarde modéstia. Mais do que isso, aqueles que realizam grandes coisas devem ignorar as convenções de uma falsa disciplina.

Assim, Lyautey conservando o Marrocos, a despeito de ordens superiores. Assim, em 1914, Lanrezac, salvando o seu exército depois de Charleroi, rompendo o combate, a despeito das instruções recebidas; e, após a batalha naval da Jutlandia, ocasião perdida pelos ingleses de destruir a armada alemã, Lord Fischer, Primeiro Lorde do Almirantado, ao receber os relatórios do Almirante Jellicoe, comandante da frota britânica, lamentava com tristeza: ‘Ele tem todas as qualidades de Nelson, salvo uma: não sabe desobedecer’.”

Portanto, a conduta do General, militar exemplarmente disciplinado, poderia ter surpreendido a muitos, exceto a ele próprio. O *divortiorum aquarum*, traduzido no Apelo aos Franceses, de 18 de junho de 1940, trouxe tão somente ao conhecimento público uma vida cuja existência anterior havia sido uma preparação para essa hora e essa prova.

Corrobora esse juízo o trecho de Maurice Druont, escrito com o estilo e a autoridade de membro da Academia Francesa:

“Parece que ele (o General) jamais tenha duvidado, desde a infância, do papel excepcional que haveria de representar.

Esse papel seu orgulho reclamava, sua intuição anuncava, seu pensamento nisso se preparava e sua paciência o aguardava.”

Ele estava pronto. Senão, como teria mostrado, desde logo, uma tal certeza de si e uma tal exigência serena ao tratar de igual para igual as nações, quando era apenas um homem só, exilado de sua própria pátria?

Essa conjunção de circunstâncias extraordinárias, única e certamente a última na história

dos povos, possibilitou o milagre desconhecido de todas as teorias políticas.

Uma nação imersa na derrota, presa do desespero e da vergonha, ouvir ser proclamada, com o mundo inteiro por testemunha, em verdadeiro ato de fé, esperança e orgulho, a crença inabalável na sua ressurreição.

Afortunada França, que nas trevas do infiúcio encontrou tal filho respondendo-lhe o apelo.

Ah, mère, tels que nous sommes, nous voici pour vous servir.

A recusa em aceitar como definitiva a derrota militar no território metropolitano, com fundamento nas razões cartesianamente argüidas de *l'honneur, du bons sens et de l'intérêt supérieur de la Patrie*, corporificadas no imortal documento, deu assim pública forma ao extraordinário contrato entre dois protagonistas não menos extraordinários: um homem predestinado e uma pátria em agonia.

Pacto *sui generis* cuja resistência, a três décadas de acontecimentos sem precedentes, a todos enseja a perspectiva temporal suficiente para o dimensionamento da sua grandiosidade, alcance e profundidade excepcionais.

Negando obediência às decisões de um governo em dissolução e reconhecendo um regime incapaz de assegurar a soberania e a independência do país, com violação à ordem moral de um povo que, desde Vercingetorix, jamais se curvara à submissão, pôde o Estado francês, naquele instante supremo, encarnado na figura onímoda do mais ilustre dos seus filhos, ter garantida a continuidade das suas verdadeiras instituições. E muito mais ainda. Ver anunciada *urbi et orbi* a legitimidade intrínseca de um movimento insurrecional de oposição ao ordenamento formalmente jurídico, emanado de uma assembléia nominalmente existente.

Esse paradoxo imenso, a legitimidade na exceção, ousou reivindicá-lo o General. E o mais formidável: transmudá-lo em idéia-força e jurisdicioná-lo, fazendo-o aceitar como legalmente válido.

Conseguiu-o na sua solitária odisséia o General, por ser não um chefe de partido ou facção política no exílio, ou comandante militar na disputa do poder, mas a expressão corpórea da alma imortal da própria França.

Pôde fazê-lo unicamente o General, na qualidade de homem de Estado, ciente, como Aristóteles, da distinção entre o justo natural e o justo legal e, por isso mesmo, consciente do caminho a seguir nessa encruzilhada fatal.

Não afrontou a ordem jurídica existente em função do desvalor dos seus preceitos, mas para legitimá-la no sentimento ancestral de um povo e nos objetivos permanentes de uma nação cuja primeira aspiração é o existir. Mas existir *libre, dans l'honneur et dans l'indépendance*.

Contestou a ordem jurídica de fato e de direito, para não permitir que aquele mesmo ordenamento, inadaptado estruturalmente às crises e emergências excepcionais, viesse a transformar-se, sem clamor algum de protesto, no sudário de morte dos Estado francês.

Porém nem mesmo a convicção inabalável da justeza do seu gesto histórico em assumir a França o confundiu quanto à natureza de exceção da legitimidade profunda que encarnava, oriunda daquele apelo vindo do fundo dos séculos.

A desconcertante resposta, entre gentileza e ironia, a Henry Queuille, em Argel, no ano de 1943, remarcando-lhe o caráter insurrecional do governo que integrava, ressalta, no âmago de uma situação de fato, a dominância de um raciocínio sob cânones eminentemente jurídicos e sua conformidade ao aspecto legal da legitimidade.

O grande cabo de guerra, por sua formação humanista (*au fond des victoires d'Alexandre on retrouve toujours Aristote*), pelo conhecimento profundo das lições da História e por uma visão inigualável de estadista, sabia e, muito mais que isso, sentia, no poder de fato, que assumira a imprescindibilidade da autoridade legal inerente ao Estado. Pois, como já dito alhures, só a ordem jurídica define uma nação civilizada; só

ela lhe desvenda e realiza o futuro; só ela eterniza e marca, na universalidade das nações, o lugar de um verdadeiro Estado.

Como bem salienta Guy Mollet, em recente obra sobre a Constituição Francesa de 1958, a idéia que, cumprindo o seu dever em 1940, pudesse ser taxada de ilegitimidade, mesmo quando o poder legítimo abdicava, lhe era insuportável.

O estabelecimento de uma estrutura de governo de caráter provisório, o reconhecimento internacional da França Livre, a manutenção do princípio da soberania do povo francês e das instituições legítimas do Estado republicano – vale dizer, a jurisdicionalização de sua conduta histórica – foram-lhe preocupação dominante desde a primeira hora.

Atormentava-o a idéia de que tudo aconteceria pela vacância, na legislação francesa, de mandamento que assegurasse ao Presidente da República, sem ruptura da legitimidade constitucional, poderes suficientes para enfrentar situações de gravidade excepcional e manter, nessas conjunturas, a independência e a integridade do país.

Daí porque, em coerência tenaz com o seu passado, em 1958, quando de volta à dignidade de chefe do Governo, fez incluir nos dispositivos da Carta Magna Francesa, durante os trabalhos de reforma constitucional, o atual artigo 16, que assegura ao chefe do Estado os poderes necessários para tomar as medidas exigidas pelas circunstâncias, quando as instituições da república, a independência do país, a integridade do seu território ou o cumprimento dos seus compromissos internacionais estiverem ameaçados de maneira grave e imediata e o funcionamento dos poderes públicos constitucionais estiver interrompido.

Em 1940, eram inexistentes poderes que permitissem ao Presidente Lebrun transportar-se a Argel e continuar a guerra, compelindo-o a convocar *in extremis* o venerando Marechal Petain para a Chefia do Governo, abrindo assim caminho à capitulação, como fez lembrar com propriedade o General, ao justificar tão audaciosa e revolucionária norma ao Direito Constitucional Francês.

E, quando nos debates sobre o texto, o mesmo Guy Mollet apresentou-lhe os riscos e perigos que poderiam conduzir o uso abusivo de tal preceito, o General lhe respondeu peremptoriamente: “Introduza no texto todas as medidas de salvaguarda, todas as precauções que desejar, mas façamos de sorte que aquilo que se produziu em 1940 não seja mais possível.”

Tais poderes, em 23 de abril de 1961 já institucionalizados, permitiram-lhe, na plenitude de *la légitimité française que la Nation m'a conférée*, enfrentar e vencer a revolta dos generais de Argel – *un quartieron de généraux en retraite* –, conjurar a guerra civil iminente, prosseguir na política de descolonização iniciada e consagrada posteriormente por imensa maioria de votantes e assegurar, uma vez mais ainda, a integridade do Estado francês a tão duras penas defendida desde o imortal Apelo de 18 de junho.

Qual outro o teria conseguido como fez o General naquelas circunstâncias – a mais grave crise entre o Exército e o Poder Político na França no pós-guerra – por maiores recursos que dispusesse?

Quem não – *ce vieil homme, recru d'épreuves* – seria detentor de tamanho prestígio para dirigir-se à nação naquela crise, em termos tão pessoalmente tocantes e ao mesmo tempo de tal modo imperativos?

Eh bien, mon cher et vieux pays, nous voilà donc encore une fois ensemble devant une lourde épreuve. En vertu du mandat que le peuple m'a donné et de la légitimité nationale que j'encarne depuis vingt ans, je demande à tous et à toutes de me soutenir quoi qu'il arrive.

“Ah, meu querido e velho país, eis-nos ainda uma vez juntos diante de uma pesada prova. Em virtude do mandato que o povo me concedeu e da legitimidade que eu encarno após vinte anos, peço a todos e a todas que me apóiem aconteça o que acontecer.”

Quem, senão ele, revestiria de maior autoridade o legado deixado ao Exército de sua pátria, quando, ao evocar aquela Guerra da Argélia peran-

te dois mil oficiais, durante as celebrações do 17º Aniversário da Libertação da cidade de Strasbourg, pronunciou essa lição imperecível.

Mas, desde que o Estado e a nação tenham escolhido seus caminhos, o dever militar está fixado de uma vez por todas. Fora dessas regras, ele não pode existir, restando apenas soldados perdidos.

Afortunado país capaz de gerar um varão que encarnasse, não durante vinte, mas por quase trinta anos, a legitimidade nacional, sobreparambando o horizonte visual dos partidos políticos e suas querelas, mantendo durante todo esse tempo, dentro ou fora do governo, o significado de sua presença, sua profunda ligação com o povo e o seu pacto inquebrantável com as raízes da nacionalidade.

Afortunado solo, capaz de gerar um varão cuja magistratura moral, tão destacadamente superior e autêntica, pudesse curvar não apenas o adversário da véspera, mas triunfar de sentimentos antagônicos inexpugnáveis ao raciocínio lógico, pois fundados em personalíssimas razões de ordem afetiva e emocional.

No comovente depoimento de Jean Pouget, testemunhamos Madame Philippe Pétain – viúva do ex-marechal da França caído em desgraça – desejando cívicamente pronunciar-se no primeiro referendo da Quinta República, em 28 de setembro de 1958. Ainda no dia mesmo da consulta popular, confusa a ponto de procurar, na missa matinal, o auxílio para o seu drama de consciência, ela declara o seu voto: “Cumpri o que meu marido haveria de ter feito no interesse da França. *J'ai dit oui a De Gaulle.*”

O voto favorável ao General era mais uma vez o sim à própria França.

Quem percorrer a existência desse extraordinário condutor de homens verá a constância do seu amor *sans défaillances pour la France* traduzir-se na procura incessante da legitimidade para seus atos, no esforço incansável para o aprimoramento das instituições democráticas francesas, na proclamação impertérrita do direito à autodeter-

minação dos povos, no reconhecimento diuturno do valor da liberdade para o destino das nações, na defesa dos direitos individuais face ao gigantismo estatal, na advertência de público reiterada sobre a perda de qualquer superioridade política, jurídica e moral dos governos que, sob quaisquer pretextos, negam esses valores, terminando por se nivelarem aos próprios sistemas que pretendem combater.

Verá que, mesmo fiel à política da *France aux mains libres*, jamais tergiversou quanto aos compromissos com a liberdade – os seus posicionamentos nas crises do Muro de Berlim e dos mísseis soviéticos em Cuba são apenas dois marcantes exemplos. Testemunha-os, insuspeitavelmente, o General americano Vernon Walters, no livro *Poderosos e Humildes*, recentemente publicado pela Biblioteca do Exército.

“Por vinte e cinco anos, de uma posição privilegiada, observara esse grande homem. Ele era personalidade complexa. Amara tanto a França que se identificara com ela. Às vezes, isso o tornou um aliado difícil. Porém, quando a situação se agravava, ele sempre ficava ao nosso lado.”

Verá, finalmente, que esse filho ilustre, mesmo sem possuir acentuada vocação liberal, por temperamento e profissão, jamais, fossem quais fossem as pressões do momento, confundiu a legitimidade profunda que encanava a *côte des littérales dispositions constitutionnelles* com o direito de exercer o poder desvinculado do pronunciamento expresso e soberano do povo, única fonte legítima, por ele mesmo reconhecida e proclamada, daquele mesmo poder.

Para o General, ao contrário de Napoleão, o Direito e a Justiça não estavam com o canhão de maior calibre.

O respeito à vontade nacional livremente expressa e o consequente acatamento às suas decisões avultam – para a honra da França – como o traço dominante e permanente da atuação pública desse homem de armas, incorruptível à tentação de empolgar o poder pela força ou dela va-

ler-se arbitrariamente para impor suas verdades à consciência dos seus concidadãos.

Comportamento – ressalte-se – tanto mais valioso, tanto mais significante, tanto mais sublime quanto sabidas as restrições que sempre manteve ao povo de sua pátria – franceses que tão alto guardava no coração e tão baixo os via, como lembra Philippe Alexandre. Restrições por sua inconstância, seu imediatismo, pela sua lassitude e pelos *ferments de dispersion* que cultivava, incompatíveis uns e outros com os cimos grandiosos, únicos, ao seu ver, dignos de uma nação *dont l'âme génie est d'éclairer l'univers*.

Testifica-o o diálogo pungente mantido com Michel Droit a propósito desse tema, sempre tão presente e angustiante para o General.

Este, depois de lamentar a falta de ambição nacional dos povos modernos, começa a meditar em voz alta, quase em solilóquio, desesperançado pelo tão pouco interesse dos seus compatriotas pelos destinos da França.

“Na semi-obscuridade, o General não é mais que uma sombra em minha frente, uma sombra imensa, cuja voz baixa como a luz do dia e cuja silhueta parece ir desaparecendo pouco a pouco sob as espáduas que se curvam e pelo desencorajamento das palavras.”

Repentinamente, de uma só vez, a sombra se alteia. Os punhos permanecem ainda apoiados no birô, mas os braços se distendem, semelhantes a cabos de aço suspendendo uma estátua.

A última frase do General fora: “Sim, os franceses viverão; eles manterão a sua vidinha.” Então, bruscamente, a voz trágica e desesperada lança de suas profundezas: *Mais la France, elle ne vivra plus.*

Mas não lhe desconhecendo as fraquezas, nunca lhe minimizou as grandezas, nem a capacidade inextinguível de ingentes esforços para as mais ásperas e gloriosas ações.

Transformar esse magma fluido, inconstante e amorfo da vontade popular na rocha inquebrantável da consciência de uma nação importava-lhe. Jamais sufocar essa vontade, ao contrário,

despertar-lhe as potencialidades, contagiar-lhe com um ideário superior e conduzir-lhe às linhas de força, no supremo esforço do *renouveau et du redressement*.

Foi-lhe, a vida inteira, reiterada, pela palavra e pela ação, a lição de que essa imensa tarefa transcende os poderes de um homem ou de uma classe por mais iluminados ou predestinados que se julguem ser. Essa tarefa é a missão comum da nação por inteiro, tornada cônica, partícipe e responsável pelos destinos do país por meio de uma liderança superior livremente consentida e, também, por um complexo institucional suficientemente forte para permitir e suportar o entrechoque das opiniões e a discussão das verdades de cada um, dentro do clima de respeito e liberdade indispensável à validade de todos os resultados; instituições, por seu turno, suficientemente fortes em sua legitimidade, para impedir o êxito da atuação desagregadora dos grupos patologicamente empenhados na destruição da ordem legal e do Estado dela decorrente.

Onde haveria lição intensamente mais dramática do valor e da eficácia desses postulados do que nos tristemente famosos idos de maio de 1968, os ominosos tempos da *chienlit*?

Com a desordem nas ruas, com a universidade, o comércio, a indústria e os serviços paralisados por greve geral, com a subversão generalizando-se, com o povo amedrontado, com o governo perplexo, com os adversários prontos para o golpe a fim de assumir o poder, com a guerra civil novamente às portas, com sua amada França em novo perigo mortal e com o coração sangrando por aquela juventude que negava a espiritualidade patriótica, o General falou à Nação.

Duraram suas palavras cinco minutos. Tempo suficiente apenas para reafirmar aos franceses a legitimidade nacional e republicana do Governo e sua disposição de manter a ordem constitucional e para alertar-lhes quanto aos riscos de se resignarem ao poder do vencedor que se imporia autocraticamente ao desespero nacional. Tempo apenas suficiente

ente para dizer-lhes que, se algo existia de errado, a nação seria convocada na devida hora a pronunciar-se, em referendo, sobre as reformas a serem adotadas, mas que, naquele momento, ela estava mobilizada para uma ação cívica em torno dos poderes constituídos e das instituições legítimas; tempo apenas suficiente para garantir-lhes solenemente que a república não abdicaria, o povo se recuperaria e o progresso, a independência e a paz triunfariam com a liberdade.

Apenas cinco escassos minutos. Tempo bastante para conter a inundação, alterar novamente o curso da História e fazer um país mudar de mãos.

Assim, o povo francês, nas encruzilhadas decisivas do país, passou a ouvir a voz grave do seu velho campeão convocando-o a pronunciar-se, direta e responsávelmente, sobre os rumos a serem seguidos, o que vale dizer, a construir o próprio destino.

Como bem ressaltado pelo Vice-Presidente Marco Maciel, no Prefácio à edição brasileira de *Fio da Espada*, por meio do referendo *la plus democratique des voies*, a vontade da nação francesa transmudou-se em centro de irradiação normativa. Aquele recurso foi utilizado pelo Grand Charles, não como uma contratação para reafirmar o querer oficial, tornando-o onipotente, porém como resposta a um imperativo, e um recurso para quem, em momentos de crise, e ao ver impugnadas as suas intenções, deseje certificar-se sobre se está ou não identificado com a vontade da nação tomada como um todo, nessa feliz definição do esquecido e também General Antônio de Spínola.

Enquanto a vontade nacional assim expressa o escutou, pelo tempo em que o povo francês, compreendendo ou intuindo os seus objetivos, o secundou, enquanto a República assegurou-lhe crédito e confiança inabaláveis, não vacilou o firme timoneiro em enfrentar todos os mares, conduzindo a nau da pátria em sua singradura para a grandeza.

Em 27 de abril de 1969, talvez incomodado pela sombra do gigante, ou fatigado pelo esforço

de longos anos para permanecer *dans les sommets*, ou, quem sabe, desejoso apenas de fruir a tranquilidade da planície, esse mesmo povo rompeu o contrato famoso, negando-se a segui-lo no referendo sobre o Senado e as regiões, cortando, com pequena maioria, a grande reforma institucional que se seguiria *vers la participation*, a obra síntese de toda a atuação política do General.

Os capitães das tempestades são mal aceitos nos ventos da bonança. Cumpria-se mais uma vez o vaticínio de Tácito: a marca dos grandes povos é a ingratidão para com seus grandes homens.

Je cesse d'exercer mês fonctions de President de la République. Cette decision prend effet aujourd'hui a midi.

Um pouco abaixo, a assinatura inclinada.

C. De Gaulle

A epopeia iniciada solitariamente em 18 de junho de 1940 chegara definitivamente a seu termo. O proscênio, vazio, poderia voltar às dimensões comuns. Nele, já não cabiam mais titãs.

Perdia o fio a espada que, por trinta anos, fora a honra de um exército, a esperança de um povo e a grandeza de uma nação.

O Grand Charles reencontrava sua solidão. *Et lui, lui Seul pour témoin de as gloire et de as raison*, do verso de Rimbaud. Regressava definitivamente ao seu verdadeiro reino: a torre hexagonal – forma geográfica da França amada – que mandara construir na velha mansão da Boisserie, por entre carvalhos seculares e em cujos jardins refloria, em cores vivas, a cada nova primavera, o seu emblema – a Cruz de Lorena, longa de dez metros. O mesmo local de onde, 11 anos antes, atendendo a novo apelo da Pátria, saíra para reassumir o Governo e salvar, pela segunda vez, o Estado francês *in articulo mortis*.

Dezenove escassos meses após, no anochecer outonal de 9 de novembro de 1970, 13 dias antecedendo o seu 80º aniversário, como um daqueles gigantes da floresta atingidos por ful-

gor dos céus, abatia-se aquele que a premunição do seu único igual, Winston Churchill, reconheceria como o homem do destino. O primeiro dos franceses pertencia agora à História. A França pôde ser finalmente unânime em reconhecer-lhe a grandeza.

Homem de outras eras, profeta dos novos tempos, atravessou sua época em diálogo permanente com a posteridade.

Familiar à idéia da morte, aceita como o jogo divino do herói, viveu de forma épica as suas obras valorosas, como se daquela lei fosse liberto, abraçando tarefas e enfrentando missões superiores à temporariedade humana.

Possante e solitário, desprezando todas as doutrinas e respeitando cada opinião, impôs-se aos homens e dominou os acontecimentos. Destruiu mitos do determinismo e da irreversibilidade dos ventos da História. Forjou, com a tempe-

ra do seu caráter, o molde dos novos rumos para uma velha nação.

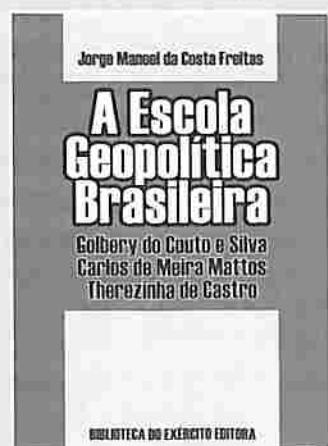
Estrategista pragmático na ação militar e na atuação política, insuperável na arte do aproveitamento das contingências, perlongou a estrada da vida candidamente leal aos ideais de infância, cujos sonhos desconhecem obstáculos e acometem o impossível.

Consciente da sua incontestável primazia dentre seus compatriotas, esse monarca, esse prodígio agente de mutação da História, no dizer de Pouget, arvorou fielmente, durante toda sua longa vida, as insígnias de uma corporação que se dedica, sem restrições, ao dever, à disciplina e à obediência, para se fazer reconhecer simplesmente por aquilo que sempre e apenas se julgou ser: um soldado, um servidor da França.

Charles André Joseph Marie De Gaulle, o Condestável da Cruz de Lorena.

O mundo não verá outro igual. ☐

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



A Escola Geopolítica Brasileira

Jorge Manoel da Costa Freitas

Trata-se de obra que envolve período extremamente fértil do pensamento humano, revelando as três personalidades brasileiras de grande expressão do século passado: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro.

Contribuição meritória diante da isenção e da ampla e profundada pesquisa empreendida por autor português. Acrescenta-se, ainda, que nela encontram-se reunidas pela primeira vez as três personalidades mais ilustres no tocante à denominada Escola Geopolítica Brasileira, o que torna tal trabalho mandante para aqueles que desejarem iniciar-se na compreensão do que é geopolítica, é igualmente imprescindível para o estudioso da matéria.

Solano López – Napoleão ou Átila do Prata?

*Aureliano Pinto de Moura**

RESUMO

O autor, neste ensaio, percorre toda a vida de Francisco Solano López e analisa as suas ações como homem, general, diplomata, presidente e militar, a fim de tentar um perfil que o defina. E deixa ao leitor a pergunta do título de seu escrito, porque Solano López foi, em realidade, apenas Francisco Solano López.

PALAVRAS-CHAVE

Solano López, Paraguai, Guerra do Paraguai, Guerra da Tríplice Aliança.

Quando se fala sobre a Guerra da Tríplice Aliança, logo se destaca a figura do Marechal Francisco Solano López, Presidente da República do Paraguai e Comandante-em-Chefe das suas Forças Armadas.

Personalidade imponente, um cavalheiro no trato social, temperamental, violento e vingativo. Herói nacional, para o povo paraguaio. Admirado por uns e odiado por outros. As opiniões a seu respeito são contraditórias. Faz-se necessário repensar sobre esta marcante figura da história política e militar da Bacia do Prata, no século XIX.

O homem

Francisco Solano López nasceu em Assunção, no dia 24 de julho de 1826, sendo filho de Carlos Antônio López e de D. Juana Pabla Carrillo.

Carlos Antônio López, licenciado em leis, durante o governo de José Gaspar Rodrigues de Francia, procurou manter-se afastado das lides políticas. Carlos López dedicava-se aos seus estu-

dos, o que lhe permitiu destacar-se, culturalmente, entre seus concidadãos.

D. Juana Pabla Carrillo era enteada de um rico fazendeiro paraguaio: D. Lázaro Rojas.

Solano López era o mais velho dentre cinco filhos de Carlos Antônio López. Eram seus irmãos: Inocência, Venâncio, Rafaela e Benigno.

Com seu pai, Solano aprendeu as primeiras letras. Na adolescência com seu preceptor, o argentino Juan Pedro Escalada, estudou a geografia, a história, a aritmética, a gramática e iniciou a leitura dos clássicos. Com os clérigos dedicou-se ao latim, à filosofia, à teologia e ao francês. Na época, um homem de cultura dentre seus pares. (Gutiérrez Escudero)

Desde pequeno foi independente, rebelde e dotado de grande amor próprio.

Aficionado pela leitura, procurava trazer livros de Buenos Aires e da Europa. Particularmente sobre Napoleão Bonaparte. Nos esportes, destacou-se na esgrima e na equitação.

“Temperamento forte e grande orgulho pessoal, de vontade indomável e exagerado amor pró-

* O autor é General-de-Divisão Médico e historiador. Atual Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil - IGHMB.

prio (...) melhor dotado do que seu pai para as tarefas de governo. Prudência e serenidade não lhe faltavam; não era tão impulsivo e alocado em suas decisões como se tem dado a dizer...". (Arturo Bray)

Era um homem sensível, agindo mais pelo impulso do que pela razão. Um patriota ao seu modo. Na Europa, teria sido iniciado na Maçonaria.

Aos 15 anos, enfrentou uma séria revelação. Em 20 de setembro de 1840, por ocasião da morte de D. Gaspar de Francia, tomou conhecimento, por um companheiro seu, de que D. Carlos López não era seu pai. D. Juana Carrillo casara grávida de seu padrasto, D. Lázaro Rojas, seu padrinho de batismo.

Por respeito a D. Carlos López e a sua mãe, nada comentou sobre esta revelação. (Gutierrez Escudero)

Em 14 de março de 1844, Carlos López assumiu a Presidência do Paraguai. Em seguida, incorporou Solano López ao Exército, como coronel, sem nunca ter passado pela caserna ou freqüentado uma academia militar. Tinha então 18 anos de idade. (Arturo Bray).

Em 1845, com 19 anos, foi promovido a brigadeiro e nomeado chefe do Exército e ministro da Guerra.

O general

Ao se ver chefe do Exército, uma das suas primeiras iniciativas de Solano López foi organizar as mediocres forças militares paraguaias, colocadas em plano secundário por Gaspar de Francia. Organizou os quadros, criou unidades, aumentou efetivos, elaborou regulamentos e ordenanças. Construiu quartéis e alojamentos.

Em seguida, iniciou a compra de material bélico, deu ênfase à instrução e ao adestramento da tropa. Tudo diretamente sob as suas ordens. O seu objetivo foi dotar o Paraguai de uma força militar que impusesse o respeito aos seus vizinhos. (Arturo Bray)

A situação política, no Prata, levou Carlos López assinar, em 21 de novembro de 1841, um

tratado de aliança, ofensiva e defensiva, com a Província de Corrientes. O Paraguai assumiu o compromisso de apoiar aquela província com dez mil homens, em caso de necessidade. Corrientes, por sua vez, não trataria mais com nenhum governo provincial argentino, sem primeiro obter a concordância do Paraguai. Além disso, Corrientes cedeu, ao Paraguai, o território entre Tranquera de Loreto e a fronteira brasileira, na costa do Paraná.

No ano seguinte, em 1846, o relacionamento entre Corrientes e Entre Ríos ficou tenso. Chegara o momento de o Paraguai cumprir o seu compromisso, com Joaquim Mandariaga, Governador de Corrientes, contra o General Justo José Urquiza, de Entre Ríos, aliado de Juan Manoel Rosas, ditador portenho. A soberania paraguaia não estaria segura enquanto Rosas tivesse algum poder. Diante da situação, Carlos López decidiu enviar tropa em apoio a Mandariaga. Rosas era, abertamente, o maior contestador da soberania paraguaia e da livre navegação.

Foi organizada, no Paraguai, uma força militar de 4.500 homens, sob o comando de Solano López. Na oportunidade, foi introduzida, na tropa, a nova bandeira tricolor. A tropa seguiu para Corrientes, passando integrar as forças do General José María Paz.

Durante sua permanência em Corrientes, Solano López foi alvo de todas as honras militares que lhe eram devidas. Pela sua pouca idade passou a ser conhecido como "el generalito".

Em 4 de fevereiro, Urquiza invadiu Corrientes, capturando o irmão de Joaquim Mandariaga, Governador da Província. Com essa derrota, foi aceito o "convênio de Alcaraz", que pôs fim ao conflito.

Durante o episódio, as forças paraguaias estavam frente a frente às tropas de Urquiza. Este, inesperadamente, sem procurar combate, retirou-se da sua posição. Havia recebido ordem para não atacar Solano López. A atitude tomada por Urquiza foi interpretada por Solano López como

“possível medo de Urquiza”, para enfrentar os “...disciplinados e aguerridos batalhões...” paraguaios. (Arturo Bray)

Em fevereiro de 1846, parte da força expedicionária paraguaia demonstrou o desejo de reivindicar uma convocação extraordinária do Congresso, para realizar algumas reformas políticas no país. Solano López enfrentou o movimento e dominou a situação. Para evitar futuros problemas mandou fuzilar as lideranças

Com a retirada de Urquiza, Solano López determinou o retorno de suas forças. Regressou sem proporcionar à tropa um mínimo de experiência de combate. (G. Escudero)

Conforme Arturo Bray, “...o Exército paraguaio era mal armado e pior instruído, sem experiência guerreira, a mando de um general bisônho e adolescente”. “...Adornaram demais este jovem com belas qualidades pessoais, mas nenhum conhecimento militar, e o que é mais, nenhuma idéia da guerra e o modo de fazê-la,...” diria o General José Maria Paz.

Em 1849, novamente, as forças paraguaiaias atravessaram o Rio Paraná. Uma divisão invadiu Corrientes e seguiu para as barrancas do Rio Uruguay, procurando chegar à fronteira brasileira. O Paraguai disputava, com a Província de Corrientes, este território.

Um ataque correntino, de surpresa, levou os paraguaios a debandar. Foi uma situação vergonhosa. Solano López, furioso, ordenou o fuzilamento de todos os oficiais. A partir daí era a liderança pelo terror.

Em 1851, a situação no Prata voltou a ficar por demais tensa, preste a explodir. Urquiza, liderando Entre Ríos e Corrientes, resolveu enfrentar o ditador Juan Manuel de Rosas. Prontamente Solano López levou as suas tropas para o Passo da Pátria, onde permaneceu em condições de atuar em território argentino. (T. Fragoso)

O assédio ao Paraguai massageou o ego de Solano López que passou a crer “...que nada poderia ser realizado na região platina sem a parti-

cipação de seu país e em especial do exército que ele havia criado”. (Arturo Bray) Esta autoconfiança, por certo, levou-o a envolver-se na maior tragédia bética da América do Sul.

O diplomata

Em 12 de junho de 1853, Solano López embarcou no vapor Independência Del Paraguai, com destino à Europa. O objetivo da viagem foi ratificar tratados de comércio e amizade com países da Europa.

Solano López via o futuro do Paraguai além fronteiras, no relacionamento internacional, no intercâmbio, com as nações européias.

Acompanhado de um séquito, seguiu para o velho mundo como Ministro Especial Plenipotenciário. Acompanhavam-no o seu irmão Benigno e os capitães Yegros, Brizuela e Aguiar. Em sua bagagem, uma boa importância em dinheiro.

Havia uma outra intenção nesta viagem. Adquirir material bélico, barcos de guerra e contratar técnicos e assessores militares. As intenções não estavam voltadas só para a guerra, mas também para as áreas de arquitetura, educação, saúde e imprensa. (Arturo Bray)

Na Espanha, Solano López não foi muito feliz. O país estava enfrentando uma séria crise política resultante da morte de Fernando VII. E os espanhóis pleiteavam indenizações pelos prejuízos causados pela independência paraguaia.

Em Paris, foi recebido na Corte de Napoleão III, com todas as honras e atenções. Pois a França tinha grandes interesses em manter suas ligações com a América Latina. Solano López ficou deslumbrado não só com a Corte, mas também com Paris.

Foi recebido na Tullerias em audiência pública e solene. Durante sua permanência em Paris freqüentou a Corte, desfrutando de uma vida social e diplomática intensa.

Participou de um desfile militar, nos Campos Elíseos, sendo-lhe concedido o comando da solenidade e convidado a passar em revista as tro-

pas. Uma especial deferência, de Napoleão III, ao jovem ministro. (Arturo Bray)

Ao observar as tropas francesas, não oculou o seu orgulho pelos seus soldados, declarando: "...com meus paraguaios tenho o bastante para os brasileiros, argentinos e orientais; e ainda com os bolivianos, se se meterem a sonhos." Esta afirmativa mostra como em seu íntimo sentia o que mais cedo ou mais tarde viria ter de enfrentar. (G. Escudero). Já pensava em um futuro confronto com seus vizinhos.

A convivência de Solano López na Corte francesa deixou-o muito influenciado pela "política de equilíbrio entre as nações" preconizada por Napoleão III. Fez crescer ainda mais sua admiração por Bonaparte, cujo túmulo visitou por várias vezes.

As maledicências o acusavam-no de ter adquirido vários uniformes semelhantes aos de Bonaparte, assim como uma réplica da coroa do imperador. Daí talvez ter sido denominado o "Napoleão do Prata". (G. Escudero)

Alguns de seus detratores afirmam que o motivo de sua ida à Europa foi "...para dar rédea solta a sua paixão pela bebida e pelas mulheres". Soube gozar a vida, mas não se pode negar os efeitos positivos do relacionamento diplomático realizados. O seu desempenho em relação ao fortalecimento de suas forças armadas e ao recrutamento de técnicos não pode ser menosprezado, pois efetivamente contribuiu para o desenvolvimento do país.

Solano López não deixou de freqüentar a noite. A sua boemia só acalmou pós conhecer Elisa Alicia Lynch, irlandesa, esposa de um militar francês, em serviço na Argélia.

A vida amorosa de Solano López foi sempre agitada. Antes de sua viagem à Europa teve, em 1850, um filho (Emiliano), de seu relacionamento com Juana Paula Pessoa. Este rapaz residiu nos Estados Unidos e na França, só retornando ao Paraguai após a guerra. Deste mesmo relacionamento nasceram Adelina Constanza (em

1851) e José Felix (em 1861). Reconhecida publicamente, existia também outra filha: Rosita Carreras, que não constou da relação dos filhos reconhecidos (R. Rubiani)

Nos idos de 1959, já de volta em Assunção, Solano López enamorou-se de Carmelita R. "...A mais bonita de Assunção, a mais entusiasmada nos bailes e a mais alegre na conversação." Estava ela prestes a casar-se com D. Carlos Decoud. Solano López assediou-a da maneira "...mais vergonhosa...", sendo rechaçado. Mas afastou-se, jurando vingar-se.

Dias depois, Carmelita soube da prisão de seu noivo, junto com seu irmão. "Presos e encarcerados; ninguém sabia o motivo...". Havia sido acusados de conspiração.

Passado algum tempo veio a notícia de vários fuzilamentos. Dentre as vítimas estavam D. Carlos Decoud e seu irmão. Seu corpo nu, e todo mutilado, foi jogado em frente à porta de sua noiva. (F. Mastermann).

Em 4 de junho de 1865, pouco antes de partir para a guerra, Solano López reconheceu todos os seus filhos. Só não foram reconhecidos os nascidos posteriormente.

Há divergências quanto à maneira com que Solano López conheceu Elisa Lynch. O certo é que viveram um idílio iniciado na França e terminado em Cerro Corá. Ao resolver levá-la para o Paraguai, contrariou os conselhos de seu irmão Benigno. Desde aí nunca mais os dois irmãos voltaram a ter um relacionamento fraterno. (Arturo Bray)

Elisa Lynch chegou ao Paraguai grávida de Juan Francisco (morto em Cerro Corá). Além deste, posteriormente nasceram: Corina, Adelaida, Frederico, Enrique e Leopoldo. Este último falecido em alto-mar por ocasião da viagem para a Europa.

A sociedade assunçense não recebeu bem Elisa Lynch. A começar por Carlos Antônio López e pela Igreja. Mas não há dúvidas da grande influência que exerceu sobre Solano López. Há quem diga que ela foi a principal culpada da sua

desgraça. Protegeu gente, assim como levou outras à desgraça e mesmo à morte.

Elisa Lynch, para alguns autores, tinha duas ambições: casar-se com Solano López e fazê-lo "...o Napoleão do Novo Mundo".

Para alguns autores, Solano López alimentava, em seu íntimo, a ambição. Sonhava em vir a "...ser coroado imperador e formar um império no Rio da Prata, a imagem do francês...". Daí, segundo alguns autores, a sua pretensão de casar-se com D. Izabel, do Brasil. Idéia prontamente rechaçada por D. Pedro II. (G. Escudero)

A imprensa de Buenos Aires não dava sossego a Solano López, ridicularizando os seus sonhos de grandeza, assim como freqüentes referências pouco lisonjeiras a respeito da "...vida irregular com Mme. Lynch e seu duvidoso passado...". Estes ataques da imprensa vieram pesar no comportamento de Solano López, em relação ao Governo argentino, no período que antecedeu a guerra. (G. Escudero)

Em realidade, talvez, Solano López não tivesse a intenção de um confronto com os seus vizinhos. Mas apenas procurando o reconhecimento do direito da nação paraguaia, de influir na política platina. Não sendo considerado, com seu orgulho ferido e levado pela emoção, procurou conquistá-lo pelo poder militar. Conquistar pelas armas o que não lhe foi possível fazer através da diplomacia.

Em 11 de novembro de 1854, partiu de Bordonéos, a bordo do *Taquari*, vaso de guerra adquirido na Inglaterra. Chegou, em Assunção, em 21 de janeiro do ano seguinte, encontrando tensa a situação política no Prata.

Discutiam-se questões de comércio, navegação e fronteiras. E José Pereira Leal, representante brasileiro, havia sido expulso do Paraguai.

Solano López sentiu ser confirmada a sua visão política da região, razão pela qual vinha organizando suas forças militares, adquirindo navios e material bélico, no exterior.

Para Frederic Mastermann, neste momento Solano López começou arquitetar a guerra.

Teria raciocinado que saído "...de uma república semibárbara, remota e desconhecida, as pompas, a falsa glória e as esplêndidas recordações de guerras e guerreiros de que se viu rodeado lhe ofuscaram". Solano López "...não imaginava encontrar obstáculos para levantar seu prestígio no seio das nações sul-americanas...".

Carlos López temia a influência européia que traria mudanças de costumes. Por isso confinou, em Nueva Bodeos (Chaco), franceses chegados ao Paraguai.

Retornando da Europa, Solano López passou pelo Rio de Janeiro onde foi recebido por D. Pedro II. Na oportunidade, tomou conhecimento da grave crise que se vislumbrava. Carlos López havia expulsado o encarregado de negócios do Brasil, por "...dedicar-se a intrigas e a impostura do ódio ao Supremo Governo do Estado, e de levantar atrozes calúnias". D. Pedro II ameaçava enviar uma força naval para reparar a grave afronta.

Chegando em Assunção, Solano López recebeu todos os poderes militares e diplomáticos para resolver a crise com o Império. A situação não era fácil, pois Buenos Aires permitira a navegação dos navios brasileiros pelo Rio da Prata e Urquiza mostrou-se omisso.

As tropas paraguaias foram mandadas para Passo da Pátria e Humaitá. Independentemente, antes mesmo de qualquer conversação com o Almirante Pedro Ferreira de Oliveira, comandante da frota imperial. Segundo o Governo brasileiro, esta frota tinha a missão de intimidação. Na realidade, era uma frota de 20 embarcações de guerra, com 130 canhões e 3 mil homens de desembarque. Este acontecimento fez com que fosse decidida a fortificação de Humaitá, com orientação do Coronel Wisner Von Morgentern.

A frota brasileira não entrou em águas paraguaias. O comandante brasileiro seguiu sozinho para Assunção e lá exigiu reparação à ofensa, no que foi prontamente atendido. Aproveitou para discutir um tratado de limites, comércio e navegação. Mas, Solano López conseguiu pro-

telar as negociações para daí dois anos. As posições eram irredutíveis.

O Paraguai conseguiu uma vitória diplomática, fazendo com que a presença da frota perdesse sua importância. Este resultado causou impacto na Corte brasileira. O Imperador não homologou o que fora acordado e exigiu novas negociações no Rio de Janeiro.

Solano López, em represália, cioso de sua autoridade, determinou que os navios brasileiros fossem fiscalizados nas Três Bocas, Humaitá, Assunção e Olimpo.

A Chancelaria brasileira mandou José Maria do Amaral para Assunção, no início de 1857. As acirradas discussões com Carlos López levaram o chanceler brasileiro a retirar-se, após notas de protesto. Tropas brasileiras seguiram para Mato Grosso e a imprensa brasileira pediu a guerra.

Diante da situação, seguiu para Assunção o Ministro do Exterior do Brasil, José Maria Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco. Em sua viagem, Rio Branco aproveitou para fazer contatos em Buenos Aires, visando uma possível aliança. Na oportunidade, assinou uma convenção regulando a navegação na Bacia do Prata, na expectativa de uma possível adesão do Paraguai. O resultado foram protestos em Assunção e Buenos Aires. O próprio Mitre disse "...não ser de interesse das Repúblicas do Prata auxiliar o Brasil em sua política invasora do território alheio...".

As manifestações de exilados paraguaios e políticos ligados a Urquiza levaram a Mitre declarar "...que não está a República Argentina em estado de empreender cruzadas libertadoras".

Paranhos chegou, em Assunção, em 7 de janeiro de 1858 e convidou Carlos López a aderir à Convenção do Paraná, no que foi rechaçado. Com receio de agravar a situação, resolveu designar Solano López para dialogar com Rio Branco.

Depois de muita discussão, Solano López concordou em assinar uma convenção semelhante à do Paraná. Mas com o Brasil reconhecendo a Baía Negra como fronteira entre os dois países,

no Chaco. Mais uma vez Solano López destacou-se nas lides diplomáticas.

A sua atuação repetir-se-ia na controvertida colonização da Nova Bornéos, quando a canhoneira francesa *Bisson* chegou até Assunção para pressionar o Governo paraguaio, em fevereiro de 1858. Com sua atuação cautelosa acabou levando a bom termo as divergências com os franceses.

Neste mesmo ano, a título de cobrar indenizações, o Governo norte-americano enviou ao Paraguai uma frota de 19 navios (com 200 canhões), trazendo o juiz James J. Brown como representante do Presidente Buchanan.

A presença da esquadra norte-americana no Rio da Prata fez o Brasil deslocar o navio *Araguay* com destino a Assunção. O mesmo fez o Ministro francês Lefebvre Bicourt, que seguiu a bordo da *Bisson* até a capital paraguaia.

O encontro da representação norte-americana com Solano López deveria ter sido realizado em Corrientes. Mas Solano López retirou-se para Humaitá e depois para Assunção, quando soube que a frota já navegava no Rio Paraná.

Em 16 de janeiro de 1859, Urquiza chegou em Assunção para conciliar o conflito, mas a frota norte-americana não havia entrado em águas paraguaias. As conversações por Urquiza foram levadas a bom termo e os problemas "...seriam levadas à arbitragem e seriam feitas algumas concessões aos navios norte-americanos".

Em julho de 1859, Solano López foi levado a enfrentar a presença britânica, através de seu Ministro Dowgall Christie, que foi até Assunção propor a prorrogação do Tratado de Comércio, de 1853. Diante das discordâncias paraguaias, Christie retirou-se fazendo ameaças de retaliação ao Paraguai.

As qualidades diplomáticas de Solano López voltaram a ser colocadas a prova quando foi solicitado arbitrar as diferenças entre a Confederação Argentina e o governo de Buenos Aires. No final de 1859, agravada a situação, Solano López seguiu para Buenos Aires como mediador da disputa.

Seguiu a bordo do Taquary, como “enviado extraordinário e ministro plenipotenciário”, acompanhado de numerosa delegação. Ao passar por Rosário de Santa Fé, entrevistou-se com Urquiza, seguindo, logo após, para Buenos Aires.

Após várias reuniões, dificuldades foram contornadas, permitindo a assinatura do Convênio de União, em Alsina. Buenos Aires concordou em integrar a Confederação Argentina e prometeu aceitar a Constituição já em vigor. López facilitou o entendimento entre as partes. Por tal fato mereceu citação onde foi dado “...um voto de agradecimento ao Supremo Governo da República do Paraguai e o Exmo. Sr. Brigadeiro General Ministro Medianor, Dom Francisco Solano López, que empregou com nobre e generoso empenho em seus bons e paternais ofícios para aproximar a união das partes dissidentes da República Argentina.” (G.Escudero)

Ao retornar, a bordo do Taquary, Solano López, logo após a partida, se viu frente às canhoneiras britânicas: Bussard e Grappler. Diante da atitude hostil dos navios britânicos, Solano López preparou o Taquary para reação. Aconselhado pelo comandante do navio, assim como pelos seus maquinistas (todos ingleses), Solano López afastou-se do local, seguindo por terra até Paraná, onde embarcou no Igurey, com destino à Assunção.

Esta atitude inamistosa dos britânicos deu-se às tensas relações entre os dois países, em consequência da prisão de um súdito inglês por conspiração. Estas relações só vieram a se normalizar depois de firmada uma convenção, em 1862.

Os sucessos de Solano López em suas atuações diplomáticas mostram uma realidade: um homem hábil e inteligente. Estes sucessos fizeram, por certo, crescer seu ego, alimentado pela vaidade e pela ânsia de poder, passando a sentir-se de uma importância, talvez, superestimada.

O presidente

Em 10 de setembro de 1862 morreu Carlos López. O país, por sua vez “...nada mais era do que uma possessão dos López”. (Arturo Bray)

Em documento secreto, Antônio López teria designado Solano López como vice-presidente provisório, até que o Congresso tomasse uma decisão em relação à sucessão presidencial. Há quem diga que teria sido pressionado pelo próprio Solano López, para que tomasse esta atitude. Para outros, Solano López teria adulterado o documento em seu proveito. (Arturo Bray) Benigno López teria sido o nome preferido, não só por Antônio López, mas também pela elite paraguaia. A realidade histórica não confirma estas suspeitas. Solano López sempre teve participação ativa nos negócios do Estado e sempre esteve prestigiado ao lado de seu pai. Ao contrário de Benigno, sem nenhuma participação.

Solano López conhecia o poder e a administração pública. Estava inteirado da diplomacia platina e por suas atuações ficou conhecido no exterior.

“Temperamento forte e grande orgulho pessoal, de vontade indomável e exagerado amor próprio (...) melhor dotado do que seu pai para as tarefas de governo. Prudência e serenidade não lhe faltavam; não era impulsivo e alocado em suas decisões como se tem dado a dizer...” (Arturo Bray)

Solano López estava com 36 anos, gozava saúde e possuía uma boa imagem. Exceto quando sorria (pela sua má dentadura). (Bray) Nada havia para que não pudesse pretender a Presidência da República. Era o homem mais indicado naquele momento.

No dia 16, reunido o Congresso, foi escolhido Solano López como novo presidente do Paraguai. O foi por unanimidade, para um mandato de dez anos. Durante os debates apenas uma voz se fez ouvir para algumas ponderações. Foi a voz de José Maria Varela. Disse ele: “...O país não seria nunca um patrimônio de uma só pessoa ou de uma só família.” (G.Escudero)

A primeira medida de Solano López após eleito foi mandar prender José Maria Varela, que viria falecer na prisão. Foram presos, também, Pedro Lescano, Presidente da Suprema Corte; e

Fidel Maiz, presbítero de grande saber, que viria se tornar íntimo colaborador de Solano López no futuro. De inimigo passou a ser conselheiro e o amigo favorito. Benigno López foi confinado no interior do país.

Em comemoração à eleição de Solano López, foi realizado um magnífico banquete, para trezentas pessoas, no Club Nacional de Assunción. No imenso salão foi colocado um trono, com seu correspondente dossel e degraus. O móvel trazia, em seu encosto, as armas da República.

Todas as altas autoridades estiveram presentes, assim como as representações diplomáticas dos Estados Unidos e da França e representações consulares.

Por volta das 22h, chegou ao local Solano López com seu irmão, Venâncio López, Ministro da Guerra, acompanhados de seus ajudantes. A caleça que o levou foi escoltada por um esquadrão do Regimento Aça-caraya. Solano López envergava o seu uniforme de gala, estilo francês, ostentando a faixa da Ordem Nacional do Mérito e um espadim, com empunhadura de ouro.

Os convidados, os criados de libré e o cardápio compunham o refinado e alegre ambiente. A carta de vinhos, em tudo, procurou imitar a corte francesa. (Arturo Bray)

Ao término da sobremesa, o Ministro Charles Ames Washburn, norte-americano, ergueu um brinde: "Eu brindo pela saúde do ilustre presidente do Paraguai; para que sua marcha seja tão honrosa para si mesmo e tão vantajosa para a sua pátria como o foi a de seu distinguido predecessor e pai". (Arturo Bray)

Ao mesmo instante em que a elite e o corpo diplomático comemoravam, no refinado clube, o povo festejou o regozijo em bailes populares, com fogos de artifícios, danças folclóricas e folguedos típicos. Tudo acompanhado de libações alcoólicas e uma ceia.

Assumida a Presidência, Solano López nomeou seu Gabinete: Domingos Francisco Sanchez (Secretário de Governo e Vice-presidente); José Berges

(Relações Exteriores); Mariano González (Fazenda); e Coronel Venâncio López (Guerra e Marinha).

Cumprindo a etiqueta, inúmeras cartas foram dirigidas aos chefes de estado, dos vários países, com os quais o Paraguai mantinha algum relacionamento. Dentre estes estava a França de Napoleão III, que prontamente contestou a correspondência recebida, com "...efusivos votos de êxito ao bom amigo".

O início do governo de Solano López foi de paz e prosperidade. Mas sempre preocupado com a defesa nacional.

Considerando a preocupação quase obsessiva com a defesa do país, Arturo Bray interroga: "O Paraguai searma com um exército de cidadãos, mas contra quem? Acaso contra a Argentina? (...) Contra o Brasil, tampouco...". Mas o que realmente faz sentir é que essa mobilização foi dirigida contra o Império brasileiro.

Solano López sentia-se estimulado a realizar uma ação contra o Brasil, inclusive por oferecimento de apoio norte-americano, conforme confirma correspondência de 2 de novembro de 1862, do Ministro Washburn, ao secretário de Estado de seu país. (Arturo Bray)

Embora os problemas lindeiros entre o Brasil e o Paraguai viesssem tendo as soluções adiadas, a data limite acordada estava ainda por expirar. Mas o estopim para a deflagração do conflito estava no Uruguai. Venâncio Flores com apoio de Mitre e do Império pega em armas contra o Presidente Berro, invadindo o Uruguai em 10 de abril de 1863.

Apesar de ter composto seu ministério com pessoas de sua confiança, Solano López governava de maneira autocrática. Impunha a sua vontade, não admitindo divergências ou ponderações de qualquer tipo. Seus ministros eram apenas figurantes. O início de governo foi caracterizado pela simpatia. Estimulou os agricultores e enviou estudantes para a Europa. Concedeu empréstimos e promoveu festas populares. Não esquecendo o seu Exército.

Criou a fábrica de pólvora, arsenais, depósitos de suprimentos e aumentou a produção

de equipamento militar. Concluiu a ligação ferroviária até Paraguay e a linha telegráfica até Passo da Pátria.

Após a morte de Gaspar de Francia, o Paraguai passou a ter um relacionamento maior com os seus vizinhos e mesmo com a Europa. Mas pouco era sabido sobre o seu poder militar, nunca verdadeiramente colocado à prova. Temia-se que, aliado a um vizinho, viesse a desestabilizar o poder no Prata. Seu desenvolvimento industrial também era uma incógnita.

Solano López, em função da sua participação diplomática, parece ter confundido o respeito de seus vizinhos por temor. A cordialidade de Mitre, procurando aproximar-se, as constantes solicitações de apoio do Uruguai e a moderação da diplomacia brasileira foram vistas, por Solano López, como medo. Superestimou o poder político e militar do seu país e rompeu com o isolacionismo. Passou a procurar uma posição destacada na política do Prata.

A busca do reconhecimento da sua posição de destaque e do seu poder político passou a ser uma obsessão. Não via o momento de demonstrar o seu poder militar. Julgava ter o Exército de melhor aprestamento dentre os países platinos. A visão distorcida levou-o sair de uma estratégia defensiva para uma postura ofensiva.

A crise uruguaia, o posicionamento argentino e o brasileiro, assim como a sua obsessão para demonstrar o seu poder militar, levaram-no a precipitar o seu envolvimento em uma guerra, onde por certo não possuía qualquer possibilidade de êxito. Somente Solano López não enxergou a realidade dos fatos. Não soube avaliar a capacidade de mobilização do Império.

O militar

Solano López não teve nenhuma formação militar. Não freqüentou curso ou academia militar. Carlos López nomeou-o coronel do Exército quando assumiu a Presidência da República. Logo em seguida a brigadeiro e nomeado chefe

do Exército e ministro da Guerra. Não tinha vivência alguma do campo de batalha, como era comum nos exércitos sul-americanos da época, onde os generais em sua maioria eram formados em combate.

Nas oportunidades em que levou as suas tropas para além fronteiras, nenhuma oportunidade teve de conhecer o campo de batalha.

Em 1846, valeu-lhe a alcunha de "el generalito" e um conceito pouco recomendável por parte do General José Maria Paz, comandante correntino. Disse não ter Solano López "...nenhum conhecimento militar, e o que é mais, nenhuma idéia de guerra e o modo de fazê-la."

Na invasão de Corrientes, em 1849, não soube defender-se do ataque correntino, não conseguindo evitar uma debandada vergonhosa de seus homens diante do inimigo. Foi quando aderiu ao método de liderança pelo terror, mandando fuzilar todos os seus oficiais.

As desconfianças entre os governantes das nações do Prata foram se agravando. As suspeitas de um pacto entre o Uruguai e o Paraguai irritavam Buenos Aires. O fantasma do Vice-Reinado do Prata preocupava Solano López. O Império desentendia-se com o Uruguai, tudo caminhando para um possível conflito.

Acreditando de que um confronto com o Império seria inevitável, Solano López por certo possuía um plano de operações. Mas não se conhece a existência desse plano de operações elaborado por ele. Se o fez escrito, foi extraviado.

Para analisar Solano López como militar, ou como estrategista, só é possível por meio do estudo das suas manobras, a luz do desenvolvimento da guerra. Analisando os movimentos do seu exército ou de poucos documentos ou depoimentos que a história oferece.

O primeiro questionamento é ter Solano López partido para o conflito armado subestimando o inimigo, o seu poder militar. Além de disso, "...pode-se dizer que, antes do conflito, os paraguaios ignoravam completamente a ciência

da guerra". E não souberam avaliar seus possíveis aliados. (G.Thompson)

Ao invadir Mato Grosso, os estudiosos procuram justificar a operação "...com o objetivo de conquistar territórios julgados, por Solano López, como paraguaios; apreender material bélico e estimular as tropas com um golpe no poder militar brasileiro". Na realidade, parece ter procurado apreender material bélico, proteger a sua retaguarda de um possível ataque das tropas imperiais e desviar a atenção brasileira, de Montevidéu para Mato Grosso.

Von Versen criticou López por haver perdido preciosa oportunidade na invasão de Mato Grosso (três meses), "...sem verdadeiro objetivo militar de importância". O poder militar do Império na região era pequeno e as fortalezas arcaicas e mal armadas. Os efetivos eram bem reduzidos. A hipótese de uma ação militar brasileira, partindo de Mato Grosso, era remota. A única justificativa para essa ofensiva paraguaia seria a de dominar a navegação no Rio Paraguai. No mais, perderam um tempo precioso.

O seu plano para a realização da ofensiva no teatro de operações sul previa a invasão de Corrientes, por uma força militar de 25 mil homens, sob o comando do General Wenceslau Robles. Este seguiria com uma coluna margeando o Paraná, em direção a Buenos Aires. Uma outra coluna, com 15 mil homens, sob o comando do Tenente-Coronel Antônio de la Cruz Estigarribia, cruzaria o Rio Paraná, por Encarnación, invadindo a província de Missiones, até chegar ao Rio Uruguai. Daí seguindo, acompanhando o rio, até São Tomé, onde atravessaria o curso d'água. Em prosseguimento, seguiria para o sul na direção de Uruguiana, pela margem esquerda do Uruguai. Outra pequena coluna, sob o comando do Major Duarte, seguiria, paralelamente, pela margem direita do Uruguai.

No deslocamento, as colunas marchariam muito distantes entre si (250km). Sem objetivos intermediários e sem preocupação com a seguran-

ça dos flancos. Imagina-se que deveria ter havido a previsão de uma junção, em algum ponto mais ao sul. Possivelmente na foz do Rio Uruguai, de onde seguiriam para Montevidéu ou Buenos Aires. (Von Versen)

Ao ser desencadeada a ofensiva, Solano López não seguiu com suas tropas. Permaneceu em Assunção, 500km ao norte. As colunas, distantes entre si, não tiveram uma unidade de comando, nem coordenação, nem mesmo condições para uma ligação entre elas. O Comando Supremo permaneceu em território nacional.

Estigarribia desobedeceu às ordens, não conservando os seus objetivos e ocupando Uruguiana. Além disso deixou o Major Duarte. Foi mais incompetência do que desobediência.

O General Robles invadiu Corrientes, em 14 de abril de 1865. Deteve suas tropas em Goya e teria entrado em conluio com o Coronel Fernando Iturburn, chefe da Legião Paraguaia. Conforme denúncia do Tenente-Coronel Alem, seu chefe de Estado-Maior. Pagou com a sua vida pela traição denunciada. O Resquin, em depoimento, posterior à guerra, afirmou não acreditar nessa traição. Segundo Arturo Gray, "...os desacertos não foram tanto de López como de seus subordinados. Incapazes uns, desobedientes outros, ineptos todos". (Aturo Gray)

Solano López pecou em seu planejamento, não soube escolher seus comandantes e não demonstrou ação de comando. Sua permanência em Assunção foi injustificável. Perdeu o contato com as forças combatentes e não se fez presente no campo de batalha. Esta sua ausência, esta sua omissão viriam ser uma constante no decorrer da guerra. O fato veio repetir-se em Tuiuti; repetindo-se em Curupaiti e Humaitá. Solano López só deixou Assunção em 8 de junho de 1865, quando seguiu para o seu quartel-general, em Passo da Pátria, transferindo-se, em seguida, para Humaitá e depois para Paso Pucu.

Após as tropas retornarem para o território, posicionaram-se em Passo da Pátria e Itapiru. Pre-

paravam-se para defender no corte do Rio Paraná, com cerca de quarenta mil homens dentro de um plano defensivo, cujo núcleo principal estava baseado nas fortalezas de Curuzu, Curupaiti e Humaitá “...a Sebastopol sul-americana.”).

Na manhã de 17 de abril de 1866, os aliados transpuseram o Paraná, com 9.500 homens, sob o comando do General Manoel Luiz Osório.

Com a defesa escalonada, Solano López julgou lograr vitórias, detendo o inimigo, procurando desgastá-lo durante um longo período, permitindo chegar a uma paz negociada. Não imaginou que os aliados, em particular o Brasil, estavam decididos a levar a guerra até “...a sua liquidação integral e implacável...”, de conformidade com o Tratado da Tríplice Aliança. Segundo Arturo Bray, tinham como “...real objetivo (...) reduzir o Paraguai a uma potência de terceira ordem...”.

Analizando as operações de reconhecimento, realizadas pela esquadra brasileira, Solano López concluiu que o desembarque aliado seria realizado na região de Itati. Por isso instalou o seu posto de comando em Passo da Pátria. Com o desembarque aliado, na margem esquerda do Rio Paraguai, após os primeiros combates, em Itapiru, os paraguaios retraíram para Passo da Pátria e Solano López retraiu para Paso Roja, um pouco ao norte de Estero Bellaco.

Em 24 de abril, Passo da Pátria foi ocupada pelos aliados. Os combates prosseguiram até a derrota do Coronel Diaz, em Estero Bellaco. Isso forçou López a retrair para Paso Pucu, ao norte de Tuiuti. Os aliados prosseguiram para o norte de Passo da Pátria, procurando um espaço mais amplo - Tuiuti. Procuravam estabelecer uma cabeça de ponte que permitisse instalar uma ampla base de apoio ao combate, visando Humaitá.

Era 21 de maio e pela primeira vez os dois exércitos estavam realmente frente a frente. López aguardava o ataque aliado em Paso Pucu.

A lentidão dos aliados e o movimento da esquadra brasileira levaram-no a decidir por um ataque à posição inimiga, desdobrada em Tuiuti.

Ali estavam cerca de 39 mil soldados. López conta com apenas 25 mil homens. Iria passar à ofensiva.

Ao atacar Tuiuti, Solano López procurou a batalha decisiva. Seus ataques simultâneos fracassaram. “...Se aferrou Barrios ao cumprimento letra por letra da ordem recebida e, ao fazê-lo, ocasionou o fracasso”. (Arturo Bray)

O ataque paraguaio, na manhã do dia 24 de maio, procurando antecipar-se à iniciativa aliada, não chegou a constituir surpresa. O ataque, previsto para o alvorecer, só foi acontecer cerca das 11h. Além do que, ao contrário do que pensava Solano López, a sua intenção havia sido pressentida por Osório. (B. Mitre)

Solano López não soube avaliar os seus meios, e o seu reconhecimento foi falho. Não detectou a forte organização defensiva aliada, em particular a realizada por Mallet.

Segundo a avaliação de Arturo Bray, o General Resquin não era mais do que um “...medíocre comandante de tropa”. Para Garmendia, “Resquin sacrificou uma enorme massa de excelente cavalaria, sem tentar sequer a operação acertada. A formosa falange paraguaia foi batida em detalhe e feita em pedaços antes do tempo; sucumbiu bravamente, mas não com perícia”.

As falhas no estudo de situação; a falta de coordenação e de unidade de comando; a ausência do comandante-em-chefe, na linha de frente; a manobra defensiva em profundidade realizada por Osório; e seu oportuno contra-ataque decisivo levaram à vitória aliada, na maior batalha latino-americana já havida na história.

“Solano López é o único que deve carregar a responsabilidade do descalabro de Tuiuti. Não foi de Barrios a culpa de haver omitido o reconhecimento prévio.” (Bray)

Falhou o Napoleão do Prata. Falhou talvez por julgar-se um gênio militar, não ouvindo a opinião de ninguém e depreciando o valor dos soldados inimigos.

Seguem-se os combates pela conquista do objetivo principal - Humaitá. Em 3 de setembro

de 1866, 3.391 homens, sob o comando do Barão de Porto Alegre, desembarcaram frente a Curuzu, defendida pelo Coronel Gimenez, que, não tendo como manter a posição diante do ataque aliado, ordenou a retirada, abandonando os seus canhões e as suas bandeiras.

Em 11 de setembro, no início da manhã, apresentou-se sob bandeira branca, frente às avançadas aliadas, o Capitão Francisco Martinez. Portador de uma carta de Solano López propondo "...uma entrevista pessoal.." a ser realizada em Ytayti-Corá, no dia seguinte. A reunião aconteceu sem a presença brasileira. O General Polydoro recusou-se a comparecer. Venâncio Flores compareceu, mas retirou-se logo no início do encontro.

Solano López propôs a Bartolomeu Mitre um tratado de paz, com sua saída do território nacional, por dois anos. Para os aliados só uma exigência: rendição incondicional. Nada de concreto ficou resolvido na entrevista. "Solano López segue sendo, em Ytayti-Corá, o político ingênuo de São José das Flores". Não conseguiu perceber que Mitre estava preso ao Tratado da Tríplice Aliança. (Arturo Bray)

Em prosseguimento na batalha pela conquista de Humaitá, os aliados partiram para a conquista de Curupaity. Posição fortemente organizada, com assessoria do Coronel Wisner de Morgerston, engenheiro austriaco. Na manhã de 22 de setembro de 1866, inicia-se um ataque frontal aliado, com nove mil brasileiros, comandados pelo Barão de Porto Alegre. Foi realizado sem um prévio reconhecimento. Pagou-se caro por esta imprudência, negligência e omissão. José Diaz foi o grande herói paraguaio, em Curupaity. Onde estava o "Napoleão do Prata"? Em Paso Pucu. Mais uma vez ausente, o que não era normal em Bonaparte.

Após o desastre de Curupaity, o General João Luiz Mena Barreto, em 22 de julho de 1867, prosseguiu em marcha pelo flanco direito inimigo, enquanto a esquadra brasileira, sob o comando de Inhaúma, forçava a passagem se Curupaity, em 15 de agosto. Após ultrapassar a fortaleza e fundear

ao sul de Humaitá, retornou para Curuzu. Nova tentativa fez a esquadra passar Curupaity (16 de agosto) e estacionar em Arroio Oro, próximo de Humaitá. Somente em 19 de fevereiro de 1868 a esquadra ultrapassou Humaitá. Silenciosamente, os paraguaios retraíram de Curupaity para Humaitá, onde Solano López chegou em 2 de março.

Sentindo-se ameaçado, em 21 de março, Solano López abandonou Humaitá, com o grosso da tropa. Nem ao menos esperou pela Sra. Lynch e seus filhos. Atravessou o rio em direção ao Timbó e depois de nova travessia seguiu para San Fernando, mais ao norte. Antes de sair de Humaitá, mandou que fossem mortos dois mil prisioneiros. "...Ordenou que fossem todos esfaqueados..." (F. Masterman). Mais uma vez Solano López abandonou a linha de frente ao se ver em perigo. Deixou responsável pela defesa de Humaitá o Coronel Alem. Responsabilidade que mais tarde lhe foi cobrada. Diante da situação insustentável, o Coronel Alem deixou Humaitá sob o comando do Tenente-Coronel Martinez e seguiu para San Fernando, levando consigo os feridos. Ao chegar no destino, apesar de ferido, foi tratado como traidor, por ter abandonado a fortaleza.

A mãe e a esposa do Tenente-Coronel Martinez foram barbaramente torturadas e fuziladas, por ter aquele oficial se rendido aos aliados. Começara surgir o Átila?

Ao chegar em San Fernando, em 9 de julho, após ter abandonado Humaitá, Solano López já não possuía mais esperanças de vitória. Tinha consciência de que os aliados buscariam o seu aniquilamento. Assim se dispôs a resistir e lutar até o fim.

Foi nesta fase da chegada em San Fernando que Solano López começou a escrever as mais negras páginas da sua história e o período mais trágico da guerra. Chegaram às suas mãos "...papéis procedentes de Assunção, que foram interceptados e estavam destinados ao quartel-general de Caxias, continham dados e planos sobre as posições paraguaias e pareciam haver emanado do próprio irmão Benigno". Tudo indicando uma gran-

de conspiração, implicando o Ministro Washburn, da Legação norte-americana. Dentre os objetivos da conspiração estava o seu assassinato. (E. Cardoso) Diante dos fatos, indicando o envolvimento dos seus irmãos e irmãs, assim como de auxiliares bem próximos de si, em uma explosão de raiva, fez surgir "...os mais baixos instintos e se entregou, desde então, aos maiores excessos". (E. Cardoso) Reuniu-se com o General Resquin e com o Bispo Palácios procurando uma solução, para pôr fim à conspiração. Resquin sugeriu "...tratar os traidores contumazes...", querendo dizer tortura; enquanto Palácios propôs "...passar pelas armas a todos os culpados...". López houve por bem seguir as sugestões de Resquin, pois tinha "...interesse em também saber o que eles (os traidores) sabiam...". (F. Masterman) San Fernando transformou-se em um grande matadouro, ao estilo da Inquisição. Diante dos tribunais especiais estabelecidos, acusados confessavam os planos da conspiração. As suas "...declarações foram arrancadas com procedimentos da mais refinada残酷..." (Masterman)

De 19 de junho até 14 de dezembro de 1868, foram fuziladas 368 pessoas. (E. Cardoso) Entre elas: Benigno López, Saturnino de Bendoya, José Berges, Manuel Antônio Palácios, Antônio Carreras, Francisco Rodrigues Latena e os generais Vicente Barrios e José Maria Bugres. Todos da alta esfera do Governo paraguaio. (E. Cardoso)

Em relato do General Resquin, prestado em 20 de maio de 1870, no quartel-general, em Humaitá, foram acusadas de conspiração e executados cerca de duas mil pessoas. Afirmou ainda que a partir desse momento as execuções não teriam mais fim.

Frederic Masterman, em seu livro *Siete Años de Aventuras em el Paraguay* apresenta os Diários de Resquin (31 de maio de 1868), no qual foram relacionadas, nominalmente, as vítimas de San Fernando, em um período de seis meses. Foram paraguaios e estrangeiros fuzilados sob acusação de espionagem, traição ou deserção. Foram elenca-

das 605 execuções e registrados 60 mortos durante o translado de San Fernando para Curubarity. O Quadro de Registro de Ordens, encontrado no acampamento de Curubarity, apresenta 834 presos, dos quais 167 faleceram e 432 foram "...passados pelas armas...". Dentre os fuzilados estavam 289 paraguaios, 50 brasileiros, 48 argentinos, além de outros de diversas nacionalidades.

Venâncio López e suas irmãs, Inocência e Rafaela, acabaram sendo indultados da pena de fuzilamento. Mas Angel Benigno López não teve a mesma sorte. Após ter sido violentamente castigado, pelo açoite, foi levado diante do pelotão de fuzilamento e executado.

Paralelamente a esse massacre, as atrocidades ocorriam rotineiramente nas prisões de Solano López. F. Masterman, durante sua prisão, pode observar de perto, através das grades, as atrocidades cometidas pelos carrascos de López. Relatou-as em seu livro, com detalhes.

Esboçava-se o *Átila do Prata*?

Em 26 de agosto de 1868, López deixou San Fernando e instalou-se em Ita Ybaté (Lomas Valentinas).

Após o combate de Piquissiri e a manobra de Caxias através do Chaco, desembarcando em San António com 21 mil homens, deu-se início à Dezembrada (Itororó, Avaí, Lomas Valentinas). Ai López esperou o inimigo com os seus sete mil homens restantes. Desdobrou as suas tropas defensivamente, em uma posição pouco organizada. Estava decidido resistir, apesar de mal armado e sitiado. O combate foi iniciado, em 21 de dezembro, com as tropas paraguaias sob o comando direto de López. Sentindo-se em perigo, fez o seu testamento favorecendo, em tudo, Elisa Lynch.

Comandando pessoalmente a defesa de Lomas Valentinas (Itá Ybaté), López levou seus soldados a uma resistência terrível. Não tinha mais esperanças, mas, apesar disso, rechaçou a intimação para rendição (24 de dezembro).

Em 25 de dezembro de 1868, a artilharia brasileira bombardeou a posição paraguaia com 46

canhões. Um dos maiores bombardeios até então realizado. Seguiu-se o lançamento de inúmeros foguetes. Mesmo assim os paraguaios resistiram ao ataque brasileiro. À noite, a cavalaria brasileira, após duro combate com o regimento de dragões, conseguiu cercar e destroçar esta tropa de elite.

Após um forte bombardeio, em 27 de dezembro, as tropas aliadas entraram na posição paraguaia, que foi sendo aniquilada. Ao ver o inimigo dentro de suas linhas, López fugiu, às pressas, apenas com dois companheiros. Fugiu "...deixando entregue à própria sorte Elisa Lynch, que saiu por entre as balas à procura dele". Toda a sua bagagem, vestimentas e "...algumas de suas escravas foram apreendidas". (G. Thompson)

Nesta época, o Paraguai possuía cerca de cinqüenta mil escravos, do Estado, brancos e negros, que em dado momento foram mobilizados. (*Encyclopédia Ilustrada-Lello*)

Até então, Solano López nunca estivera diretamente sob o fogo. Sempre fora do alcance das armas inimigas. "Mas a sua fuga, no entanto, quase sem sentir o cheiro de pólvora, fez com que seus homens, tão acostumados a julgar perfeitamente certo tudo o que ele fazia, se sentissem enojados com ele. Entre os prisioneiros paraguaios, ouvi muitos comentar a covardia de López." (G. Thompson)

Até hoje, este episódio vem sendo muito discutido. Estando mal explicada a fuga de Solano López de Lomas Valentinas. Os brasileiros deixaram uma brecha na linha de cerco e por ai López evadiu-se para Cerro León, onde esperava reorganizar-se.

Após a sua fuga de Lomas Valentinas, Solano López fez um emocionado apelo à população procurando mobilizar um novo exército para o prosseguimento das operações. Aos poucos conseguiu reunir cerca de 12 mil homens, em Azurra, o seu novo acampamento. Feridos e mutilados de combates anteriores foram chegando. Alguns prisioneiros fugidos das prisões aliadas, alguns vindos até mesmo do Rio de Janeiro e de

Buenos Aires, foram surgindo aos poucos. Estes correndo o sério risco do fuzilamento.

Peribebuy passou a ser a nova capital da República, mas esta foi logo isolada pelas tropas aliadas. López passou a ter o seu quartel-general em Azurra.

A partir de Cerro León, até Cerro Corá, foram 13 meses e 140 léguas de marcha de uma tropa desgastada procurando livrar-se da ação dos soldados brasileiros, agora sob o comando do Conde D'Eu.

Em 12 de agosto de 1869 travou-se o violento combate de Peribebuy, com a vitória brasileira. Após o término do combate, os brasileiros degolaram o Coronel Caballero, comandante da praça, por ordem direta do Conde D'Eu.

Solano López seguiu o seu destino. Ao chegar em San Estanislao "descobriu" uma nova conspiração, onde estavam envolvidos Venâncio, Inocência e Rafaela López, o Coronel Hilário Marcó. Além de vários outros oficiais e a sua própria mãe, Juana Carrillo. Marcó foi morto lacerado pelo açoite e devorado pelas moscas. Fidel Maiz, Justo Román, Isidoro Resquin, Manuel Palácios e Silvestre Aveiros foram os escolhidos para julgar os destinos dos acusados. (Arturo Bray)

O Coronel Mongelós, comandante da guarda pessoal de Solano López, foi fuzilado por não haver percebido a conspiração. Não houve culpa formada para este oficial. Com ele foram mortos também o Major Rivero e mais 16 oficiais e 86 soldados, que estavam sob o seu comando.

Em Capivary foram executados o Alferes Aquino e mais 69 soldados, além de D. Pancha Garmendia. Esta lanceada. A partir daí as execuções passaram a ser feitas pela lança, para economizar munição. Como os soldados responsáveis pelas execuções encontravam-se debilitados, eram obrigados a dar quatro a cinco golpes, para conseguir a morte do condenado. (Arturo Bray) Venâncio López foi açoitado diariamente durante toda a marcha. Tinha o corpo todo coberto de feridas infectadas, sendo conduzido amarrado, pela cintura, por uma corda, pela qual era arrastado. Em Chirigüelo, Venâncio expirou implorando por água.

D. Juana Carrillo foi julgada e condenada, após interrogatório feito pelo Padre Fidel Maiz. Segundo Manuel Palácios, esta senhora chegou a "...ser castigada com a espada pelo Coronel Aveiro..." Foi mantida presa em um carro. Uma jaula com rodas.

Resquin, Aveiros, Palácios, e Goiburu, sicários de López, ao caírem prisioneiros dos brasileiros, não tiveram a honradez e a hombridade de assumir as atrocidades cometidas. Jogaram toda responsabilidade sobre os ombros de Solano López. Aveiros chegou a pedir clemência ao Conde D'Eu.

Não se pode afirmar que Solano López estivesse ignorando tudo o que ocorria. Mas também não se pode afirmar de que foi o único culpado. "Por essa época, Solano López era um homem cujo espírito entrou em um permanente desequilíbrio, saindo de órbita de toda serenidade". Esta parece ser a interpretação mais justa. (Arturo Bray)

A partir de San Fernando, quando tomou conhecimento da conspiração envolvendo os seus familiares e inúmeros companheiros que privavam do

seu relacionamento, foi mudando o seu comportamento. Com amargura pela traição, daqueles que lhe eram caros, foi se tornando cada vez mais violento. Já não devia estar em toda a sua razão. Passou a tomar as suas decisões de modo duro e frio.

Na manhã calorosa de 1º de março de 1870, Solano López vem a falecer após um golpe de lança dado pelo cabo Francisco Lacerda, o "Chico Diabo", que lhe atingiu o abdome, enquanto um soldado desferia-lhe um golpe de sabre na fronte. Ao tentarem desarmá-lo, ainda tentou reagir, quando um tiro partido não se sabe de onde prosrou-o por terra.

"O Paraguai é por fim livre", diz Arturo Bray em seu livro.

Após estudar a vida de Solano López, procurando analisar a sua personalidade e as suas qualidades como homem, como militar e como chefe da nação paraguaia, podemos ter a certeza de que não foi um Napoleão, tampouco um Átila. Foi, em realidade, apenas Francisco Solano López. ☺

Referências bibliográficas

BRAY, Arturo: *Solano López-soldado de la gloria y del infiernio*. Carlos Schanman Ed. - 3º ed. Assunção: 1984.

BARROSO, G. *História Militar do Brasil*. BIBLIEK. Rio de Janeiro: 2000.

CARDOSO, Efraim. *Hacen Cien Años*. Ed. EMASA. Assunção: 1971.

— . *El Paraguay Independiente*. Ed. El Lector. Assunção: 1996.

CANARD, Benjamin e col. *Cartas Sobre la Guerra Del Paraguay*. Ed. Da Academia Nacional de la Historia. Buenos Aires: 1999.

CENTURION, Ten Cel J.C. *Memórias o Reminiscencias Históricas sobre la Guerra del Paraguay*. Ed Giuaraná. Assunção: 1948.

CUARTEROLO, M. A. *Soldados de la Memoria*. Ed. Planeta. 1ºed. Buenos Aires: 2000.

CUNHA, M. A. *A Chama da Nacionalidade*. BIBLIEK. Rio de Janeiro: 2000.

DORATIOTO, Francisco M. *O Conflito com o Paraguai*. Ed. Ática. São Paulo: 1996.

— . *Maldita Guerra*. Cia. das Letras. São Paulo: 2002.

ESCUDERO, A. G. *Francisco Solano López - el Napoleón de Paraguay*. Biblioteca Iberoamericana. Madri.

FIGUEIREDO, L. *Grandes Soldados do Brasil*. 5º edição. Liv. José Olimpio Ed. São Paulo: 1950

GODOI, J.S. *El Fusilamiento Del Obispo Palácios y los Tribunales de Sangre de San Fernando - Documentos Históricos*. Ed. El Lector. Assunção: 1996.

LORETO, A. *Os Antecedentes da Guerra do Paraguai*. BIBLIEK. Rio de Janeiro: 1953.

MAGNATERRA, O. J. *La Guerra de la Triple Alianza*. Ed. Dunker. Buenos Aires: 2002.

MASTERMAN, J. F. *Siete Años de Aventuras en el Paraguay*. Juan Palumbo Ed. Buenos Aires: 1911.

MOURA, Maj. A.H.S. *Guerra da Tríplice Aliança e suas contribuições para a evolução do Exército Brasileiro*. Monografia da ECEMEX. Rio de Janeiro: 1996.

MOURA, Gen. Aureliano P. de. "Tuiuti". Palestra no IGHMB. 2002.

RESQUIN, F. I. *La Guerra Del Paraguay Contra la Tríplice Alianza*. Ed. El Lector. Assunção: 1996.

RUBIANI, J. *La Guerra de la Tríplice Alianza*. ABC Color. Assunção: 2001.

SENA MADUREIRA, A. *Guerra do Paraguai*. Ed. Universidade de Brasília. Brasília: 1982.

THOMPSON, G. *Guerra del Paraguai*. Ed. Conquista. Rio de Janeiro: 1968.

VON VERSEN, M. *História da Guerra do Paraguai*. Ed. Universidade de São Paulo. São Paulo: 1976.

Iraque: Petróleo, história e guerra*

Luiz Paulo Macedo Carvalho**

Origens e caracterização

OIraque (margem fértil do rio) é tido como o berço da civilização, onde os sumérios inventaram a escrita e onde se localizavam os Jardins Suspensos da Babilônia. Conquistado por persas, gregos e romanos, tornou-se centro do Império Árabe nos séculos VII e IX, período em que se deu a fundação de Bagdá e a introdução da religião islâmica. Seguiram-se as invasões mongóis e turcas, entrando depois em decadência.

A região - chamada na Antiguidade de Mesopotâmia (entre rios, em grego) - abrigou várias civilizações a partir de 3.000 a.C.: a sumeriana, a babilônica e a assíria.

A República do Iraque, criada artificialmente pelos ingleses em 1920, após a Primeira Guerra Mundial, ocupa uma área de 438.128km² (equivalente, *grosso modo*, à área dos estados de Santa Catarina e Bahia juntos), do geoestratégico *beartland* de MacKinder nos vales dos rios Eufrates e Tigre, os principais cursos d'água do Oriente Médio, com uma das maiores reservas de petróleo do mundo. Tem população de origem árabe de cerca de vinte milhões, composta de curdos (17%), xiitas, seguidores do Califa Ali (60%), sunitas, ortodoxos defensores da *Suna* - coletânea de textos do Profeta e dos califas - (20%), turcomanos e outras etnias (3%). Principais cidades: Bagdá (capital), Mossul, ao Norte, Basra, no Sul, Najaf (túmulo de Ali, primo e genro de Maomé) e Karbala (mausoléu de Hussein, neto do Profeta), as duas últimas consideradas cidades

santas. Desde 1978 viveu sob o regime de uma sanguinária ditadura militar do Partido Socialista Árabe Baath, criado por intelectuais esquerdistas e ultranacionalistas, contrários à teocracia do Islã (submissão voluntária à vontade de Deus) e xenófobos, que sonhavam em constituir uma República Árabe Unida, a exemplo da tentada pelo Egito e pela Síria.

Questão do petróleo

Deus, em sua infinita sabedoria, concedeu ao Ocidente a graça do desenvolvimento econômico-científico-tecnológico, que resultou na Revolução Industrial e suas consequências, e ao Oriente, a de possuir as maiores reservas mundiais para atender à demanda crescente do "ouro negro" pelo Ocidente.

Para melhor entendimento dos sucessivos conflitos ocorridos no Oriente Médio, impõe-se remontar aos idos do século XIX e início do XX, quando se verificou a expansão colonialista - sem precedentes - britânica, francesa, austro-húngara, russa, norte-americana e, particularmente, o desmoronamento do Império Otomano.

A rivalidade entre ingleses e russos assinala o começo da disputa pelo petróleo no Oriente Médio.

A partir de 1872, o Barão inglês Julius Reuter - fundador da conhecida agência de notícias - negociou acordos com a Pérsia (Irã), que permitiram, entre outras coisas, a exploração de petróleo naquele país. Tais acordos provocaram uma crise com a Rússia. O governo do Czar, temendo a

* Palestra proferida em 13 de julho de 2004.

** O autor é Coronel de Artilharia e Estado-Maior e historiador, membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Portuguesa da História

expansão imperialista inglesa junto a suas fronteiras ao sul, buscou a anulação dos mesmos. Mas os ingleses não desistiram. Em 28 de maio de 1901, obtiveram a primeira concessão do Xá da Pérsia para explorar petróleo por sessenta anos em dois terços do país, fincando o pé no Oriente Médio.

Em meados de 1908, jorrou petróleo a 15m de altura na “planície do óleo”, a sudoeste de Teerã, próximo ao *Shatt-al-Arab*, a 500km do Golfo Pérsico.

No ano de 1909, era criada a *Anglo Persian Oil Company*, que se transformaria, com o passar do tempo, na *British Petroleum* (BP).

Três anos depois, em 1912, os ingleses perderam o monopólio no Oriente: surgiu no cenário a *Turkish Petroleum Company*, com 50% de capital repartido entre o *Deutsche Bank* e a *Royal Dutch-Shell* holandesa, e a participação de 5% do milionário armênio Calouste Gulbenkian.

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o Reino Unido preocupava-se com o abastecimento da Marinha, diante da mudança do sistema de propulsão dos navios de carvão para óleo. O então Lorde do Almirantado Sir Winston Churchill fez com que a Câmara dos Comuns nacionalizasse a *Anglo Persian Oil Company*, assumindo o controle do petróleo persa.

Em 1914, dá-se a fusão da *Turkish Petroleum Company* com a *Anglo Persian Oil Company*, ficando os ingleses com 50%, continuando os holandeses e os alemães, cada um, com 25%, e permanecendo o intermediário Gulbenkian com 5% dos lucros, o que lhe valeu a alcunha de “Senhor 5%”.

Terminada a guerra, com a derrota da Alemanha e o consequente desmantelamento do Império Otomano, as potências aliadas ditaram as novas regras do jogo, sendo assinados os acordos de San Remo, em 1920. Os franceses assumiram a parte dos alemães, da qual os britânicos haviam se aposado durante o conflito. Em compensação, a França renunciava às reivindicações territoriais ao norte do Iraque (campos petrolíferos de Mossul). O Reino Unido, por sua vez, anunciaava que toda companhia privada interessada na exploração do

petróleo naquela área ficaria sob o seu controle, mas silenciando quanto às reservas petrolíferas da Mesopotâmia. San Remo foi um golpe duro contra os norte-americanos, que começavam a mostrar interesse pelo petróleo do Oriente Médio.

No final da década de 1920, ficou comprovada existência de imenso lençol petrolífero também no Iraque, em território curdo, nas cercanias de Kirkuk. Somente em 1928, na cidade de Ostende, Bélgica, verificou-se, enfim, a assinatura do contrato de exploração do petróleo iraquiano. Em substituição à *Turkish Petroleum Company* surgiu a *Iraq Petroleum Company* (IPC), cujo capital ficou assim constituído: *Anglo Persian*, 23,75%; *Shell*, 23,75%; *Compagnie Française de Petrole*, 23,75%; cartel *Gulf-Texaco-Exxon-Mobil*, 23,75%, e os 5% de Gulbenkian. Entravam, afinal, efetivamente os norte-americanos no negócio do petróleo no Oriente Médio. Os representantes das companhias, então, traçaram a famosa “linha vermelha” em torno do ex-Império Otomano. Apenas a Pérsia e o Kuwait eram excluídos. No interior da zona demarcada, qualquer atividade petrolífera devia se fazer somente entre os participantes da IPC. O petróleo persa continuou como “reserva de caça” dos ingleses.

Em 1933, o Rei ibn Saud deu concessão à empresa norte-americana *Socal* de explorar petróleo na Arábia Saudita por sessenta anos.

Os ingleses, em vez de lutar contra os norte-americanos, preferiram, um ano e meio mais tarde, associar-se a eles à base de 50% na prospecção da última área petrolífera inexplorada – Kuwait.

Em 14 de fevereiro de 1945, a bordo do *USS Quincy*, no Mar Vermelho, firmava-se uma aliança entre Franklin Delano Roosevelt e Abdulaziz ibn Saud, pela qual Riad comprometia-se a manter estável o preço e o suprimento de petróleo, em troca da proteção norte-americana contra a exploração predatória regional e estrangeira. Somente em 1973, o pacto seria rompido em consequência do primeiro “choque do petróleo”, com a multiplicação do preço do barril por quatro.

Após a Segunda Guerra Mundial, teve início o movimento de descolonização que assegurou aos Estados independentes disporem livremente dos seus recursos.

No ano de 1948, os norte-americanos conseguem o fim da “linha vermelha”. As “Sete Irmãs” (*Gulf, Chevron / Standard, Exxon, Móbil, Texaco, BP e Shell*) ofereceram melhores preços pelo barril de petróleo e dominaram a produção do Barhein, do Kuwait e do Iraque. Desta forma, as multinacionais norte-americanas e inglesas controlaram os preços e a produção de petróleo no Oriente Médio.

Porém, em 1954, Mossadegh nacionalizou o petróleo iraniano. Quatro anos depois, Mossadegh foi eliminado e os norte-americanos obtiveram o controle do petróleo do Irã, tomando o lugar dos ingleses.

Em 1960, Arábia Saudita, Kuwait, Irã, Iraque, Catar, Indonésia, Líbia, Emirados Árabes, Argélia, Nigéria e Venezuela, donos de 77% das reservas mundiais, fundaram a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) e, pela primeira vez, os países do Golfo se uniram para enfrentar as “Sete Irmãs”. Nacionalização era a palavra de ordem nos países árabes.

Em 1972, o Iraque recuperou o controle de sua indústria petrolífera e a nacionalizou por meio da INOC (*Iraq National Oil Company*), incumbida da produção, e da SOMO (*State Oil Marketing Organization*), da comercialização.

A Guerra do Yom Kippur, em 1973, ensejou o primeiro “choque do petróleo”. Os países do Golfo visavam a pressionar o Ocidente, que apoiava Israel. Elevaram em 70% o preço do barril e limitaram a produção de petróleo. Três anos após, a Arábia Saudita procedeu de maneira idêntica, antes de nacionalizar completamente a ARAMCO (*Arabian American Oil Company*), mas, diante da ameaça soviética e da Guerra do Afeganistão, por razões estratégicas, os norte-americanos viraram-se compelidos a manter a parceria com os sauditas.

Os produtores ditavam, então, as regras do jogo, mas as empresas estrangeiras mantiveram o

controle da refinação, do transporte e da comercialização da gasolina e demais derivados do petróleo – brillante adaptação à nova situação. De 1973 a 1974, só a Shell aumentou seus negócios em 160%. Por ocasião do “choque do petróleo” de 1973, atingiu 36,9% operando como intermediária indispensável à economia ocidental. Por cerca de quarenta anos, o petróleo do Oriente Médio esteve nas mãos das grandes potências do Ocidente; trinta anos depois, invertiam-se as posições.

Retrospectiva histórico-política

Desde o século XV até a Primeira Guerra Mundial, todo o Oriente Médio esteve sob o jugo do Império Otomano. Os árabes nunca toleraram a dominação turca. A reação árabe acirrou-se com o crescimento do nacionalismo, que atingiu o clímax no final do século XIX. Durante a Primeira Guerra Mundial, os turcos aliaram-se aos alemães. Os árabes, diante da promessa de independência dos ingleses, após vacilarem, rebelaram-se contra os turcos. Instigados pelo lendário Lawrence da Arábia e liderados pelo hashemita Xerife de Meca – Hussein ibn Ali, considerado descendente direto de Maomé (não comprovado) –, acabaram vencendo os turcos.

Em 1916, franceses e ingleses haviam firmado, secretamente, o Acordo Sykes-Picot, que estabelecia a partilha do Oriente Médio no pós-guerra. O Reino Unido ficava de posse do Egito, dos Emirados Árabes, da Transjordânia, da Mesopotâmia e da Palestina. À França caberiam o Líbano e a Síria. Permaneciam, assim, todas as jazidas de petróleo nas mãos dos ingleses. Logo em seguida, no ano de 1917, o Governo britânico, pela Declaração Balfour, acenava com a criação de um “lar nacional judeu” na Palestina, buscando conseguir apoio dos judeus russos e dos residentes no território palestino.

Ao término da guerra, como recompensa pela ajuda proporcionada com a “Revolução Árabe”, o Governo britânico entregou a Hussein ibn Ali e seus filhos Faisal e Abdulah, respectiva-

mente, o Reino do Hejaz (Arábia Saudita), a Síria e a Transjordânia (Jordânia). Porém, a França reclamou a posse da Síria e do Líbano, conforme fora acertado pelo Acordo Sykes-Picot. A solução foi retirar Faisal do seu trono em Damasco e dar-lhe em troca a Mesopotâmia sob a tutela da *Union Jack*, reunindo ao norte (Mossul) os curdos, ao centro (em torno de Bagdá) os sunitas, e ao sul (ao redor de Basra, exceto a cidade-estado de Kuwait, no Golfo) os xiitas, sob a denominação de Iraque.

No período de descolonização ao fim da Segunda Guerra Mundial, os ingleses trataram de consolidar o seu poder no Oriente Médio, controlando os governos dos países árabes por meio de alianças e títeres. Por outro lado, os norte-americanos apoiavam o recém-criado Estado de Israel, na Palestina (1948), com a derrota da coalizão árabe na guerra que se seguiu à ocupação do território palestino.

Em 1952, liderando um movimento nacionalista-socialista pan-árabico - com o apoio da URSS às guerras de libertação do Terceiro Mundo - o Coronel Gamal Abdel Nasser depôs o Rei Farouk do Egito, promoveu a reforma agrária, a industrialização do país e a nacionalização do Canal de Suez, proibindo a navegação de navios israelenses. Sucessivamente, caíram as monarquias pró-ocidentais do Iraque (1958), do Iêmen (1962) e da Líbia (1969). Israel reagiu invadindo e ocupando o Sinai, apoiado pelos ingleses e franceses. A URSS protestou e o Governo dos Estados Unidos forçou um cessar-fogo e a devolução dos territórios egípcios ocupados. Formou-se a RAU (República Árabe Unida), reunindo o Egito e a Síria (1958), que fracassou. Em 1967, o Egito perdeu a Guerra dos Seis Dias e, com isso, a Península do Sinai e a Faixa de Gaza. Três anos depois, Nasser morreu e Anwar Sadat assumiu o Governo do Egito que, aliado à Síria, atacou Israel no Yom Kippur de 1973, para recuperar os territórios perdidos. Ante a ameaça da proliferação das idéias nacionalistas árabes e também mar-

xistas - estas não aceitas pelos religiosos muçulmanos -, o Reino Unido e os Estados Unidos incentivaram a disseminação das escolas islâmicas (madraçais), custeadas pela Arábia Saudita, e a pregação dos imãs e aiatolás, para conter o avassalador movimento nasserista.

A falta de liderança decorrente do desaparecimento de Nasser, as derrotas impostas por Israel ao Egito e à Síria e o incentivo de ressurreição do fundamentalismo islâmico com o beneplácito do Ocidente levaram à Revolução Iraniana (1979) e ao estabelecimento do regime teocrático do Aiatolá Khomeini.

Concomitantemente, a aventura soviética no Afeganistão (1980), em suporte ao governo comunista de Cabul, ensejou os Estados Unidos e a Arábia Saudita a apoiar os rebeldes afegãos e Osama bin Laden. Nove anos mais tarde, após sofrer pesadas baixas (36 mil), a União Soviética abandonou o Afeganistão, animando os fundamentalistas islâmicos a combater a cultura ocidental, considerada materialista, corrupta, imoral e violenta. Estava lançado o germe da obsessão antiamericana mundial, alimentada pela arrogância e unilateralismo da potência hegemônica.

A "Revolução dos Aiatolás", a única do século XX sem rótulo marxista, despertou simpatias do mundo islâmico.

Saddam Hussein, aproveitando a oportunidade e com pretensões de assumir a liderança do Mundo Árabe, propôs aos EUA, em reunião secreta na Jordânia, que lhe dessem ajuda econômica e armas modernas para recuperar o rico campo petrolífero do Shatt-al-Arab e derrotar o regime fundamentalista do Irã.

Ainda que auxiliado pelos norte-americanos, ingleses, alemães, franceses e italianos, depois de nove anos de guerra de atrito, empregando agentes químicos e bacteriológicos fornecidos por seus novos aliados, o Iraque sofreu fragorosa derrota e saiu arruinado, com milhares de baixas.

Sentindo-se traído em face do escândalo Irã-Contras, e com uma dívida externa de US\$ 80

bilhões, perdendo dinheiro na queda dos preços do petróleo no mercado, lançou-se contra o Kuwait. Reclamava portos do Golfo Pérsico, indenização por extração de petróleo da região de Rumaila, na fronteira entre o Iraque e o Kuwait, e por venda maior do que a cota fixada pela OPEP. Na verdade, visualizava uma saída para a difícil situação em que se metera no Kuwait com a expansão iraquiana por todo o deserto da Arábia e concretizar o sonho de liderar os povos árabes.

Estavam aí as alegadas causas imediatas e mediatas para a invasão do Kuwait e a sua anexação ao Iraque como a 19ª província.

Guerra do Golfo de 1991

A invasão do Kuwait pelo Iraque, iniciada em 1º de agosto de 1990, desencadeou uma série de acontecimentos que assinalaram o início do primeiro conflito de grande escala no período pós-Guerra Fria e o primeiro capítulo da Guerra do Golfo.

Levará alguns anos para que todas as lições dessa guerra sejam completamente analisadas e para que as suas consequências político-estratégicas tornem-se evidentes. Contudo, está claro que o seu desfecho causou inúmeros impactos na evolução da arte da guerra e na do pensamento estratégico-militar predominante ao final da metade do século XX. Pode-se mesmo afirmar que constituiu um ponto de inflexão na cultura da guerra e na doutrina militar.

Embora a Guerra do Golfo tenha tido a duração de apenas 43 dias, implicou um maciço emprego de meios aéreos, blindados e novas tecnologias diversificadas, que vão desde ataques de aeronaves invisíveis aos radares (*stealth*), emprego de modernos sistemas de controle de tiro com visores térmicos de alvos e de armas inteligentes a transmissões por videofone. Constatou-se, em síntese, a ocorrência de uma “Revolução em Assuntos Militares”.

A Guerra do Golfo é um marco significativo nas relações Leste-Oeste e para o mundo em desen-

volvimento. Caracterizou inusitado desafio de uma potência regional contra uma ampla coalizão de forças de 38 países, promovida pelos EUA, sob a égide das Nações Unidas, e assentimento da União Soviética, da OTAN, do Japão e da maioria das nações do Leste Europeu, da Liga Árabe e do Conselho de Cooperação dos Estados do Golfo Pérsico (Bahrein, Omã, Catar e Emirados Árabes Unidos). Somente a Jordânia, a Líbia, a Mauritânia, o Sudão, o Iêmen e a OLP manifestaram apoio político ao Iraque durante o conflito.

Quarenta e seis anos depois da Segunda Guerra Mundial e quase duas décadas após a derrota norte-americana no Vietnã, e a cerca de outros dez anos da retirada das tropas norte-americanas do Líbano, Tio Sam recuperava seu prestígio político-econômico-militar, assumindo a hegemonia mundial ao término da Guerra do Golfo.

Pela primeira vez desde a Guerra da Coreia, a ONU autorizou liberdade de ação contra um agressor. Em consequência, o Iraque sofreu absoluto bloqueio naval e econômico (exceto alimentos e medicamentos para a população), teve proibida a exportação de petróleo e a importação de armas.

Pela Resolução 678, a ONU, pressionada, deu o prazo até 15 de janeiro de 1991 para o Iraque se retirar do Kuwait.

Dois dias após o término do prazo, os EUA iniciaram os bombardeios aéreos do Iraque com mísseis de cruzeiro. Em represália, o Iraque lançou *Scuds* em cidades israelenses e sauditas. No fim de fevereiro, a coalizão de 38 países liderados pelos EUA invadiu o Kuwait e o Sul do Iraque sem encontrar resistência e, em questão de dias, o Iraque se rendeu incondicionalmente, retirando suas tropas do Kuwait.

A estratégia empregada pela coalizão foi a desenvolvida por Colin Powell na década de 1980 para enfrentar as forças do Pacto de Varsóvia – a chamada “Doutrina de Superioridade Esmagadora”, que enfatizava destruir o inimigo antes do combate, privá-lo da capacidade de lutar, com um

mínimo de baixas e danos, mobilidade, pré-posicionamento, instrução, tecnologia e integração do poder militar. Resumia-se na batalha ar-terra: conquistar supremacia aérea, atacar alvos estratégicos e destruir as forças terrestres.

Para isso, em seis meses de concentração, a coalizão apresentou o seguinte poder relativo de combate:

Meios	Coalizão*	Iraque
Combatentes terrestres	600.000	545.000
CC	3.360	4.230
Peças de Artilharia	3.633	3.100
Outras viaturas blindadas	4.050	2.870
Helicópteros	1.959	160
Aeronaves de asa fixa	2.700	770
Belonaves	150	48

* Forças da coalizão: EUA, Arábia Saudita, Reino Unido, França, Egito, Síria, Canadá, Itália, Omã, Catar, Emirados Árabes Unidos (14 muçulmanos).

As operações na Guerra do Golfo foram conduzidas em duas fases. A primeira fase, levada a efeito em mil horas, esteve a cargo da Força Aérea e visou a conquistar a supremacia aérea (destruir bases aéreas, defesa aérea terrestre, radares inimigos, a Força Aérea iraquiana e 48 belonaves); atacar alvos estratégicos (QG, PC, sistemas de comunicações, usinas elétricas, reatores nucleares, instalações de produção de armas biológicas e químicas e depósitos de suprimentos); destruir as forças terrestres (mísseis de grande alcance e precisão, artilharia, barreiras defensivas e abrigos antiaéreos). A segunda caracterizou-se pela batalha ar-terra, cerco e destruição, concluída em cem horas, com uma finta de desembarque anfíbio de uma brigada de fuzileiros navais e emprego de forças especiais, o ataque principal lançado da Arábia Saudita explorando a surpresa (18º Corpo de Exército Aeroterrestre) e dois ataques simultâneos (7º Corpo de Exército e Comando Norte das Forças Conjuntas), sem parar, nos objetivos intermediários, tirando o máximo proveito da mobilidade e velocidade; um avanço pan-árabe e norte-americano lan-

çado do Kuwait e outra ação rápida para fechar o cerco e cortar a retirada (captura de aeródromos), confiada à 6ª Divisão Blindada (França), à 52ª Divisão Aeroterrestre e à 101ª Aeroterrestre dos EUA.

Em seis semanas de guerra, o balanço final foi o seguinte:

Perdas	Iraque	Coalizão
Mortes	100.000	>200
CC	4.000	4
Outras Vtr Bld	1.000	9
Peças de Artilharia	3.000	1
Aeronaves	276	38

Os custos da primeira fase da Guerra do Golfo, segundo o Pentágono, ficaram assim rateados entre os seguintes países:

Arábia Saudita	- US\$ 16,8 bilhões
Kuwait	- US\$ 16,0 bilhões
Japão	- US\$ 10,7 bilhões
Alemanha	- US\$ 6,6 bilhões
EUA	- US\$ 7,4 bilhões

Guerra do Golfo de 2003

Logo após a derrota de Saddam Hussein na Primeira Guerra do Golfo, curdos e xiitas revoltaram-se no Iraque. Os rebeldes foram massacrados impiedosamente, inclusive com o emprego de armas químicas, provocando a fuga de curdos e xiitas para a Turquia e para o Irã.

A ONU enviou ajuda humanitária, sendo os comboios atacados pelos iraquianos. Os EUA, o Reino Unido e a França, para dar proteção aos refugiados, estabeleceram uma zona de exclusão aérea, sem a aprovação da ONU, ao norte do paralelo 36º N e ao sul do paralelo 33º N, bem como organizaram uma força aliada para dar segurança aos curdos, aos xiitas, à Arábia Saudita e ao Kuwait.

A ONU - pela Resolução 687 de abril de 1991 - determinou a inspeção de depósitos e fábricas de material bélico iraquianos, a fim de pôr

termo às armas de destruição em massa e limitar o alcance dos mísseis do Iraque a 150km. Depois de uma série de problemas criados pelo governo de Saddam Hussein aos trabalhos dos inspetores da ONU, estes acabaram expulsos do país em 1998.

A manutenção de bases militares, o estacionamento de militares norte-americanos no Kuwait e na Arábia Saudita e o apoio dado pelos EUA a Israel na luta contra os palestinos contrariavam os fundamentalistas islâmicos, especialmente os *wahhabitas* (base do terrorismo religioso) do *Hammas* e dos talibãs. O fanático saudita Osama bin Laden, que liderava a organização terrorista *Al-Qaeda* desde 1988, com a experiência obtida na Guerra do Afeganistão e tomado de ódio pelo Ocidente, em especial pelos norte-americanos, desencadeou uma seqüência de atos terroristas contra quartéis, navios, embaixadas dos EUA, a garagem do *World Trade Center* em 1993, culminando com os atentados de 11 de setembro de 2001.

A Arábia Saudita via em Saddam Hussein ameaça ao país, mas a Casa Real de Riad, por força de seus compromissos com os *wahhabitas*, fazia um jogo duplo.

Os EUA sentiram a necessidade de transferir a base física instalada na Arábia Saudita para outro país naquela área, com a finalidade de neutralizar os riscos representados pela Síria e pelo Irã e encontrar uma solução conciliatória para o insolúvel agravamento da questão palestina.

Contudo, a escalada das ações terroristas fundamentalistas islâmicas, particularmente tendo por alvo os EUA, desviou a atenção dos norte-americanos desde o governo Clinton; ignoraram a não-observância da Resolução 687 pelo Iraque, que despendia milhares de dólares com o pagamento de indenizações às famílias de homens-bomba sacrificados pelo Islã.

A reação imediata norte-americana à tragédia de 11 de setembro tinha de ser dirigida contra Osama bin Laden, refugiado no Afeganistão. Inconformados com o erro cometido no fim da

Guerra do Golfo - conservar Saddam Hussein no poder (dizem que pressionado pela Arábia Saudita e para assegurar o equilíbrio de poder no Oriente Médio) - e decepcionados pela não-captura de Osama bin Laden no Afeganistão, tornaram a pressionar a ONU por um ultimato a Saddam Hussein.

Em consequência, as Nações Unidas aprovaram a Resolução 1.441, no final de 2002, que exigia o cumprimento da Resolução 687 pelo Iraque e determinava o retorno dos inspetores e a pronta retomada dos seus trabalhos, interrompidos por ordem do Governo do Iraque, ressaltando os graves resultados acarretados pela sua não-observância.

Embora o relatório da Agência Internacional de Energia Atômica frisasse que “não há material apropriado nem pessoal qualificado no Iraque para desenvolver armas atômicas”, não mereceu a devida atenção do governo estadunidense e do britânico. A essa altura dos acontecimentos, os Estados Unidos e o Reino Unido já haviam reiniciado os ataques aéreos aos postos de comando, centros de comunicação e posições de defesa aérea nas zonas de exclusão aérea unilateralmente impostas aos iraquianos a partir de 2001.

Alemanha, China, França e Rússia opuseram-se à política unilateralista norte-americana, secundada pelos britânicos, numa primeira tentativa de formar um bloco contrário à guerra. Negociações diplomáticas foram encetadas visando a ganhar tempo e neutralizar as ações dos EUA. Mas a verdade é que, a despeito dos argumentos apresentados para evitar o ameaçador conflito, pesavam interesses econômicos e petrolíferos dos europeus e chineses no Iraque. A ELF negociava com Saddam Hussein a concessão do campo petrolífero de Majnoon e Bin Umar, com reservas estimadas entre 20 e 30 bilhões de barris; os russos tinham os olhos voltados para os promissores campos de Rumaila (11 bilhões de barris) e West Qurna (15 bilhões de barris); os alemães possuíam também grandes negócios em vista;

os chineses – os terceiros consumidores mundiais de petróleo – não arriscariam verem-se privados desta fonte de energia do Oriente Médio, indispensável para abastecer a sua indústria nascente e competitadora.

Os EUA interpretavam o item 13 da Resolução 1.441 como autorização para o emprego da força, ao contrário do texto da Resolução 678, aplicada em 1991, que explicitamente reconhecia o direito de utilizar todos os meios para rechaçar a invasão do Kuwait pelo Iraque.

A coalizão norte-americana e britânica, enquanto aguardava a autorização da ONU para ir à guerra contra Saddam Hussein – sob alegação de possuir ele armas químicas e biológicas de destruição em massa, tentar desenvolver tecnologia e armamento nuclear, desrespeitar os direitos humanos, apoiar o terrorismo islâmico e proibir as atividades dos inspetores da ONU –, concentrava mais de duzentos mil soldados, aeronaves, belonaves, equipamento e armamento nas águas do Golfo Pérsico, com autorização do Capitólio e de Westminster, ao arreio do Conselho de Segurança da ONU.

Diante do impasse surgido, EUA e Reino Unido, apoiados por Espanha, Portugal e Japão, apresentaram à ONU nova proposta de Resolução, que deveria autorizar o emprego da força para “desarmar” o Iraque. Enquanto isso, os europeus propunham adiar por mais de quatro meses o prazo para o Iraque permitir a volta dos inspetores e acatar as suas conclusões.

Após uma reunião, que teve lugar nos Açores, os EUA, Reino Unido e Espanha deliberaram a proposta de votação da Resolução e dar um ultimato de 48 horas para Saddam e seus filhos abandonarem o Iraque.

Assim, iniciou-se a segunda etapa da inconclusa Guerra do Golfo, que ficou conhecida como Guerra do Iraque.

O retardo da deliberação da ONU, a aproximação do verão – que dificultaria as operações terrestres nos desertos iraquianos –, o complica-

dor turco surgido com a negação de bases em seu território para 62 mil soldados e blindados norte-americanos, debilitando o poder de combate da coalizão ao norte, preocupava a mesma, levando-a a desencadear o ataque sem a necessária concentração de tropas estar concluída, ou seja, estarem prontas para ultrapassar a linha de partida, efetuando um *rolling satart* (início rolante).

A estratégia adotada agora, na Segunda Guerra do Golfo – de “choque e pavor” –, veio substituir a anterior – de “superioridade esmagadora” –, em razão das mudanças determinadas pela “Revolução em Assuntos Militares”. Os avanços tecnológicos alcançados não justificavam mais o emprego de grandes efetivos militares – mantidos estacionados, oferecendo alvos compensadores e expostos a maior número de baixas – quando se dispunha de armas com grande alcance, maior acurácia e maior letalidade, tais como mísseis, aeronaves não-tripuladas e de longa autonomia, armas e munição inteligentes. Daí o motivo de se explorar a surpresa do choque desfechado, de mobilidade e com metade dos efetivos anteriormente empregados para obter o rápido controle total do campo de batalha em todas as dimensões, inclusive eletromagnética, e semear o pavor entre a população civil, bem como abater o moral dos combatentes adversários, forçando-os a não lutar.

Isso vem explicar a preocupação em chegar a Bagdá em vinte dias e em dominar a situação ao norte do Iraque. Já a estratégia de Saddam Hussein se alicerçava em prolongar o conflito, não oferecendo resistência em posições indefensáveis no deserto e atraindo as forças de coalizão para ações de guerrilha em emboscadas e combate em localidades, que lhe seria mais lucrativo e renderia mais baixas ao invasor, com repercussão na opinião pública do Ocidente ampliada pela mídia. Para isso, não poupar o sacrifício do povo iraquiano na política de terra arrasada, mediante alagamento de áreas pela destruição de represas e incêndio de poços de petróleo, a fim de negociar armistício

e permanecer uma vez mais no poder - a diretriz era vencer a guerra ganhando tempo.

As forças de coalizão empregadas, de início, tiveram um efetivo equivalente à metade do empenhado na Primeira Guerra do Golfo - aproximadamente 300 mil homens, 1.720 carros-de-combate (*Abrams*), de 800 a 850 aeronaves (*F117 Stealth, F14, F15, F16, F18, B1, B2, B52, Awacs, U2* e não-tripuladas, helicópteros *Black Hawk*, de ataque, e *Apache*, anticarros), cerca de 180 belonaves (5 porta-aviões, 5 submarinos (1 nuclear) e 21 contra-torpedeiros), além de indeterminado número de mísseis de cruzeiro. Contou com o 5º Corpo de Exército, a 1ª Força Expedicionária de Fuzileiros Navais (EUA), o 3º Comando de Fuzileiros Navais (britânico) e forças especiais inglesas, norte-americanas e polonesas.

As operações planejadas previam dois ataques no Sul, partidos do Kuwait: um, a oeste, a cargo do 5º Corpo, pelo deserto, com a missão de impedir o lançamento de mísseis contra Israel, conquistar o aeroporto de Tallil, ultrapassar Najaf e Karbala (cidades santas) e conquistar Bagdá; outro, a leste, confiado à 1ª Força Expedicionária de Fuzileiros Navais, para conquistar os campos petrolíferos ao sul do Iraque e conquistar Basra, prosseguindo em direção a Bagdá. Simultaneamente, as tropas britânicas (45 mil homens), realizariam um ataque anfíbio para conquistar a Península de Al Faw e o porto de Umm Qasr.

Ao norte seria lançada a 173ª Brigada Aeroterrestre para reforçar as ações desencadeadas pelas milícias curdas com o apoio das forças especiais que precederiam à ofensiva.

Para apoiar as ações no Sul foi estabelecida uma linha de suprimento ao longo de 560km do Kuwait até Bagdá, que suportou tráfego superior a 2.500 viaturas-transporte não-especializado com mais de duas toneladas de diversas classes de suprimentos.

As necessidades de água e alimentos foram de 1,5 milhão de litros e 350 mil rações de combate. O estoque inicial de combustível estimado para aten-

der às operações foi de 55 milhões de galões. O consumo diário de combustível das forças terrestres calcula-se ter sido de 15 milhões de galões, sem considerar 500 mil gastos por dia nas ações aéreas.

As operações navais envolveram 5 navios-aérodromo, num total de 146 navios e 60 mil homens, que cumpriram a missão de controle marítimo e de projeção do poder marítimo. Partiram dos porta-aviões mais de 50% das surtidas aéreas realizadas sobre o território iraquiano. Foram disparados de navios mais de oitocentos mísseis *Tomahawk*. O desembarque efetuado na Península de Al Faw contou com apoio naval, afora a limpeza do Canal Shatt-Arab e das águas de acesso ao porto de Umm Qasr.

Ao poder aéreo coube missões de reconhecimento, levantamento de alvos, condução de tiro, apoio a ações de combate em localidades (novidade), transporte e evacuação, registrando mais de 1.500 surtidas diárias e empregando inúmeros satélites, bem como aeronaves não-tripuladas de vários tipos.

O inimigo enfrentado no Iraque tinha o poder de combate reduzido à metade do inicial apresentado em 1991, em razão das acentuadas perdas sofridas e achar-se bastante desgastado por doze anos de embargo, que prejudicaram a reposição de material bélico moderno e o recompletamento de munição, sem falar que não dispunha de apoio aéreo e naval. O terreno plano e desprovido de abrigos e coberturas contribuiu para facilitar o emprego de blindados e dos meios aéreos superiores da coalizão. Tanto os combatentes iraquianos quanto a população, amedrontados pelo insucesso das campanhas anteriores, pela supremacia aérea e de fogo das forças atacantes, mostravam-se desmoralizados, desparados, desmotivados para a luta e vulneráveis à ação psicológica adversa, ampliada pela mídia *embedded* em unidades oponentes, com a tecnologia avançada dos *tank-cams*, que exerceram papel importante no domínio da opinião pública, já afetada pela opressão do regime ditatorial vigente no país.

Apesar de alguma resistência xiita, oferecida nas áreas urbanas, e emboscadas bem-conduzi-

das, não houve dificuldade em vencer as campanhas do Iraque de 1991 e de 2003.

Como esperado, as baixas sofridas pela coalizão, da ordem de 130, foram insignificantes, comparadas às iraquianas, estimadas em 2.320 militares mortos e 7.830 civis, ainda que tivessem sido tomadas todas as precauções para poupar a população. Mas, concluída a campanha, na *phony war* que se seguiu, a coalizão experimentou cinco vezes mais baixas e os iraquianos um número muito maior.

Entretanto, não podem a doutrina e os resultados das guerras do Golfo serem tomados como paradigma, exigindo reestruturação das Forças Armadas e a revisão da estratégia e da tática a serem utilizadas no futuro. A doutrina de guerra preventiva está sendo contestada com base na ética, nos tratados internacionais, seus grandes custos e questionável eficácia.

A subestimação do Iraque obrigou o envio de reforços às tropas da coalizão.

Avultou a proeminência do poder aéreo e naval.

Novos focos de tensão fundamentalista ameaçavam o planeta, gerando fontes de instabilidade e imperiosa necessidade de transformações radicais no mundo como um todo.

A escalada da violência pode se transformar em guerra civil mais sangrenta e prejudicial ao Iraque do que a invasão liderada pelos Estados Unidos.

A frustração experimentada com a não-captura de Osama bin Laden aumentou ante a demorada prisão de Saddam Hussein e o alastramento dos atos terroristas e da guerrilha, dificultando a implantação de regime democrático nos países islâmicos.

Em que pese a hegemonia dos EUA, ficou comprovada a dependência do consenso internacional e do apoio aliado. Terrorismo é um problema mundial. Exige resposta global.

A despeito da desunião dos países árabes, não se deve subestimar o fundamentalismo islâmico e negligenciar os desniveis socioeconômicos entre Oriente e Ocidente, dependente ainda em 42% do petróleo, fator básico de equilíbrio dos preços e da inflação.

É forçoso reconhecer que os conflitos estratégicos não podem ser solucionados apenas por dissuasão nuclear e tecnológica.

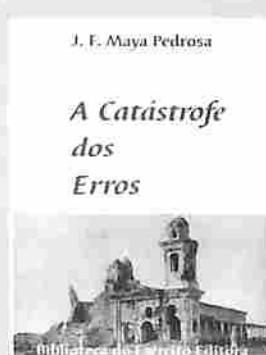
Até o presente, não se encontraram provas da existência de armas de destruição em massa no Iraque, conforme alegado.

Finalmente, resta perguntar quem arcará com os custos totais deste segundo capítulo da Guerra do Golfo, inclusive da reconstrução do Iraque.

Muitas vezes, na vitória está o fracasso, e no fracasso, a vitória.

“Fazer a guerra é difícil.”

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA — Coleção General Benício



A Catástrofe dos Erros

José F. Maya Pedrosa

Ensaio histórico que busca compreender os principais significados da guerra contra o Paraguai, fixando-se em situação eqüidistante de posições nacionalistas mais exaltadas. Aborda os antecedentes e os principais momentos do conflito em sua relação com as ações do Governo brasileiro e as atitudes dos seus líderes, com destaque para a atuação do Imperador Pedro II.

A formação histórica do Acre, de Leandro Tocantins*

Carlos de Meira Mattos**

O historiador e sociólogo Leandro Tocantins, nascido em Belém, criado no Acre, tornou-se reconhecidamente uma expressão autêntica e pura da literatura amazonense. Sua produção livresca numerosa percorreu a História, a Geografia, a Sociologia e quase todos os gêneros da Literatura - o romance, a prosa, a poesia, os contos infantis - sempre versando sobre a sua querida Amazônia.

Como todo grande escritor, que acaba tendo seu nome associado a um ou dois de seus livros de maior repercussão, isso também aconteceu com Leandro Tocantins. Quando dele nos lembramos, logo nos ocorrem dois livros extraordinários, marcos de sua inteligência, de sua cultura polimorfa e de seu extremado amor à nossa Amazônia - *O Rio Comanda a Vida* e *Formação Histórica do Acre*.

O primeiro, lançado em 1952, nos verdes anos do jovem autor, prefaciado por outro amazonense, notável historiador e cientista Arthur Cezar Ferreira Reis, já alcançou nove edições. Mas nós escolhemos, para homenagear esse nosso talentoso confrade, um dos mais ilustres membros deste Instituto Histórico e Geográfico, há poucos meses falecido, a apresentação do seu livro consagrado pela mais abalizada opinião da maioria de nossa intelectualidade, *Formação Histórica do Acre*, lançado em 1961, hoje, na quarta edição.

A epopeia acreana descrita pelo amazonólogo Leandro Tocantins revela o que foi, no final do século XIX e alvorecer do século XX, a luta titânica daqueles heróis seringueiros vindos do Nordeste, a maioria do Ceará, atraídos pela

mística do "Eldorado" prometido pela valorização da borracha, penetrando e vivendo na terra de ninguém, selva desabitada, inóspita de uma região onde as fronteiras políticas ainda não haviam chegado, surpreendidos subitamente a se submeter à autoridade boliviana. O nosso saudoso historiador Arthur Cezar Ferreira Reis, que tanto ilustrou este Instituto, no Prefácio da quarta edição de *Formação Histórica do Acre*, assim sintetiza a peleja homérica dos seringueiros acreanos: "Eles forjaram o Acre, forjaram sem que o Estado brasileiro tivesse planejado a ocupação da terra e a mobilização daquelas energias estudantes (...) ao comando de chefes improvisados, mas tomados por acentuado desejo de não perder a nacionalidade sob que haviam nascido, lutaram, de armas na mão, para manter-se fiéis ao Brasil."

Segundo o mestre Gilberto Freyre, a arte de Leandro Tocantins de escrever sobre a Amazônia "é animada daquela ciência que esplende na arte de Euclides da Cunha". *Formação Histórica do Acre* é, ao mesmo tempo, uma obra-prima de História, Geografia, Sociologia, Diplomacia e Humanismo, riquíssima em pesquisa realizada pacientemente em nossos museus e em museus de Portugal e dos Estados Unidos.

Foi galardoada, pela Academia Brasileira de Letras, com o prêmio Joaquim Nabuco de História Social; escolhida pelo Senado Federal para uma reedição especial; e incluída na Coleção Brasil 500 Anos.

Por ocasião das comemorações do centenário de nascimento do Plácido de Castro, intrépi-

* Palestra realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 15 de setembro de 2004.

** O autor é General-de-Divisão, historiador, membro emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil - IGHMB.

do gaúcho que tanto se destacou nas lutas dos acreanos, o livro *Formação Histórica do Acre*, por proposta do saudoso historiador Pedro Calmon e apoio entusiástico do Ministro Jarbas Passarinho (outro acreano ilustre), foi incluído entre as obras clássicas selecionadas pela comissão presidida por Calmon.

Sobre os méritos dessa obra preciosa de Leandro pronunciaram-se as mais destacadas personalidades da intelectualidade brasileira, entre eles, Cassiano Ricardo, Gilberto Freyre, Pedro Calmon, Américo Jacobina Lacombe, Arthur Cezar Ferreira Reis, Rachel de Queiroz, Jarbas Passarinho, João Guimarães Rosa, Érico Veríssimo e José Américo de Almeida, e ainda estrangeiros, como Vitorino Nemésio, Jean Soublin e Bradford Bruns.

Vamos tentar apresentar um resumo dessa obra.

O livro

Esse livro de Leandro Tocantins projetou-o como historiador. Arthur Cezar Ferreira Reis, quando prefaciou a primeira edição, em 1961, não quis chamá-lo ainda de historiador; disse-o ensaísta. Creio que hoje o professor não hesitaria em reconhecer as qualidades de historiador reveladas pelo autor de *Formação Histórica do Acre*.

Distingue o historiador o espírito de pesquisa. Não se contenta na repetição da história dos outros. Mergulha nas bibliotecas, rebusca velhos arquivos, compulsa manuscritos, procura chegar às origens do ato e da verdade. Assim fez o paraense Leandro Tocantins, vinculado ao Acre por tradições de família e porque viveu lá sua meninice.

Quando publicou sua *Formação* em 1961, outros brasileiros e escritores ilustres já se haviam interessado pela palpitante epopéia dos nossos nordestinos (100.000 segundo Euclides da Cunha), tangidos pela seca e movidos pelo espírito aventureiro, que se embrenharam nas lonjuras selváticas e desconhecidas dos rios Purus e Juruá, atraídos pela valorização da borracha. Mas, Leandro Tocantins não se contentou com a leitura livresca. Embarafustou na pesquisa, foi em busca das "ori-

gens remotas dos fatos", como ele mesmo diz no seu Prefácio, enveredou-se pelos arquivos de nossas bibliotecas, de bibliotecas norte-americanas, até que, nesse afã de busca e pesquisa, encontrou, no Instituto Arqueológico de Pernambuco, um achado precioso - o arquivo pessoal do espanhol Luiz Galvez Rodrigues Arias -, documentos nunca antes compulsados e que trouxeram a lume fatos e episódios inéditos relacionados à vida e à administração do primeiro presidente do Estado Independente do Acre, proclamado a 14 de julho de 1899.

Essa figura interessantíssima do espanhol Luiz Galvez, primeiro presidente da República do Acre, antes controvertida e obscura (no dizer de Ferreira Sobrinho, autor de *Quatro Insurreições Acreanas*), colocada na chefia do governo justamente por sua nacionalidade e consequente isenção de responsabilidade perante o Governo brasileiro, que se opunha à insurreição armada dos nordestinos do vale do Purus, únicos habitantes daquelas paragens, é exumada por Leandro Tocantins e projetada em toda a sua força histórica. Nisso, Leandro foi indiscutivelmente inédito.

A compreensão dos fatos históricos, como diz Toynbee, exige a reconstituição "do campo inteligível que o gerou". Na procura desse campo, nas bibliotecas de Washington, na Library of Congress e Smithsonian Institute, Leandro Tocantins deparou com novas fontes: a história das primeiras aplicações da borracha pelo novel parque industrial norte-americano, razão de sua valorização e causa da internação dos nordestinos nas brenhas do Purus, do Acre e do Juruá. Encontrou também outros inéditos relacionados com o arrendamento do Acre, pelo governo de La Paz, à Bolivian Syndicate, empresa de capitais norte-americanos e europeus. Isso representa o perigo da implantação, no âmago da selva amazônica, de uma das famosas Chartered Companies, então em voga na Europa para a colonização da África. A situação chegara ao intolerável. Brasil e Peru protestaram junto ao governo de La Paz, e começou a mudança da posição brasileira, já com

Rio Branco à frente do Itamarati. Daí saiu a solução que resultou no Tratado de Petrópolis.

Nesse livro, as figuras de Plácido de Castro (gaúcho de São Gabriel como o Marechal Mascarenhas de Moraes), o grande líder e comandante dos nordestinos do Acre, já biografado de forma brilhante por Cláudio de Araújo Lima, e a do notável estadista Barão do Rio Branco assumem dimensões grandiosas, colocadas pelo autor “no universo inteligível do fato histórico acreano”.

A comissão para as comemorações do centenário do nascimento de Plácido de Castro, reeditando a *Formação Histórica do Acre*, presta um serviço valiosíssimo à cultura brasileira.

Apreciação sobre a formação histórica do Acre

Não seria justo encerrarmos esta apresentação sobre o livro matriz de Leandro Tocantins sem reproduzirmos alguns dos conceitos que essa obra recebeu de Cassiano Ricardo e Guimarães Rosa e um retrato do escritor Gilberto Freyre.

Cassiano Ricardo, autor de *Marcha para o Oeste* e *Martim Cereré*, declara que “*Formação Histórica do Acre* vai figurar entre as melhores obras de revelação e de interpretação de situações brasileiras. Como o Sertão Baiano teve *Os Sertões*, o Sul do Brasil, *Populações Meridionais do Brasil*, o Nordeste, *Casa Grande e Senzala*, o Sudeste Amazônico tem, agora, *Formação Histórica do Acre*. Com a mesma força telúrica, a mesma riqueza de fatos, a mesma originalidade em técnica de narrativa e análise, a mesma extensão histórica e social, a mesma substância sociológica, as mesmas antecipações em divulgar documentos inéditos e essenciais à nossa historiografia, o mesmo bom gosto no estilo literário, o mesmo tom, assim como romanesco, o livro é uma grande saga, não só acreana, mas amazônica, que se lê com a impressão de romance épico.”

Nas palavras de Guimarães Rosa, “não é de admirar o manejo poético no palco das luzes dos livros de Leandro Tocantins. Alguém entoa

lirismo na sua prosa. E a poesia que agora surge, notícias novas em estribilho encantado. *Formação Histórica do Acre* é assim, e sobretudo, um guia seguro, de brilho raro, da história social do que se costuma dominar nosso ‘Extremo Oeste’ e uma galeria ressoante de fatos da correta diplomacia brasileira, conduzida pela inteligência e habilidade do Barão do Rio Branco.”

Gilberto Freyre, sobre o escritor, no prefácio de *O Rio Comanda a Vida*, terceira edição, considera: “Leandro Tocantins revive o escritor brasileiro voltado para as paisagens e gentes amazônicas. Paisagens e gentes surpreendidas à luz do sol dos trópicos. Sem abafos. Vistas nos seus verdes violentos e nos seus morenos tanto de cor de água nunca convencionalmente azuladas, como de cor de gentes nunca convencionalmente cor-de-rosa. São morenos tropicais brasileiros, amazônicos, os que esse escritor amoroso de sua região e de sua província vem fixando em páginas que, sendo literárias, não deixam de ser animadas por um tanto daquela ciência que esplende na arte de Euclides da Cunha. Um Euclides que sempre juntou ciência à arte de escritor. Mestre, portanto esclarecedor, o grande Euclides, seguido agora por Leandro Tocantins com um engenho a que não falta um modo pessoal de ser engenho. Pessoal só não, personalíssimo. Que o diga sua arte de escrever sobre a Amazônia não só para provectos como para crianças. Para meninos que são hoje, em várias partes do Brasil, novas expressões do menino que ele foi dentro dos verdes amazônicos e à beira de águas de rio brasileiro como o Amazonas, tão brasileiro nas suas mais que titânicas núpcias com as terras de uma nação.”

Numa síntese do que representou para o Brasil esse valiosíssimo livro, lançado em 1961, repetiremos aqui a opinião de Arthur Cezar Ferreira Reis, que o considerou a melhor credencial de identidade recebida pela longínqua região acreana, quando, apenas há cerca de meio século da sua incorporação ao nosso país, ainda pairava no desconhecimento de muitos brasileiros. ☺

O Ministério da Defesa está consolidado?

Leonardo Ramalho Rodrigues Alves*

RESUMO

Inicialmente, o autor considera a limitação em quantidade e qualidade da produção nacional a respeito de temas sobre as relações entre civis e militares, bem como estratégia nacional e militar, associando o fato a carência de especialistas e de centros especializados na temática. Aborda, em seguida, as mudanças realizadas na estrutura de defesa norte-americana a partir do "Goldwater-Nichols Act (1986)", destacando a polêmica e a reação entre o Executivo, o Legislativo e as Forças Armadas dos EUA. Prossegue descrevendo a evolução da estrutura militar de defesa do Brasil, considerando que os obstáculos são recorrentes e se sustentam, basicamente, no "paroquialismo" das Forças Armadas brasileiras e na ausência de preparo técnico-profissional dos civis. Conclui, defendendo a necessidade de se repensar a atual estrutura militar, buscando-se maior eficiência e eficácia no Ministério da Defesa.

PALAVRAS-CHAVE

Defesa, estrutura militar, Ministério da Defesa

"Rara temporum felicitas, ubi sentire, quae velis; e quae sentias, dicere licet".

Tácito¹

Considerações preliminares

"(...) as tecnologias de informação unificam os campos antes separados da terra, do mar e do ar, que, no passado, justificavam a divisão do trabalho entre o Exército, a Marinha e a Aeronáutica."

Mario César Flores²

Há uma grande carência de reflexão sobre temas estratégicos, militares e relações institucionais entre civis e militares no Brasil; isso se evidencia na ausência de um pôlo aglutinador, catalisador e irradiador de discussões de conceitos estratégicos, pela inexistência ou, tentando ser mais ameno,

pouca projeção de nomes de referência e de publicações que abordem tais temas e pela reconhecida ausência de um projeto estratégico nacional.

No atual cenário nacional poder-se-iam arriscar mencionar nomes como Eliezer Rizzo Ribeiro, Ronaldo Mota Sardemberg, Celso Lafer, Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, Mario César Flores e Meira Mattos, normalmente militares e integrantes do corpo diplomático. Já os centros de estudos estratégicos distribuem-se pelas universidades e escolas militares de altos estudos, tais como a Escola Superior de Guerra, ligada ao Ministério da Defesa (MD), e a Universidade de São Paulo, para citar os mais significativos.

* O autor é Tenente-Coronel de Cavalaria e de Estado-Maior.

¹ "Rara felicidade de uma época em que se pode pensar o que se quer e dizer o que se pensa."

² In *Reflexões Estratégicas: repensando a defesa nacional*, São Paulo: É Realização, 2002.

Ao contrário dessa árida produção, têm-se uma vasta e diversificada bibliografia entre autores estrangeiros, mormente norte-americanos, dos quais destacar-se-ão, por serem referências permanentes no ensaio, Samuel Huntington, que trata das relações institucionais entre civis e militares, e uma enciclopédica obra sobre estratégia militar (*Princípios, práticas e perspectivas históricas*, de Jonh M. Collins, publicada pelo National War College).

No entanto, existem perspectivas favoráveis, surgidas no último quartel do século passado, a partir da criação do Ministério da Defesa (1999) e da edição política de *A Defesa Nacional* (1996). Com isso, estabeleceu-se a estrutura organizacional para administrar e pensar, sob uma perspectiva uniforme, as temáticas de defesa e segurança, bem como o instrumento legal, no nível político, para orientar as proposições, as prioridades e a atitude estratégica nacional.

Foi apenas um primeiro e importante passo, pois com isso se supera a letargia existente nos governos Sarney (1985-89), Collor (1990-92), Itamar (1992-94) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) em relação aos temas estratégicos nacionais. Naturalmente, entendendo-se que esse período representou uma longa transição institucional para o país e, como tal, determinou a prioridade para a agenda política e socioeconômica da nação.

Crê-se que o atual cenário nacional permite repensar, reorganizar e reavaliar a estrutura militar de defesa. Para tanto, convinha superar ou minimizar:

- a clivagem entre pensadores militares e civis;
- os resquícios, por parte dos primeiros, da visão messiânica e salvacionista do Tenentismo (1920-1930) e do instinto político-ideológico de Góis Monteiro (1889-1956) e de Golbery do Couto

e Silva (1911-1987), optando-se por postura exclusivamente técnico-profissional;

- os estereótipos atribuídos de parte a parte, pois tanto a guerra quanto à paz são assuntos sérios demais para serem tratados com exclusividade por uns e outros;

- o alheamento dos dirigentes políticos e da sociedade, de maneira geral, dos assuntos de segurança e defesa.

Enfim, ambos deveriam parar de olhar pelo retrovisor da História, superar, efetivamente, animosidades e sublimadas as idiossincrasias, buscar unanimidade na elaboração de um projeto nacional de poder que supere “os quinhentos anos de periferia” a que se refere o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.³

É dentro dessa perspectiva que este ensaio pretende emergir a discussão das circunstâncias atuais e as perspectivas para o MD, tomando-se como parâmetro conceitual e prático *The Goldwater-Nichols DOD Reorganization Act*, promulgada em 1986 pelo Congresso norte-americano após um longo e desgastante período de discussões pela sociedade, congresso e Forças Armadas dos Estados Unidos, mas que, segundo um ex-Secretário de Defesa, representou “a maior mudança na história do Exército norte-americano desde que o Congresso Continental criou o Exército Continental em 1775”.⁴

Goldwater-Nichols Reorganization ACT: a revolução na estrutura institucional e militar de segurança norte-americana

“A long habit of not thinking a thing wrong gives a superficial appearance of being right, and raises at first a formidable outcry in defense of custom.”

*Thomas Paine, Common Sense*⁵

³ Referência feita na obra *Quinhentos anos de periferia*. Editora da Universidade/UFRGS - Porto Alegre, 2001.

⁴ “The greatest sea change in the history of the American military since the Continental Congress created the Continental Army in 1775”. *The Goldwater-Nichols DOD Reorganization Act - A Ten-Year Retrospective*, p. 8.

⁵ “O hábito antigo de não refletir sobre um erro dá a aparência superficial de estar certo e cria, a princípio, um clamor formidável em defesa dos costumes.” Idem, p. 35.

Antecedentes históricos

A polêmica em torno do *Goldwater-Nichols* estendeu-se por exatos 4 anos e 241 dias, desde que em 3 de fevereiro de 1982, o General David Jones, então “chairman” da Junta de Chefes do Estado-Maior, manifestou-se pela necessidade de reformas na doutrina para as operações combinadas com a seguinte colocação:

“Não basta ter recursos, dinheiro, sistemas de defesa; devemos ter também uma organização que nos permitirá desenvolver estratégia própria, plano necessário e capacidade total de combate.”⁶

O General David Jones, inicialmente, não obteve êxito e, mais tarde, pela controvérsia provocada seria demitido pelo Presidente Reagan.

As resistências se apresentaram no Legislativo, no Executivo e, naturalmente, nas próprias Forças Armadas. É sintomática a opinião de James R. Locher III, assistente do Secretário de Defesa entre 1989-93, ao assinalar que “era revelador que a maioria dos militares estavam priorizando os interesses das forças em detrimento dos genuínos interesses nacionais e que como eles acreditavam que o seu comportamento era correto”.⁷

O desgaste para a aprovação do polêmico decreto em 1986 foi tanto que o Presidente Reagan não o assinou em uma cerimônia pública. A fricção para levar-se adiante as propostas no Goldwater-Nichols Act decorreu, segundo William K. Brehm, consultor do Departamento de Defesa em 1981 e 1982, de duas conhecidas barreiras às mudanças (p. 48):

– “Tradição”, carregada de sentimentalismo que entorpece o bom senso.

– “Falta de convicção e coragem” que “falam por si mesmas”.

Resultados obtidos

As operações Eldorado Canyon (1983), no Líbano, e Urgent Fury (1983), em Granada, sinali-

zaram para a necessidade de mudanças na estrutura militar norte-americana e na doutrina para as operações combinadas. Particularmente, verificou-se a necessidade de maior interoperabilidade, unidade de comando e integração do planejamento das forças atuantes em um teatro de operações.

Goldwater-Nichols Act promoveu uma verdadeira revolução e os efeitos desta já se manifestaram de imediato na invasão e liberação do Panamá, Operação Just Cause (1989) e, logo em seguida, na Desert Storm (1991).

Substantivamente, o que mudou na estrutura militar de defesa?

De modo geral, as relações de comando entre o presidente (chefe do Executivo), o Conselho Nacional de Segurança, o secretário de Defesa, o chefe (*chairman*) da Junta de Chefes do Estado-Maior (JCS) e o comandante-em-chefe (CINC) ou *combatant commanders* tornaram-se mais claras. Isso se traduziu, basicamente, nos seguintes aspectos:

– O *chairman* da JCS tornou-se o principal conselheiro militar do presidente e do secretário e passou a ter ascendência sobre a Junta de Chefes (comandantes das forças).

– Os CINC, que correspondem aos comandos geográficos ou específicos, que por sua vez são combinados e organizados desde o tempo de paz, passaram a ter mais autoridade sobre as forças, do Exército, da Marinha, dos fuzileiros navais e da Força Aérea, sob sua responsabilidade, incluindo adestramento e distribuição de recursos.

– Os planejamentos no nível estratégico-nacional, estratégico-militar e estratégico-operacional foram integrados.

– Os recursos para a defesa foram integrados e orientados por uma visão comum (*joint vision*) para as forças singulares sobre: doutrina, educação, adestramento, tecnologia e unidade de planejamento.

⁶ “It is not sufficient to have just resources, dollars, and weapon systems; we must also have an organization which will allow us to develop the proper strategy, necessary planning, and the full warfighting capability”. The Goldwater-Nichols DOD Reorganization Act - A Ten-Year Retrospective, p. 13.

⁷ Ibidem, p. 12.

Enfim, para promover a reforma houve necessidade “do sentimento se submeter ao bom senso”,⁸ ficando claro que o processo desenvolveu-se com as seguintes características primordiais:

– Houve mobilização e envolvimento do Poder Legislativo, que diferentemente do Congresso brasileiro, interfere e participa, por intermédio de comissões no Senado e na Câmara Federal, intensivamente do debate sobre os assuntos de segurança e defesa.

– Foi imposto “de fora para dentro” das Forças Armadas norte-americanas, que acorrentadas aos “paroquialismos” resistiram tenaz e emocionalmente às mudanças institucionais.

O pensamento de defesa no Brasil

“Para dizer o que vai acontecer é preciso saber o que ocorreu antes.”

Maquiavel (1469-1527)

Antecedentes históricos

A baliza temporal para os antecedentes históricos será referenciada em obra de Alcides Gentil denominada *As idéas (sic) de Alberto Torres*, escrita em 1938.⁹ Vale transcrever algumas citações para ilustrar a percepção de um ativista político civil na primeira metade do século XX sobre questões de segurança e defesa:

“A defesa militar implica uma hipótese de guerra, provavelmente impossível, o que torna essa defesa, por sua vez, provavelmente desnecessária.” (p. 436)

“O tema de nossa defesa será sempre impedir desembarques e impedir o estabelecimento de ocupações.” (p. 439)

“(...) toda a nossa organização militar deve ser uma organização militar de defesa (...) a for-

ma preferida para essa organização é a milícia cívica.” (idem)

Naturalmente, as assertivas não são concepções “a-históricas” ou “atemporais”, existindo todo um contexto que condiciona o ânimo de Alberto Torres (1865-1917). Mas, na sua essência, amalgama “antimilitarismo” e “desconfiança” com as instituições militares, sinalizando para um hiato entre o civil e o militar, como também reflete mentalidade “defensivista”, exclusivamente regional e idealismo, revelando pruridos com a “realpolitik”.

Será que essa percepção não tem caráter permanente, pouco se modificando nos dias atuais?

O advento do Ministério da Defesa (MD)

A criação do Estado-Maior Geral,¹⁰ em 1946, decorrência imediata das experiências colhidas durante a Segunda Guerra Mundial, é o marco inicial da busca de maior integração das Forças Armadas brasileiras. Segue-se, dois anos após, a transformação em Estado-Maior das Forças Armadas, que a despeito da grandiloquência do nome, “não cumpria sua tarefa com facilidade”.¹¹

Poder-se-ia atribuir tal dificuldade aos seguintes fatores:

- “incompreensão do real papel do órgão”;
- “desconhecimento de sua atuação como órgão de assessoramento do Governo”;
- “temor de que representasse o embrião do MD”;
- “ausência do espírito de força armada”.¹²

Posteriormente, na década de 1950, esboça-se, por intermédio da criação de comandos combinados para diversas zonas de defesa estabelecidas no País, maior efetividade na aproximação das forças, mas a idéia soçobrou nas incompreensões interforças.

Enfim, desde 1948, ou seja, há mais de cinquenta anos, buscava-se no Brasil maior integração

⁸ General George C. Marshall, citado na p. 35 em *The Goldwater-Nichols DOD Reorganization Act - A ten years Retrospective*.

⁹ In *As idéas (sic) de Alberto Torres*. Alcides Gentil. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

¹⁰ O chefe do Estado-Maior Geral seria escolhido pelo Presidente da República. Decreto 1.950, jul., 1946.

¹¹ In Paulo da Motta Banha, *História do Estado-Maior das Forças Armadas*, 1987.

¹² Idem, p. 12.

institucional das Forças Armadas em uma estrutura organizacional que efetivamente orientasse, coordenasse e controlasse, em nome do Presidente da República, o preparo e o emprego das mesmas, tanto quanto estabelecesse as prioridades estratégicas, e não somente acomodasse as idiossincrasias, nem funcionasse por consenso.

Tal estrutura somente foi estabelecida em 1999, no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, que dessa forma cumpriu compromisso de campanha e tornou efetivo o que, de longa data, vinha sendo protelada: a criação do MD.

Vale registrar essa manifestação nos preliminares do MD, colhida em uma revista do Clube Militar, em 1996, e esposada por um ex-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, para se perceber a sensibilidade do tema:

“A criação do MD era, naquela conjuntura (1974), imprópria e inoportuna, sobretudo em razão de *violentar* a tradição da instituição militar brasileira, já centenária, e de não produzir efeitos compensadores do *trauma* que se originaria” (os grifos são do autor).

Dado o primeiro e significativo passo, o processo precisa ser consolidado e ganhar credibilidade para enfrentar recalcitrâncias que podem ser identificadas nos seguintes fatores retardadores e protelatórios:

- A Lei Complementar nº 97 (1999).

O dispositivo legal define as atribuições das Forças Armadas sob a égide do Ministério da Defesa. O espírito dessa lei foi acomodar o Ministro da Defesa na estrutura militar, preservando, nos limites possíveis, a autoridade dos comandantes militares. Ademais, preserva o preparo e o emprego isolado das forças sob autoridade do comandante da mesma.

Acrescente-se, como deficiência, a parca definição das atribuições do Ministro da Defesa, Conselho Militar de Defesa, do chefe do Estado-Maior de Defesa e dos comandantes opera-

cionais em caso de ativação da Estrutura Militar da Defesa, a qual, em nenhum momento é referenciada no corpo da Lei.

Enfim, a Lei é um dispositivo legal de transição, elaborado com prudência e temperado pelo temor com o futuro das instituições militares diante de uma nova realidade, que se apresentava, no mínimo, desfavorável.

- Corporativismo institucional militar.

O corporativismo retarda o estabelecimento de uma visão comum de defesa, pois alimenta a competição interforças e digere com dificuldade qualquer mudança sugerida ou imposta de fora para dentro das instituições militares, além de alimentar uma predisposição cultural e endógena para o monopólio dos assuntos castrenses.

Outra manifestação desse corporativismo revela-se no fato de que a criação do Ministério da Defesa não alterou a estrutura organizacional dos antigos ministérios militares, ou seja, os gabinetes dos comandantes, os estados-maiores e os órgãos de direção setorial permaneceram com as mesmas atribuições e competências. Na realidade, o que ocorreu foi a inserção de um novo órgão nos processos de planejamento e de decisão, o que pressupõe a existência de redundâncias e interferências mútuas.

Por fim, permanece a histórica desconfiança na qualidade da atividade política nacional, associada a uma visão exacerbada de que “enquanto todas as outras profissões são, em certa medida, regulamentadas pelo Estado, a profissão militar é monopolizada pelo Estado”,¹³ daí decorrendo a permanência de uma certa inspiração, nos meios castrenses, de natureza messiânica e salvacionista.

- Despreparo técnico do pessoal civil.

A causa do despreparo está na ausência de cursos de nível superior na área de segurança e defesa, o que se traduz na falta de especialistas e de uma carreira específica nessa área. Dessa forma, no próprio Congresso Nacional, a discussão sobre temas relativos à estratégia, à segurança e à defesa é rarefeita, carecendo-se também de par-

¹³ In *O Soldado e o Estado*, Samuel P. Huntington, p. 33.

lamentares e assessores afinados com assuntos de natureza militar.

Agrava esse quadro, o clientelismo de natureza política, açodado nas alternâncias do Poder Executivo, que tende a hipertrofiar a burocracia administrativo-militar no MD, sem a observância da necessária qualificação técnica para tratar dos temas atinentes à segurança e à defesa.

- Controle Civil.

Essa questão é significativamente melindrosa, não sendo possível ainda, no atual contexto histórico ser discutida sem desenfreadas paixões, cabendo, portanto, uma abordagem parcimoniosa.

Joaquim Nabuco (1849-1910) manifesta sua visão política sobre a questão da seguinte forma:

“Ter o Exército como força ativa é tê-lo de mais, tirar ao Exército todo caráter político, é tê-lo de menos; a temperatura exata seria tê-lo como força política de reserva – o que na prática é uma espécie de quadratura de círculo.”¹⁴

Embora a declaração seja de 1895, ela é tão clara e atual que dispensa maiores comentários. Curiosamente, Samuel Huntington, quando trata do tema “As Variedades do Controle Civil”, no Capítulo 4, no clássico *O Soldado e o Estado*, explicita e dissecá a dúvida de Joaquim Nabuco sobre maximizar o poder civil ou maximizar o profissionalismo militar.

Na verdade, as elites civis não refletem com profundidade sobre o tema, não lhe dispensam atenção permanente, sendo o mesmo tratado de forma extensiva, conjuntural, superficial e, mormente, com execrável oportunismo.

Considerações finais

“O formato que assumirá o Estado nacional em países de grandes dimensões territoriais e demográficas como o Brasil ainda está por se definir.”

Celso Furtado,

O longo amanhecer (p. 10), 1999.

O atual modelo da estrutura militar de defesa, estabelecido pela leitura satisfatória das circunstâncias históricas, respondeu adequadamente as demandas de segurança e defesa até o final do século passado. No entanto, isso não garante que é eficiente para atender a dinâmica revolucionária do cenário internacional neste início de século. Na verdade, a nossa percepção da realidade é extremamente conservadora e nossa postura é reativa às mudanças.

A menção a Celso Furtado vale pela incerteza, indefinição e instabilidade subjacentes na sua visão prospectiva sobre o cenário internacional no atual século, o que aponta para a necessidade de construir-se uma visão mais ampla, comum e de longo prazo sobre os conceitos de defesa, segurança e as concepções estratégicas e militares.

Sob essa perspectiva, a integração entre as forças singulares é um tema persistente e recorrente. A necessidade é incontestável; caminhos, para o atendimento dessa demanda, “já foram percorridos”; os obstáculos também estão identificados e têm base, nomeadamente, na cultura paroquial das forças singulares e na indigência de conhecimento sobre segurança e defesa por parte do Executivo, do Legislativo e da sociedade em geral.

Com esse propósito, é desejável avaliar-se com maior profundidade os efeitos da *Goldwater-Nichols Act* na estrutura militar dos EUA, embora o modelo da reforma, certamente, desencadearia entre nós reações emocionais à semelhança das manifestadas por autoridades norte-americanas, em 1986:

“(...) a legislação (*Goldwater-Nichols Act*) faria um guisado de nossa estrutura de defesa.” John Lehman, Secretário da Marinha.

“O caos seria criado, o que me desperta profundas preocupações pelo futuro dos EUA”. P. X. Kelley, Comandante da Marinha.

¹⁴ In *Os Donos do Poder*, v. 2, de Raymundo Faoro, p. 151.

"(...) haveria consequências adversas para nossa defesa nacional". Russ Rourke, Secretário USAF.¹⁵

Além disso, tem-se consciência histórica de que o pragmatismo brasileiro favorece sempre transições de *status quo* - seja político, seja socioeconômico - parcimoniosas, lentas e incompletas, particularmente, quando não há a erupção de uma crise. A Lei Complementar nº 97 é uma manifestação inequívoca dessa vocação nacional.

A despeito de tudo isso, tem-se a convicção de que uma reforma dessa natureza é perti-

nente e necessária. Orientado por essa perspectiva, busca-se, com humildade, a companhia de Mario César Flores ao finalizar-se este ensaio com suas palavras:

"(...), pois sem um trabalho integrado das Forças não há possibilidade de controle do mar, do ar e da terra do espaço nacional. Operacionalizar este trabalho integrado exige superar corporativismo das Forças por uma ação efetiva do Ministério da Defesa que, até o momento, tem sido insuficiente."¹⁶ (o grifo é do autor) ☽

Referências bibliográficas

BANHA, Paulo da Motta. *História do Estado-Maior das Forças Armadas*. Brasília: EMFA, 1987.

CLAUSEWITZ: trechos de sua obra. Seleção e Introdução de Roger Ashley Leonard; tradução de Delcy G. Doubrava. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1988.

Estado-Maior do Exército. Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército. Brasília, EME, 1996.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo. Publifolha, v. 22.000.

FREIXINHO, Nilton. *Instituições em Crise: Dutra e Góes Monteiro, duas vidas paralelas*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1997.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. Porto Alegre/Rio de Janeiro. Ed. Universidade/UFRGS/Contraponto, 3 ed. 2001.

QUINN, Dennis J. "Goldwater-Nichols Department of Defense Reorganization Act of 1986". *National Defense University Press*. Washington, D.C., 1999.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, tradução de José Lívio Dantas, 1996.

¹⁵ In *The Goldwater-Nichols DOD Reorganization Act - A ten years Retrospective*. p. 11.

¹⁶ Celso Lafer comentando "Reflexões Estratégicas: repensando a Defesa Nacional". *Política Externa*, v. 12, n. 1, jun/jul/ago, 2003.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA – Coleção General Benício



O Duque de Ferro

Eugênio Vilhena de Moraes

A Biblioteca do Exército Editora reuniu nesta obra duas outras do mesmo autor que retratou a vida e as ações militares de Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias. É composta por textos escritos em diferentes momentos, guardando, entretanto, sua unidade, a qual é facilitada pela própria temática. Não se trata de uma biografia, mas de episódios da vida de Caxias, corretamente inseridos no conjunto de sua época. Esta obra revela-se uma contribuição positiva para o melhor conhecimento de Caxias.

Política nacional de defesa

*José Luiz Niemeyer dos Santos Filho**

Desde a promulgação da Política de Defesa Nacional e da criação do Ministério da Defesa do Brasil, respectivamente nos anos de 1996 e 1999, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o tema defesa nacional vem ganhando projeção junto à sociedade brasileira através da imprensa ou da área acadêmica, não mais se limitando, como num passado recente, a um assunto exclusivamente militar e tratado dentro dos círculos restritos às Forças Armadas.

A caracterização do chamado setor de defesa nacional cada vez mais envolve um campo aberto de recursos não exclusivamente militares, que se encontram relacionados, direta ou indiretamente, aos objetivos estatais de defesa do País.

A defesa nacional se descolou dos ditames ideológicos da visão anterior de segurança nacional. Fortaleceu-se como política pública de Estado (e, nas conjunturas específicas e reais, de governo) e ponto. Deve ser legitimada pela sociedade; deve buscar ser implantada por meio de uma relação harmoniosa entre objetivos a se alcançar, meios a serem utilizados e valores brasileiros a serem perseguidos.

Se existe uma ameaça, a estratégia deve ser sua confrontação pontual. Os devaneios anteriores, de cunho e intenção hegemônico-ideológico, devem ser postos de lado.

Temos, então, que disponibilizar recursos e, principalmente, uma vontade nacional alternativa; assim, meios que não são originados exclusivamente a partir de uma vertente estratégico-militar tradicional encontram-se potencializados,

prontos para ser utilizados na “grande estratégia de defesa” e, sobretudo, estão dispostos no campo socioeconômico do poder nacional.

Se direcionarmos a análise para regiões sensíveis do País, carentes de instrumentos de defesa nacional e repletas de possibilidades de ameaça como o contexto norte-amazônico, essa premissa é mais que verdadeira.

Nos estados do Norte do País, regiões de fronteira nas quais a presença do Estado não se faz relevante como deveria, a atividade da pecuária de corte, por exemplo, configura-se como um recurso de defesa nacional valiosíssimo. É a partir dessa atividade econômica, desenvolvida forçosamente no bojo de condições naturais específicas (clima, relevo) e de uma escassez de oportunidades econômicas alternativas àquele contexto, que é possível não apenas o povoamento como também a interação entre uma mão-de-obra indígena e não-indígena, visando ao desenvolvimento socioeconômico da região e multiplicando as oportunidades para as comunidades que lá vivem.

Os investimentos em infra-estrutura nos chamados espaços vazios (e vitais) do País ganham cada vez mais um caráter complementar no que tange às ações de defesa nacional.

Com um orçamento restrito, o Ministério da Defesa (sempre em consonância com outras instâncias estatais) deve, sim, buscar incentivar as parcerias entre o setor público e a área privada para a construção de estradas interligando cidades estratégicas, portos ágeis e de operação múltipla, vilas agroindustriais de fronteira e direcionar, desta feita, também sua agenda executiva para uma

* O autor é pesquisador associado do Núcleo de Políticas e Estratégia (Naipe) da USP e professor de Relações Internacionais das Faculdades de Campinas (Facamp)

importante reorganização geoestratégica de todo o desenho regional e sub-regional da produção.

A equação é quase óbvia, todavia nem sempre clara para os órgãos de decisão do Estado: uma Marinha Mercante e um setor pesqueiro estruturado representarão maior proteção da costa brasileira; processos de integração econômica aperfeiçoados institucionalmente - já que o movimento da globalização é fenômeno inexorável - repercutirão em ações e estratégias interestatais comuns de defesa.

Em somatória, o desenvolvimento de projetos como o SIVAM/SIPAM, a Base de Lançamento de Satélites de Alcântara, entre outros, possibilitam a estruturação de centros de excelência em pesquisa, na ótica dual, e aprimoram ações conjuntas no campo econômico-diplomático, que auxiliam no fortalecimento dos alicerces da defesa nacional; vislumbra-se ainda o papel de organizações governamentais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vista como um instru-

mento-alavanca da produção agrícola brasileira, meio irradiador de técnicas inovadoras para a sustentação continental da produção agro-pastoril - a partir do Brasil -, determinando para o continente sul-americano uma postura estratégica no campo da segurança alimentar e, consequentemente, da defesa cooperativa interestatal.

Tais movimentos irão se constituir, no tempo e no espaço, em desdobramentos para criação de um modelo mais abrangente de defesa nacional, também inclusivo no que se refere à participação de agentes estatais e da sociedade civil (pessoas, organizações, empresas e países parceiros), fundado em meios alternativos e até mais eficientes (sempre em consonância com o vetor fundamental da dissuasão militar tradicional) de confrontação dos óbices à segurança externa do País e da América do Sul.

(Transcrito de *Gazeta Mercantil*, de 22 de novembro de 2004) 5

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



A Restauração de Portugal e do Brasil

José Gerardo Barbosa

A obra apresenta a biografia de Francisco Barreto Menezes no contexto das guerras de restauração e de expulsão dos holandeses, bem como seu desempenho no Governo do Estado do Brasil e na presidência da Junta de Comércio do Reino. O trabalho vem enriquecer a historiografia do Brasil Colonial, apresentando um conjunto de perfis de governadores, chefes políticos e militares da administração portuguesa. Apresenta um apêndice contendo textos documentais relevantes para conhecimento de seu biografado. É obra essencial para aprofundamento do conhecimento de nossa história.

O Ministério da Defesa e os militares

*Jarbas Passarinho**

De quem, pela primeira vez, ouvi defender a necessidade da criação do Ministério da Defesa foi Humberto de Alencar Castello Branco, então general-de-brigada e meu comandante da Escola de Estado-Maior do Exército, em 1955. Creio que ele se louvava na experiência de Churchill, primeiro-ministro, em 1940, preparando a defensiva militar contra uma esperada invasão na Grã-Bretanha pela Alemanha de Hitler. Reduziu à metade o Gabinete da Guerra e seu Comitê de Coordenação das Forças Armadas. Criou o cargo de ministro da Guerra, que ele mesmo assumiu, entendendo-se diretamente com os estados-maiores das Forças.

Fernando Henrique, presidente da República, adotou uma estrutura pesada, com um estadomaior de oficiais-generais de cada uma das Forças singulares, e transformou os ministros dessas Forças em comandantes, com seus altos comandos próprios. O modelo resistiu nas gestões dos dois primeiros ministros da Defesa, o Senador Elcio Álvares e o jurista Geraldo Quintão.

Se é verdade que houve oficiais do Exército contrários à criação do Ministério da Defesa, é igualmente verdade que todos os comandantes das Forças singulares se comportaram com irrepreensível disciplina e respeito pelos ministros civis.

Maledicentes que mal escondem a antipatia aos militares aproveitaram a exoneração do diplomata José Viegas para publicar, com evidente propósito intrigante, que "os militares derrubaram o ministro civil porque ainda não aprenderam a respeitar o poder civil". Como então respeitaram o senador que acabara de perder a tentativa de reeleição e o advogado antes diri-

gente da Advocacia Geral da União, órgão que não tinha *status* de ministério?

A Escola Superior de Guerra, que o ex-ministro acusa de autora de "uma doutrina de segurança nacional autoritária", em pleno ciclo militar, defendia o regime democrático representativo e definia o poder civil como o poder soberano. Dir-se-á que não era a doutrina observada de fato, mas é a doutrina - que ele desconhecia - a que se refere de modo pejorativo. E na prática? Vamos aos fatos.

No governo Collor, o presidente determinou a cessação das comemorações, que vinham desde Getúlio Vargas, em 27 de novembro, da vitória das tropas legais sobre os comunistas das revoltas chefiadas por Prestes, que cumpria ordens de Moscou. Foi obedecido sem tergiversações. No governo FHC, foi-se mais longe. Não mais se comemorou 31 de março de 1964, mesmo internamente nos quartéis. A decisão presidencial foi respeitada e, até nas ordens do dia, a data não era lembrada, senão esporadicamente.

Por que, então, no atual governo, os comandantes militares se insurgiram? Ao então ministro não bastava silenciar sobre episódios dramáticos que tiveram a liderança dos comunistas. Era-lhe importante hostilizar os que, mesmo em assuntos intimamente pertinentes às suas atribuições, dessem informações rotineiras às tropas. Assim é que tornaram públicas providências em curso a respeito dos vencimentos aviltados dos militares.

Sentindo-se atingido na sua autoridade - prova do complexo de superioridade -, o ministro mandou nota escrita de advertência (de que houve vazamento para a imprensa) aos comandantes, como se fossem transgressores. Em linguagem

* O autor é Coronel da reserva. Foi governador do Pará e senador, ministro da Educação, da Previdência e da Justiça.

de cadete, chama-se isso, em jargão vulgar, "o subordinado receber uma mijada do superior". Isso atingindo oficiais-generais do último posto, com cerca de meio século de serviço à Pátria.

O ministro confundia disciplina, que significa o soldado de uma nação democrática, com a obediência servil dos janízaros ao sultão. Diz sua carta que a nota de um órgão do Exército "tentou negar ou justificar mortes como a de Vladimir Herzog". É falso. Nem uma só palavra há no texto a respeito de Herzog, a quem levianamente se atribuíram fotos de um homem nu, as quais a *Folha* constatou serem de outra pessoa. Mas era preciso aproveitar o escândalo para fazer valer a intriga.

O diplomata representou por duas vezes o Brasil em Cuba. Talvez lá tenha conhecido provas

de como, nos anos de 1970, que classifica de "lastimáveis", Fidel Castro mandou treinar guerrilheiros brasileiros para vir matar e morrer no Brasil, intentando edificar aqui o que o diplomata viu no regime tirânico do mais velho ditador da história latino-americana.

Ouço que seu próximo posto diplomático será a embaixada brasileira em Madri. Que lhe sirva, a ele que a carta demissionária prova não ter aceito a anistia recíproca, aprovada há vinte anos pelo Congresso, a lição da história ainda recente da Espanha. Mesmo que o drama político que viveu, entre 1936 e 1939, tenha lhe custado 1 milhão de mortos, foi possível reconciliar a nação sem que a vaidade de dirigentes ousasse prejudicar a união de vencidos e vencedores. ☺

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



As Grandes Decisões Estratégicas

*Elaborado pela Diretoria de História Militar
do Departamento do Exército dos EUA*

Desde o início da Segunda Guerra Mundial e após sua conclusão, uma equipe de historiadores, pesquisadores e escritores trabalha na reunião e seleção de documentos que relatam a participação do Exército dos EUA no conflito. Já foram consultados milhares de documentos (dos nossos aliados, dos japoneses e dos alemães), complementados por entrevistas feitas com participantes do conflito. Com base nesse trabalho, foi editada esta obra com vinte capítulos, cada um abordando uma decisão importante da Segunda Guerra Mundial. Inigualável em sua amplitude, em seus pormenores, em sua importância e na profundidade de sua extensão, ela pode ser considerada como uma história para historiadores.

Indústria de defesa

*José Carlos Albano do Amarante**

O presente trabalho foi divulgado no site do Ministério da Defesa e faz parte do Ciclo de Debates sobre o tema Reflexão sobre a Atualização do Pensamento Brasileiro em Matéria de Defesa e Segurança, realizado desde setembro de 2003, com apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, uma ampla reflexão sobre a atualização do pensamento brasileiro em matéria de defesa e segurança. O texto foi reproduzido, na íntegra, com a devida autorização de seu autor, que atualmente é o Diretor-Presidente da IMBEL – Indústria de Material Bélico do Brasil.

RETROSPECTIVA E CONJUNTURA ATUAL

O ciclo dos arsenais – de 1762 a 1889

O ano de 1762 marca o início das atividades industriais no âmbito das Forças Armadas, em território brasileiro. Naquele ano, o Vice-rei Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, fundou no Rio de Janeiro a Casa do Trem de Artilharia, com a finalidade de suprir as necessidades de defesa no Cone Sul em termos de reparação de material bélico e de fundição. Dois anos depois, em 1764, o Conde da Cunha transformou a Casa do Trem em Arsenal do Trem, emprestando-lhe maiores responsabilidades logísticas.

Em 1763, organizou-se o Arsenal de Marinha.

Mas, foi com a chegada de D. João VI ao Brasil que as atividades industriais ganharam maior incremento. Assim, em 1808, foi inaugurada a Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas (na altura, hoje, do Jardim Botânico). Essa fábrica foi em 1824 transferida para o Distrito de Estrela, em Raiz da Serra de Petrópolis, onde passou a funcionar com o nome de Fábrica da Estrela. Hoje, ela se constitui em uma das cinco unida-

des de produção da Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL.

Em 1811, o Arsenal do Trem foi transformado em Arsenal de Guerra da Corte, hoje Arsenal de Guerra do Rio, com a finalidade de fabricar armas, munições e outros artigos bélicos para as Forças Armadas.

Em 1828, foi criado o Arsenal de Guerra de Porto Alegre – hoje localizado em General Câmara – com o objetivo de tornar mais próximo o apoio logístico a operações militares no Sul do Brasil.

O ciclo das fábricas militares – de 1889 à década de 1940

Essa fase tem início com a Proclamação da República. Com o fim do regime imperial, surgiu um inusitado interesse no reequipamento do Exército e da Marinha, que, após a guerra do Paraguai, haviam sofrido grande desgaste.

A diretriz básica era importar os armamentos necessários e estabelecer, nos arsenais, oficinas para a montagem e manutenção dos mesmos. Além disso, foi criada a Fábrica de Realengo (hoje,

* General-de-Divisão Engenheiro Militar, Presidente da Indústria de Material Bélico – IMBEL.

desativada) em 1898, destinada a produzir munição de pequeno calibre, e, em 1909, a Fábrica de Piquete, primeira indústria de pólvora de base simples. Hoje, é a Fábrica Presidente Vargas, outra unidade de produção da IMBEL.

Os primeiros anos da República foram marcados por grande instabilidade política. Os diversos governos estiveram mais preocupados com a segurança interna do que com a externa, razão pela qual o Exército teve seu reequipamento congelado a partir da Primeira Guerra Mundial, quando cessaram as importações.

Com a Revolução de 1930, novos ventos de modernização começaram a soprar por todo o Brasil. O Exército pensou, então, em montar um parque fabril que o tornasse cada vez mais independente da importação. Assim, foram implantadas:

- em 1932: a Fábrica do Andaraí, hoje desativada, destinada à fabricação de granadas de artilharia e de morteiros;

- em 1933: a Fábrica de Curitiba, agora fechada, destinada à produção de viaturas coloniais hipomóveis, cozinhas de campanha, equipamentos de transposição de cursos de água e reboques para viaturas; a Fábrica de Itajubá, destinada à produção de armamento leve; a Fábrica de Juiz de Fora, destinada à fabricação de munição de grosso calibre, estas duas últimas são hoje unidades de produção da IMBEL; e a Fábrica de Bonsucesso, atualmente fora de funcionamento, destinada à fabricação de máscaras contra gases, produtos químicos fumígenos e de gases de guerra;

- em 1939: Fábrica de Material de Comunicações, hoje a Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica (FMCE) da IMBEL, destinada à produção de telefones de campanha, centrais telefônicas, rádios de campanha e cabos telefônicos.

A década de 1930 assinalou o Primeiro Ciclo Industrial Militar, que tinha como base o fato de que todo esse parque industrial utilizava tecnologias estrangeiras, sob licença ou adquiridas. Seus engenheiros sabiam como fazer, mas não

por que fazer. Até então não se fabricavam, no Brasil, materiais pesados de emprego militar, como canhões, metralhadoras e viaturas blindadas, só possíveis com a implantação no País da indústria siderúrgica pesada. O engenheiro militar Edmundo de Macedo Soares soube liderar esse processo de modernização e, como assessor de Getúlio Vargas, foi o inspirador da construção da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1945.

O ciclo da pesquisa e desenvolvimento (PD)

Da década de 1940 ao presente

O Ciclo da PD teve início na segunda metade da década de 1940, como decorrência natural da Segunda Guerra Mundial.

Durante a Segunda Guerra Mundial e após a mesma, o nosso desenvolvimento tecnológico foi amortecido pela invasão de equipamentos militares, postos à disposição do Exército a baixo custo e com todas as facilidades de suprimentos e manutenção, em face de um acordo de cooperação militar firmado com os EUA.

Entretanto, nesta fase, germinou no seio das Forças Armadas a consciência da importância da PD para a capacitação autônoma para a obtenção de material bélico. A Força Aérea, com o atual Centro Técnico Aeroespacial, a Força Naval, com o Instituto de Pesquisas da Marinha, e a Força Terrestre, com o Centro Tecnológico do Exército, realizaram extraordinário trabalho de fomento industrial, tendo a iniciativa privada respondendo de maneira exemplar ao esforço nacional.

O apogeu da Indústria de Defesa

Assim, o Brasil se desdobrou para desenvolver a tecnologia militar nas décadas de 1960, 1970 e 1980. O final da década de 1980 marcou o apogeu da base industrial de defesa brasileira. Naquele instante, o País atingiu a situação de 8^a exportador mundial como consequência de políticas de fomento em PD e fomento industrial

muito bem planejadas e executadas nas décadas de 1970 e 1980. Naquela ocasião, mais de 90% dos meios que mobiliavam o Exército eram fabricados em território nacional.

A queda da Indústria de Defesa

Na década de 1990, a conjuntura internacional marcada pelo final da Guerra Fria, pelo desmantelamento da União Soviética, pela disponibilidade dos “arsenais” acumulados pelo clima de confronto, pela globalização com soberania “limitada”, pelo desmonte de barreiras tarifárias e pela sagrada da competitividade, promoveu um quase aniquilamento da base industrial de defesa e uma considerável redução de atividade nos centros de PD nacionais, notadamente naqueles que constituem a base científico-tecnológica de defesa.

Contribuiu enormemente para o efeito apontado acima uma conjuntura nacional caracterizada por uma atitude social desfavorável aos gastos com a defesa.

Por outro lado, o mundo passa por uma revolução tecnológica e o Brasil mantém uma base industrial forte e competitiva. Esses dois fatores poderão contribuir para a elaboração de uma política industrial de defesa com razoáveis possibilidades de sucesso.

BRASIL: O QUE FAZER?

A conjuntura atual privilegia, evidentemente, os países ricos, principais atores do processo de desenvolvimento tecnológico. Entretanto, o foco de nossas preocupações e cuidados deve estar voltado para o Brasil e a maneira pela qual ele deve agir numa conjuntura mutante e adversa.

No campo tecnológico militar, o Brasil é um dos líderes do escalão intermediário, tendo atingido, na década de 1980, um nível que causou preocupações e reações nos países do primeiro escalão. As dificuldades ora vivenciadas são

decorrentes, grandemente, das ações coercitivas daqueles países.

A conjuntura atual também sinaliza para conflitos localizados, o que diminui a demanda de materiais bélicos. E é exatamente essa conjuntura, “aparentemente” não hostil aos países emergentes, que enseja aos países desenvolvidos uma oportunidade ímpar para estabelecer uma política de estratificação do poder.

As atitudes restringentes são a liquidação de “arsenais” – pela atrativa oferta de material de emprego militar com preços muito abaixo do custo – e a inibição da PD militar em países em desenvolvimento. Elas promovem o alargamento do fosso científico-tecnológico, o incremento da fragilidade econômica dos países do terceiro mundo e o convencimento das sociedades locais de que somente os países desenvolvidos deveriam possuir Forças Armadas (Teoria Macnamara). Assim, pode-se depreender que os percalços ora experimentados pelas Forças Armadas Brasileiras devem continuar e, talvez, ser ampliados. Destarte, cresce em nossas mentes a arguição do que deve ser feito para atenuar o impacto de cenário tão adverso.

Dessa forma, as conjunturas mundial e nacional, acima descritas, contribuíram para, de forma imediata, o desmonte da Base Industrial de Defesa Brasileira e, de forma mediata, o encolhimento dos centros tecnológicos militares mais recentemente, os efeitos da globalização se fizeram negativamente nos outros centros nacionais de PD.

Não podemos esquecer de dois aspectos que são muito perigosos para a saúde do parque bélico industrial do País. Primeiro, a falta de escala de produção das indústrias de defesa remanescentes, resultante da redução da demanda interna e das dificuldades de exportação. Segundo, a ociosidade de muitas linhas de fabricação dedicadas a produtos de defesa, dimensionadas para a demanda de mobilização, muito superior à de paz.

De tudo que foi dito, no que concerne à área da tecnologia militar, deve-se selecionar ati-

tudes com referência aos materiais de interesse disponíveis e não disponíveis pelas Forças Armadas.

Inicialmente, acreditamos ser muito importante a busca do aprestamento operacional com o equipamento que possuímos. O combatente necessita estar adestrado e em condições de emprego. Somente nessas circunstâncias, as Forças Armadas desempenham o seu verdadeiro papel dissuasório. Um canivete, manuseado com destreza, habilidade e vontade, causa mais respeito do que um revólver nas mãos de um atirador sem pontaria e desmotivado.

No que concerne ao material de emprego militar necessário e não disponível, podemos adotar uma estratégia indireta, calcada nos ensinamentos do sempre atual mestre chinês Sun Tzu, para estabelecer no Brasil o terceiro ciclo industrial militar.

Para tanto, devemos agir em duas frentes: Frente de Resposta Rápida e Frente de Maturação Lenta.

ESTRATÉGIAS PARA A INDÚSTRIA NACIONAL DE DEFESA

Para o estabelecimento da política industrial de defesa, poder-se-ia considerar duas frentes de ação: uma frente de resposta rápida e uma frente de maturação lenta.

Frente de Resposta Rápida

Considerando o esgotamento do segundo ciclo industrial militar e uma fase de recursos orçamentários escassos, esta frente tende a ser discreta, beneficiando apenas os materiais estritamente necessários para garantir um aprestamento operacional mínimo aceitável e focalizando mudanças e adaptações na Base Industrial de Defesa.

O primeiro ciclo industrial militar, que se estendeu desde a fundação da Casa do Trem, em 1762, até a Revolução Democrática de 1964, era caracterizado por fábricas pertencentes às Forças

Armadas. No segundo ciclo, que vem de se encerrar com a Guerra do Golfo, o incremento da participação civil ensejou o aparecimento de inúmeras empresas nacionais dedicadas à produção de material de defesa. O crescimento dessas empresas e da participação brasileira no mercado mundial suscitou fortes reações que promoveram a falência de importante segmento do nosso parque industrial militar.

O novo ciclo industrial militar deve ter, como pilares de sustentação, a empresa estatal revigorada (IMBEL e EMGEPRON), uma política de apoio às exportações implementada pela Comissão Militar da Indústria de Defesa, do Ministério da Defesa e a participação do capital estrangeiro, mediante, principalmente, o mecanismo de *joint-ventures*, em empresas nacionais novas ou remanescentes do segundo ciclo. Esta oportunidade ensejaria, ao Brasil, um acesso mais rápido a tecnologias disponíveis - não precisaríamos reinventar certas rodas - e proporcionaria maior robustez à empresa nacional de defesa.

O objetivo é capacitar a Base Industrial Mínima de Defesa a atender à atual demanda operacional de núcleos de modernidade e de forças de deslocamento rápido, mantendo uma incipiente capacidade de fabricação de material de emprego militar, mesmo que apresentem baixo agregado tecnológico.

Nessa fase, podem ser perseguidas as seguintes ações: adquirir do exterior um mínimo de material de defesa; realizar o aprestamento operacional com o que se possuir; manter as indústrias nacionais de defesa em funcionamento com encomendas adequadas; trabalhar com a base industrial de defesa atual, ajustada às reais necessidades do País, e promover a integração tecnológica das Forças Armadas.

Frente de Maturação Lenta

Esta frente constitui-se no principal esforço para garantir um posicionamento mais fir-

me, competente e efetivo no cenário tecnológico militar do século XXI. Essa frente deve perseguir a capacitação tecnológica militar acoplada à capacitação tecnológica de âmbito nacional, uma vez que ambas possuem interesses comuns.

Dois objetivos estão assinalados. O primeiro objetivo da Frente de Maturação Lenta é ampliar, no âmbito militar, as atividades de PD e a capacidade de fabricação de material de emprego militar, para fortalecer as bases científico-tecnológica e industrial de defesa.

A perseguição do primeiro objetivo poderia se dar mediante as seguintes ações: aumentar, gradual e constantemente, os recursos humanos e financeiros dedicados à PD e adquirir material de emprego militar de mercado; estudá-lo nos órgãos de CT das Forças Armadas; desenvolver novos equipamentos nos centros tecnológicos militares, para produtos complexos, e nos órgãos de fabricação, para produtos simples. Paralelamente, modernizar materiais de defesa para aumentar a vida útil dos mesmos, incentivando o intercâmbio de empresas nacionais e estrangeiras.

É por demais notório que as tecnologias críticas militares possuem elevada capacidade de aplicação em produtos e serviços civis. Elas são de uso dual. Essa característica oferece à Nação uma oportunidade ímpar para orientar os esforços de toda a comunidade científico-tecnológica nacional, civil e militar, na perseguição do segundo objetivo da Frente de Maturação Lenta, que é o fortalecimento da base nacional científico-tecnológica e da base nacional industrial, tijolos essenciais para a construção de uma sociedade moderna.

De maneira sintética, esta frente poderia:

- atuar fortemente na informática, base tecnológica disseminada em muitos equipamentos e atividades militares;
- avaliar as necessidades operacionais para um futuro mediato e longínquo, que poderiam, por exemplo, beneficiar a defesa antiaérea e tecnologias em ambiência amazônica;

- identificar tecnologias críticas não disponíveis que sejam importantes para atender às necessidades operacionais;

- promover a integração tecnológica das três Forças Armadas;

- avaliar o potencial científico-tecnológico nacional existente ou passível de fomento, em particular o militar, para trabalhar nas tecnologias identificadas;

- selecionar as tecnologias críticas possíveis de serem obtidas com a ativação do potencial científico-tecnológico;

- integrar as tecnologias críticas selecionadas ao Plano Brasileiro de Ciência e Tecnologia; e

- desenvolver projetos conjuntos em países desenvolvidos e países vizinhos.

No caso específico do desenvolvimento com países vizinhos, pode se destacar que:

- pode significar um papel de liderança para o Brasil;

- o Instituto Militar de Engenharia já teve em seus bancos escolares oficiais de nações amigas (ONA) de diversas origens: Paraguai, Peru, Venezuela, Argentina, Suriname, Equador, Colômbia, Bolívia, Angola etc. O Brasil pode liderar a capacitação de recursos humanos em engenharia militar, no nível de graduação e pós-graduação;

- no caso de pós-graduação, pode haver a designação de programas conjuntos em que os alunos ONA fariam pesquisa orientados por professores do IME e do ITA.

- no caso de países do Mercosul, deveríamos realizar um desenvolvimento conjunto muito bem definido. O ideal seria um material que dependesse de tecnologias complementares do domínio de cada país.

No caso específico do desenvolvimento com países desenvolvidos, pode-se destacar que é uma oportunidade para o Brasil ganhar conhecimento tecnológico;

Dois enfoques podem ser utilizados:

1º) no nível de tecnologia crítica, pode ser estabelecido um programa de pesquisa conjun-

to, onde pesquisadores brasileiros poderiam trabalhar em conjunto com pesquisadores de países desenvolvidos.

2º) no nível de material de emprego militar, pode ser estabelecido um programa de desenvolvimento em que o conhecimento quanto ao nível de projeto seja dominado pelo país desenvolvido. A fabricação das partes do equipamento pode ser dividida entre o país desenvolvido e o Brasil, como função da capacidade do respectivo parque industrial.

ESTRATÉGIAS PARA A INDÚSTRIA PÚBLICA DE DEFESA

Não se pode falar em Indústria Nacional de Defesa ou de fabricação de material de emprego militar sem que nos venha, de imediato à mente, o nome IMBEL - Indústria de Material Bélico do Brasil -, primeira iniciativa de criar condições para gerenciar a política de fabricação de material bélico no País.

Com a criação da IMBEL, em 1975, todas as fábricas de armamento e munição do Exército foram absorvidas por ela, outras foram extintas ou vendidas para a iniciativa privada, visando a concentrar a fabricação em algumas linhas de produtos, seguindo diretriz governamental estabelecida no Decreto-Lei nº 200, cuja intenção era retirar do Estado, gradativamente, as atividades produtivas que concorressem com a iniciativa privada.

Hoje, a IMBEL resume-se a cinco estabelecimentos fabris que fabricam explosivos e munições, armamento leve e material de comunicações e informática, cujo cliente principal é o Exército Brasileiro.

Essa política trouxe alguns problemas para os dias atuais, pois a manutenção de estabelecimentos fabris produzindo, exclusivamente, itens para aplicação militar mostrou-se inviável economicamente. As empresas que absorveram a fabricação de determinados itens necessários às Forças Armadas deixaram, então, de fazê-lo, tendo em

vista que não era de interesse comercial, devido à baixa demanda. Isso obrigou a aquisição de vários materiais de emprego militar no exterior, gerando, como consequência, a dependência externa.

Atualmente, o Governo Federal procura uma solução, eficiente e econômica, que permita a preservação do interesse estratégico de manter no País uma Base Industrial Mínima de Defesa (BIMD), que seja independente do fornecimento de insu- mos, materiais, equipamentos e serviços oriundos do exterior e que, ao mesmo tempo, acarrete um mínimo de encargos ao Tesouro Nacional.

Nesse contexto, a IMBEL encontra-se em condições de iniciar uma reestruturação organizacional por meio da implementação de uma nova estratégia de atuação empresarial e de melhoria de gestão, de forma a aumentar o faturamento, a incrementar a competitividade, a reduzir custos e a criar condições para que uma empresa pública de defesa possa apresentar equilíbrio de suas contas.

Assim, a empresa necessita experimentar um saneamento fiscal e, em seguida, realizar uma profunda reestruturação institucional, administrativa e técnica para que possa cumprir sua destinação estratégica para o País. A finalidade da reestruturação é, por um lado, a ampliação de receitas e obtenção de melhores resultados, pelo desenvolvimento de novas fontes de mercado e melhoria de desempenho na exploração do mercado atual, de forma a diminuir sua dependência de encomendas governamentais. Por outro lado, a empresa precisa trabalhar para o Exército e o Ministério da Defesa como sendo uma oportunidade de solução de problemas técnicos e não como uma eterna fonte de problemas.

Evolução no serviço público

A partir da década de 1980, o Governo brasileiro intensificou as ações de reestruturação do Estado, que culminaram com a criação do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade

(PBQP) em 1990, visando a fazer com que as organizações brasileiras buscassem implementar práticas estruturadas que permitissem superar os desafios de um novo ambiente competitivo e globalizado. Questões relacionadas à satisfação dos clientes deixaram de ser preocupações apenas no meio produtivo privado, mas também passaram a fazer parte da agenda de modernização do serviço público.

Em novembro de 1995, o Governo Federal lançou o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), instrumento orientador das mudanças a serem promovidas no âmbito da administração pública, de forma a melhorar tanto a estrutura da "máquina pública" quanto o desempenho das instituições federais. No aspecto da gestão, o PDRAE destaca o caráter gerencial a ser conferido à administração pública, orientando sua ação para resultados com o estabelecimento de metas, em oposição à tradicional forma de gestão, mais orientada para processo e para a operação.

Para a superação do modelo burocrático, que ainda caracteriza a administração pública no Brasil, as inovações devem conduzir à Gestão Pública Empreendedora, indicadora do processo de modernização gerencial e caracterizada por:

- compromisso e transparência;
- responsabilização e autonomia;
- participação;
- foco estratégico;
- risco;
- iniciativa e criatividade;
- trabalho em rede; e
- uma nova cultura.

Assim, a implementação de estratégias de melhoria da qualidade dos processos gerenciais, dos produtos e serviços, com vistas à satisfação dos diversos clientes/usuários atuais e futuros na área pública, está atualmente no topo das preocupações do Brasil e de todo mundo, requerendo grande atenção dos gestores. O que se deseja, em verdade, é uma ampla transformação nas práticas gerenciais

neste setor, de forma a otimizar o desempenho dos órgãos públicos, no sentido de atender melhor às necessidades de todas as partes interessadas.

Óbices e dificuldades enfrentadas

Ao analisarmos os óbices e dificuldades enfrentadas, não podemos perder de vista que o dimensionamento de uma indústria de defesa deve estar de acordo com as necessidades apontadas em um contexto de mobilização nacional, daí advindo o grande desafio de tornar viável e autosustentável, em tempo de paz, uma estrutura dimensionada para atender a situações conjunturais. A Indústria de Material Bélico do Brasil, por se enquadrar no perfil acima, tem a tendência natural de se tornar deficitária.

A análise atual dos dados econômicos e financeiros disponíveis evidencia a existência genérica de um efeito adverso que se constitui em óbice para a sustentação econômica e financeira da empresa, gerando desequilíbrio entre a receita e a despesa e que tem por causas:

- falta de regularidade nas encomendas militares em decorrência das restrições orçamentárias;
- falta de regularidade nas encomendas civis em decorrência da conjuntura econômica adversa;
- custo de manutenção de plantas estratégicas superdimensionadas para a demanda em tempo de paz, em função da falta de flexibilidade no atendimento à Estratégia de Defesa Nacional.

As causas apontadas geram consequências tais como:

- obsolescência de equipamentos e instalações pela falta de investimento na modernização do setor;
- inexistência de capital de giro;
- folha de pagamento excessivamente alta em decorrência das necessidades estratégicas;
- elevado custo de manutenção das unidades fabris; e
- inadimplência da empresa em função do desequilíbrio financeiro.

As consequências acima descritas evidenciam a incapacidade atual da Indústria de Material Bélico de contribuir de forma significativa para o desenvolvimento da Base Industrial Mínima de Defesa. Desde a sua criação, a IMBEL tem apresentando resultados negativos, que foram agravados nos últimos anos.

Mister se faz - e é urgente que se faça - modificar conceitos e procedimentos que minimizem as causas geradoras da ineficiência do atual modelo empresarial. De tudo o que foi considerado até aqui, pode-se resumir como principais preocupações relacionadas ao funcionamento da IMBEL:

- dificuldades operacionais;
- necessidade de maior agilidade;
- necessidade de maior flexibilidade;
- necessidade de ampliação da esfera de atuação; e
- necessidade de apresentar desempenho eficiente, traduzido pelo cumprimento de sua destinação estratégica e pelo equilíbrio de suas contas.

Estratégias para a Indústria Pública de Defesa

Acreditamos que as seguintes estratégias são adequadas para guiar a reestruturação da indústria pública de defesa:

- estratégia da atuação empresarial;
- estratégia do incremento de competitividade;
- estratégia da dualidade produtiva; e
- estratégia da parceria.

Estratégia da Atuação Empresarial

No complicado cenário pintado ao longo deste artigo, pode-se perceber que é praticamente impossível uma indústria, que baseia seu negócio tão-somente na fabricação e venda de material de defesa, ser lucrativa. A solução para semelhante impasse é implementar a evolução da indústria para uma empresa pública de defesa.

Neste novo contexto, a empresa pública deve operar segundo um objeto institucional amplia-

do. Ela deve passar a ser uma empresa "gerencial-industrial". Com isso, ela passa a explorar a venda de serviços e a realização de negócios, envolvendo os seus produtos e outras capacidades. Nessas condições, o serviço agraga valor ao produto, aumentando substancialmente a capacidade de faturamento da empresa e o grau de satisfação de seus clientes. Na verdade, o material de defesa pode ser visto como uma *commodity* e quem ganha dinheiro no mundo não é quem a negocia, mas sim quem explora os serviços que ela proporciona.

Além disso, a prestação de serviços é capaz de aumentar a taxa de inteligência agregada ao produto vendido e permite o emprego do excesso de cérebros disponíveis no País. Exemplificando, o negócio de remoção de pedras é inteligência intensiva e muito mais valorizado do que a venda do explosivo para esta tarefa.

Por outro lado, a empresa pública de defesa não precisa se restringir a atuar apenas no campo da fabricação. Pelo contrário, ela pode e deve ampliar sua gama de atuação, varrendo o apoio à P&D, o projeto, a fabricação, a logística, a cartografia, a construção de infra-estrutura e outras atividades que visem ao atendimento das necessidades do Exército.

Tudo isso nos leva a admitir a possibilidade de a empresa pública de defesa se transformar numa fonte orçamentária alternativa, caso ela venha a se tornar superavitária ou vender serviços que explorem as capacidades técnicas e/ou operacionais do Exército.

Finalmente, a prestação de serviços poderia transformar a empresa num agente promotor de reengenharia fiscal, reduzindo a carga tributária ao substituir o ICMS pelo ISS.

Estratégia do Incremento de Competitividade

Como foi visto, o ambiente globalizado impõe competitividade à empresa pública de defesa. Para ser competitiva, a empresa deve atender a duas

exigências: produzir com qualidade e apresentar excelência na gestão administrativa.

No que concerne à qualidade, a IMBEL apresenta excelentes indicadores. O Federal Bureau of Investigation (FBI) adota como armamento operacional a pistola .45 modelo 1911 fabricada em Itajubá. Em 2002 e 2003, cerca de 70% do faturamento da IMBEL foram resultantes de exportações de armamento e munição.

Modernamente, as empresas mais competitivas adotam unidades de negócios como elementos organizacionais especiais, encarregados de realizar a interface com o cliente, garantindo a sua satisfação e o cumprimento do contrato nas condições estabelecidas de prazo, preço e qualidade.

A unidade de negócio foi criada para dar maior competência e eficácia na produção de serviços, materiais e produtos comercializados pela empresa e realizados por uma ou mais unidades de produção. No caso da IMBEL, a unidade de produção pode ser uma fábrica ou uma organização militar.

Para controlar e reduzir os gastos de produção, a unidade de negócio estabelece com a unidade de produção um contrato de gestão, definindo as despesas de matéria-prima, de pessoal diretamente envolvido no trabalho e os custos operacionais diretos.

Desta maneira, a IMBEL, por meio de suas unidades de negócio, pode integrar as áreas de C&T, desenvolvimento e fabricação de material de emprego militar e pode, também, atuar na área de Construção, Sistemas Terrestres, Consultoria Especializada e Apoio Logístico, auxiliando na realização de diversas atividades dos vários órgãos do Comando do Exército.

Finalmente, a carga tributária pode desempenhar um papel decisivo na disputa comercial entre a empresa nacional, pública ou privada, e a estrangeira para fornecimento de produtos militares para as Forças Armadas brasileiras. Neste caso, por incrível que pareça, dado que nós bra-

sileiros estabeleceremos as regras do jogo, o cenário é o seguinte:

- a empresa estrangeira vende para as Forças Armadas com isenção fiscal; e

- a empresa nacional vende para as Forças Armadas com excessiva carga tributária.

É missão quase impossível uma empresa nacional, pública ou privada, apresentar competitividade numa concorrência com empresas estrangeiras. Esse quadro precisa ser modificado urgentemente...

Os tributos, que gravam o material de uso especificamente militar pelas Forças Armadas, deveriam ser bastante reduzidos, o que permitiria maiores aquisições com os mesmos orçamentos e menor custo para as indústrias de defesa, públicas ou privadas.

Estratégia da Dualidade

Como uma indústria militar que produza exclusivamente material de defesa é normalmente deficitária, a solução é o desenvolvimento de produtos de aplicação civil, de modo a viabilizar as plantas industriais que estivessem superdimensionadas para as necessidades de uma Força Armada em tempo de paz. Dessa maneira, a fabricação de produtos civis se constitui em importante ferramenta de luta contra a ociosidade das plantas militares.

A produção civil, assim, passa a ser vista como um adendo à produção militar, procurando, no entanto, praticar os preços de mercado. Em verdade, muito importante, dentro dessa visão, é o treinamento da mão-de-obra. O pessoal envolvido na produção de artigos militares deve se manter capacitado, mesmo que, em alguns momentos, também fossem empregados na fabricação de artigos civis.

Estratégia da Parceria

Definitivamente, a estratégia da parceria é um poderoso mecanismo de aumento da competitividade.

dade. A parceria com empresas nacionais ou estrangeiras pode se constituir em poderosa alavanca para a obtenção de novos serviços, materiais ou produtos, a ampliação de mercados existentes e conquista de novos mercados.

Num processo de *work share*, a parceria é catalisada pelas potencialidades de cada participante. Numa ligação internacional, a parceria se vale da globalização para valorizar as eficiências produtivas de cada parceiro, contribuindo para aumentar a competitividade do consórcio. Em qualquer caso, a sinergia do processo torna o conjunto consideravelmente maior do que a soma das partes.

CONCLUSÃO

Por mais de dois séculos, gerações que antecederam à nossa construíram, com exemplar sabedoria, meios de defesa de nossa soberania. É dever da atual geração deixar a sua contribuição, criando as condições para o funcionamento saudável da indústria de defesa brasileira.

Nos últimos anos, o mundo sofreu diversas mudanças sociais, econômicas, demográficas e tecnológicas, como a queda do muro de Berlim, o colapso soviético, a criação do Mercado Comum Europeu, a ampliação do uso dos computadores pessoais, a globalização, dentre outras. É importante também salientar que não só o ambiente mundial mudou, mas a velocidade com que essas mudanças vêm ocorrendo cresceram sobremaneira.

Assim, nenhuma organização, grande ou pequena, pública ou privada, de manufatura ou serviço, pode ignorar esses "ventos de mudança" e permanecer estática em sua posição no merca-

do. Dentro desse conceito, as organizações passaram a viver em um ambiente onde a competição está mais acirrada, e a orientação empresarial para o domínio do mercado consumidor torna-se uma questão de sobrevivência.

A definição de uma nova estrutura organizacional para a IMBEL surgiu como resposta à Proposta de Revisão do Modelo Institucional da Indústria de Defesa, tendo em vista que será necessário adotar uma nova filosofia gerencial para essa empresa, com vistas a melhorar significativamente seu desempenho.

Entretanto, existe um paradigma atual necessitando ser urgentemente modificado. Ele preconiza: "A indústria de defesa sempre funciona de maneira deficitária."

Por outro lado, constatamos ser necessária a modernização do conceito de indústria pública de defesa. Os vetores de mudança devem ter o fulcro nos seguintes conceitos:

- evolução de indústria para empresa pública de defesa;
- oferecimento de serviços e negócios, além da venda de produtos; ampliação do objeto institucional;
- a Força Armada detentora da empresa pública de defesa deve passar a ser vista como o explorador, o dono do negócio – além de ser o cliente preferencial; e
- a Força Armada deve utilizar a empresa para gerar um orçamento paralelo.

Implementando todas as reestruturações e modernizações preconizadas, é possível modificar o paradigma indesejável, estabelecendo um novo paradigma no final do processo: "A empresa pública de defesa possui as condições para apresentar equilíbrio de suas contas." ☐

Novas armas úteis

*Iberê Mariano da Silva**

Este trabalho procura analisar as origens, a situação atual e as perspectivas futuras da indústria brasileira de material de emprego militar destinado à Força Terrestre. Inicialmente, examina alguns fatos precursores e recentes, assim como as diferentes fases que marcaram a trajetória histórica dessa indústria, em nosso país, desde a sua criação. A seguir, caracteriza as dificuldades e limitações da situação atual e procura identificar metas e objetivos a serem visados pelo Brasil, na formulação e implementação de uma estratégia de obtenção da autonomia científica, tecnológica e industrial no campo militar, em particular no caso de material para emprego da Força Terrestre.

Os fatos precursores da indústria de material bélico terrestre no Brasil, desde o período colonial, incluem: a criação, no Rio de Janeiro, de uma fundição na Casa do Trem (1762) e da fábrica de armas da Fortaleza da Conceição (1765); a criação, por Dom João VI, de uma fábrica de pólvora próxima à Lagoa Rodrigo de Freitas (1808) e a transformação da Casa do Trem no Arsenal de Guerra da Corte (1811); a criação, após a Independência, do Arsenal de Guerra General Câmara, no Rio Grande do Sul (1828); e o estabelecimento, já no período republicano, da Fábrica do Realengo, para produzir munições (1898), e da Fábrica de Piquete, para produzir explosivos, propelentes e polvora (1906).

Já na Era Vargas, foram criadas a Fábrica do Andaraí (granadas de artilharia e morteiro) em 1932; as fábricas de Curitiba (viaturas hipomóveis e equipamentos de transposição de curso d'água),

Juiz de Fora (elementos para granadas de artilharia e morteiro), Itajubá (armamento leve) e Bonsucesso (máscaras contra gases, produtos químicos e fumígenos), todas em 1933, e a Fábrica de Material de Comunicações (equipamento de comunicações de campanha) em 1939.

Esse modesto parque industrial militar, subordinado ao Exército, manteve-se em funcionamento nas décadas seguintes. Em 1975, foi criada a IMBEL (Indústria de Material Bélico do Brasil), uma empresa estatal vinculada ao Ministério do Exército, que absorveu as instalações e o pessoal das antigas fábricas militares. Contudo, no mesmo ano, foram desativadas as fábricas de Curitiba, Bonsucesso, Realengo e Andaraí, com grande prejuízo para o País, uma vez que suas substitutas civis não perduraram no tempo.

A partir de 1976, o Brasil passou à dar ênfase ao fomento da indústria privada de material bélico. Em 1977, no governo Geisel, foi denunciado o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, de 1952. Isso gerou consequências positivas, pois, além de deixar de receber sucata como donativo, o País passou a dar ênfase à necessidade de diminuir a dependência externa e o hiato tecnológico existentes no setor de material de emprego militar.

A formação de engenheiros militares no Brasil iniciou-se ainda no período colonial. Em 1792, foi criada a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, primeira escola de Engenharia das Américas. Transformada em Academia Real Militar por Dom João VI em 1811, veio a constituir o embrião original das atuais escolas de Engenharia militares e civis do País. Em 1930, come-

*O autor é General-de-Brigada da reserva, engenheiro militar e diretor de Ciência e Tecnologia do NEST - Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF).

cou a funcionar, por influência da Missão Militar francesa, a Escola de Engenharia Militar, cuja denominação foi alterada para Escola Técnica do Exército (ETE) em 1933. Já em 1941, por influência norte-americana, foi criado o Instituto Militar de Tecnologia (IMT). Em 1959, a ETE e o IMT foram fundidos, dando origem ao Instituto Militar de Engenharia (IME).

Em paralelo à produção de material e à formação de recursos humanos, a área de Ciência e Tecnologia Militar vinha sendo desenvolvida com a criação do IMT, em 1941, e do Campo de Provas da Marambaia (CPrM), em 1944, e com a extinção do Arsenal de Guerra da Urca, transformado no Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD) em 1970. Posteriormente, foram criados o Centro Tecnológico do Exército (CTEx) em 1982, a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Exército (SCT) e o Centro de Avaliação do Exército (CAEx), ambos em 1984, e o Instituto de Projetos Especiais (IPE) em 1986.

Já após o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 (o qual mudou o panorama político-militar global), foi desativado, em 2 de outubro de 2001, o IPE, passando seu pessoal, a partir de então, para o IPD. Em janeiro de 2005, as secretarias de Ciência e Tecnologia e de Tecnologia da Informação serão fundidas, dando origem ao Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT). O CTEx e o IPD serão fundidos como o novo CTEx. Além disso, o CPrM e o CAEx serão unificados, sob esta última denominação. Em estudo encontra-se a desativação da Fábrica Estrela (espoletas, estopilhas e pirotécnicos). Outras mudanças advirão, em consonância com o PEG (Programa de Excelência Gerencial do Exército). Atualmente, a IMBEL encontra-se endividada e tecnicamente desatualizada por falta de encomendas, incentivos e desafios técnicos.

Desse modo, podemos dividir a história da indústria de material bélico terrestre no Brasil em três fases. A primeira fase, dos primórdios até cerca de 1970, realizou-se em fábricas, arsenais e parques

de material bélico do próprio Exército. Caracterizaram essa fase: controle estatal pelo Exército; pioneirismo nos setores de armamento, automóveis, telecomunicações, metalurgia e química, entre outros; predominância (cerca de 80%) do material de emprego militar importado; relativa simplicidade dos armamentos e inexistência de “sistemas de armas”; demandas inconstantes e insuficientes por material de fabricação nacional; recursos orçamentários escassos; existência de outras fontes de recursos; e Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. Os seguintes fatos marcaram o final dessa fase: Decreto-Lei nº 200/67, que determinou a retirada do Estado do setor produtivo (levando ao fim dos quadros de servidores civis e das fontes alternativas de recursos); e doação à iniciativa privada de projetos desenvolvidos pelo Exército.

Na segunda fase, de 1970 a 1991, prevaleceu o fomento à indústria privada nacional. Caracterizaram essa fase: fomento à Pesquisa e Desenvolvimento e às empresas do setor; criação e funcionamento da IMBEL; fim do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos; formação e aperfeiçoamento de recursos humanos em apoio às indústrias; criação do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército; e conquista, pelo Brasil, do 8º lugar mundial entre os exportadores de material militar. Marcaram o final dessa fase os seguintes fatos: fim da Guerra Fria; término da Guerra do Golfo (e perda de mercados por não ter o Brasil participado da coalizão); a falência de empresas; e perda de sentido do fomento industrial.

A terceira fase (atual) pode ser descrita como a procura de uma solução para a retomada da indústria de material de emprego militar no Brasil. As características da fase atual são: retração brusca dos mercados; extinção de incentivos; prevalência da oferta externa de material militar; embargos internacionais às tecnologias críticas; atitude política desfavorável; atenções e exigências relativas ao meio ambiente; redução da massa crítica de recursos humanos; revolução tecnológica; globalização (maior competitividade,

busca de parcerias, fusões, pólos de fabricação, intensificação da terceirização etc.); consolidação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); e, finalmente, criação do Ministério da Defesa (MD).

De acordo com as previsões, o efetivo de técnicos e pesquisadores civis e militares do CTEx deveria ter chegado a dois mil em 1988 e a oito mil na década de 1990. Entretanto, esse número hoje não chega a trezentos. Alguns dos fatores que levaram à situação atual, de “encolhimento com dignidade”, devem ser esclarecidos. Em primeiro lugar, as barreiras tecnológicas internacionais contribuem para aprofundar o hiato existente entre os países acelerados e os lentos. Deve-se levar em conta que a culpa não é dos primeiros, que estão fazendo o seu papel, e sim nossa, por não termos feito o “dever de casa”.

O controle do mercado externo pelas grandes potências militares acaba gerando desmotivação pela pesquisa e fabricação de material de emprego militar em empresas que visam à exportação (para alcançar economia de escala). A atual conjuntura econômica do País não permite absorver uma produção mais significativa do material fabricado pela indústria nacional, seja esta civil ou militar. Desconhece-se que essa indústria, além de gerar empregos, abre mercados externos para este e outros produtos.

Não é possível fazer um planejamento financeiro de longo prazo para todas as fases do ciclo de vida do material (pesquisa, desenvolvimento, avaliação e produção). Nossas leis relativas ao assunto não nos protegem, com eficácia, contra a competição estrangeira.

O imediatismo desejado na obtenção de determinado material de emprego militar, geralmente, aconselha a sua aquisição no mercado externo em detrimento da produção nacional. A falta de confiança em nossa capacidade industrial e em nossas atividades de pesquisa resulta do fato de ambas terem baixa prioridade na alocação de recursos e serem relegadas a um plano secundário. Além de uma infra-estrutura ade-

quada, faltam melhores condições de trabalho, por efeito de personalismos nas interrupções, mudanças de diretrizes e paradas causadas por descontinuidade orçamentária.

Devido à falta de experiência recente em operações de combate (que nos obriga a tomar por base estimativas ou dados de segunda mão), a indefinição ou o superdimensionamento dos requisitos operacionais e técnicos e a consequente delonga das avaliações acarretam transtornos diversos para as atividades de pesquisa e industrialização. Outro transtorno é o causado pela instrução geral do ciclo de vida dos materiais (que é longa, detalhista e complicada), a qual deverá ser reescrita, levando em conta os parâmetros da dinâmica de hoje. O Ministério da Defesa só tem logrado obter, até agora, uma integração mínima entre os órgãos de CT, PD e logística nas encomendas das três Forças Armadas à indústria (tão necessárias para atingir um grau desejável de escala). Há restrições devidas à interferência de órgãos, em geral, carentes de meios e recursos para assessorar, os quais estão no processo, às vezes, só para marcar presença.

A indústria brasileira de material bélico terrestre tem, entre outras, as seguintes dificuldades: (1) o Exército Brasileiro não compra e, quando o faz, não garante uma produção continuada; (2) compradores estrangeiros estranham, quando o Exército do vendedor (no caso, o nosso) não adota o material; (3) as empresas têm dificuldade em conseguir crédito; e (4) o preço para o comprador, quando o material não é “de prateleira”, tem de ser acrescido ao do custo do desenvolvimento, criando dificuldades em licitações; (5) no contra-exemplo de outros países, nossos adidos militares e embaixadas não dão a nossos produtos uma base de apoio e propaganda.

A ameaça futura rege a tecnologia e a doutrina que serão necessárias para enfrentá-la. Essas três constituem os vetores de mudança no cenário do campo de batalha. Em função dessa mudança, surge a necessidade dos materiais de emprego militar adequados. Para isso, passa-se por uma

articulação da necessidade doutrinária com a disponibilidade tecnológica e os recursos financeiros.

Estratégia é a ação que desenvolve e aplica todos os campos do poder nacional (econômico, político, científico-tecnológico, militar e psicosocial) para alcançar um objetivo do país, contornando ou enfrentando os óbices. São objetivos básicos permanentes do Brasil: integridade territorial e patrimonial; independência política e econômica; e bem-estar social.

No caso, o objetivo desejado é reequipar o Exército Brasileiro. E como objetivo secundário, equipá-lo com material produzido, em sua maior parte, no País e, preferencialmente, com tecnologia autóctone. São algumas das estratégias para a consecução de tal objetivo: (1) criar um grupo de alto nível, para realmente enfrentar e resolver os problemas da nossa indústria de material bélico com medidas pró-ativas; (2) voltar à política de fomento industrial; (3) incentivar a realização de trabalhos em conjunto por institutos (pesquisa), faculdades (ensino) e indústria (produção), pois a defesa da Nação é um dever e um direito de todos; (4) reformular o

sistema contábil da IMBEL, pois, embora esta seja do Estado, não pode vender para o Estado, uma vez que deve ao Estado; (5) realizar ações políticas amplas e permanentes de esclarecimento, pois as FFAA defendem o Estado nacional e, portanto, não podem ser levadas ao sucateamento, sendo necessária a conscientização da população sobre os riscos da situação atual; e (6) elevar o orçamento das FFAA, na parte destinada a investimento, pois isso gerará mais empregos, conquistará novos mercados e permitirá a recomposição do material faltante ou desatualizado.

No entender deste autor, a autonomia científica, tecnológica e industrial no campo militar pode representar a diferença entre a paz e a guerra, entre a vitória e a derrota. Uma nação que se isola, perde o orgulho e se torna altamente previsível (por ter deixado de lado a capacidade de criar, inovar, evoluir e incentivar) deverá ter dificuldades nos próximos confrontos. A preparação contínua para uma guerra caminha irmanada com a paz e a liberdade.

(Transcrito da *Gazeta Mercantil*, de 3 de dezembro de 2004) ☀

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



1930 – O Furacão veio do Sul

Alcyr Lintz Geraldo

A obra é um ensaio histórico sobre a Revolução de 1930, onde algumas informações são enriquecidas por análise e por tratamento original e atraente. A sociedade brasileira na década de 1930, de forma abrupta e violenta, tentou eliminar certos comportamentos políticos até então existentes, substituindo-os por outros que julgava mais justos e mais consentâneos com os novos tempos. Destacam-se a visão de síntese e a abordagem crítica do autor. Transcrições oportunas enriquecem o trabalho.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul): Reflexos para o poder militar*

*Eduardo Fuenzalida Helms***

*Marcelo Támer Yapur****

RESUMO

O Mercosul constitui um verdadeiro processo de integração econômica com projeção social e cultural e, a partir da elaboração do Protocolo de Ushuaia, também política.

Como uma forma de comprovar este fenômeno de integração política, que está implícito no objetivo deste trabalho, detalhar-se-á cada uma das reuniões de cúpula presidenciais¹ realizadas até o final de 2002, indicando a finalidade de todas as declarações difundidas e destacando aquelas que incorporaram, nos seus conteúdos, antecedentes relacionados à segurança e à defesa, particularmente no continente sul-americano.

PALAVRAS-CHAVE

MERCOSUL, defesa, segurança, poder militar, integração do Cone Sul.

OMercado Comum do Sul (Mercosul), desde sua criação em 1991, vem desenvolvendo intensa atividade para consolidar um processo de integração regional. Tal iniciativa foi efetivada, inicialmente, com a participação dos presidentes de cada um dos países membros - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai - e, posteriormente, complementado com a presença dos chefes de Estado dos países associados, Bolívia e Chile.

O esforço para consolidar um mercado comum constitui, atualmente, um imperativo para as nações sul-americanas, tendo em vista que a globalização impôs suas condições e nenhum país pode atuar de forma independente e isolada, nem se sentir a salvo das oscilações do mercado.

Recentemente, em meados do ano de 2002, o Brasil sofreu uma séria queda nos seus indica-

dores econômicos mais relevantes. Tal fato pôs em evidência que os fatores econômicos ignoraram fronteiras, pois o Chile, que acreditava estar imune à situação que afligia o Brasil, começou, paulatinamente, a sofrer suas repercussões e a dar sinais negativos no que tange à sua economia. A Bolsa de Valores de Santiago sofreu uma baixa, e, paralelamente, o valor do dólar americano elevou-se fortemente. A contaminação da economia chilena deu-se pela queda do preço das ações das empresas elétricas transnacionais que operavam no Chile e que possuíam ativos no Brasil.

É, portanto, com o intuito de salvaguardar suas economias que os Estados-membros do Mercosul têm buscado uma maior integração. Contudo, convém sublinhar que, ao adotarem políticas econômicas convergentes, tais países ense-

* Colaboração do Centro de Estudos Estratégicos da ECEME.

** É Tenente-Coronel do Exército do Chile.

*** É Major do Exército argentino.

¹ Comunicados e declarações presidenciais. Buenos Aires, 1998. Disponível em <<http://www.legislaw.com.ar>>. Acesso em: 18 junho 2002.

jam o surgimento de uma nova entidade, ao mesmo tempo supranacional e com interesses legítimos a serem preservados. Nesse contexto, a constituição de um instrumento militar integrado aparece como uma forte tendência sem, no entanto, deixar de suscitar um amplo debate sobre a questão.

O tratado e seus reflexos militares

Cabe destacar que o Mercosul constitui um verdadeiro processo de integração econômica com

projeção social e cultural e, a partir da elaboração do Protocolo de Ushuaia, também política.

Como uma forma de comprovar este fenômeno de integração política, que está implícito no escopo deste trabalho, detalhar-se-á cada uma das reuniões de cúpula presidenciais² realizadas até o final de 2002, indicando a finalidade de todas as declarações difundidas e destacando aquelas que incorporaram, nos seus conteúdos, antecedentes relacionados à segurança e à defesa, particularmente no continente sul-americano:

CÚPULA (Local de Realização)	DATA	ORIENTAÇÃO TEMÁTICA
Brasil (Brasília)	17 Dez 91	Acordo de Salvaguarda junto à Agência Internacional de Energia Atômica, relativo ao controle do uso pacífico da energia nuclear. O acordo também abre as perspectivas de desenvolvimento energético para a região e possibilita a plena participação da Argentina e Brasil no Tratado de Tlatelolco.
Argentina (Las Leñas)	27 Jun 92	Consolidação do sistema multilateral de livre comércio. Análise sobre a petição boliviana referente à sua incorporação ao Mercosul.
Uruguai (Montevidéu)	28 Dez 92	Avaliação do programa acordado em Las Leñas.
Paraguai (Assunção)	1º Jul 93	Redução de tarifas alfandegárias.
Uruguai (Colónia)	17 Jan 94	Avaliação dos acordos comerciais.
Argentina (Buenos Aires)	5 Ago 94	Repulsa ao atentado contra a Associação Mutual Israelita na Argentina.
		Integração da Bolívia ao Mercosul.
		Integração do Chile ao Mercosul.
		Intensificação das relações com a União Européia
Brasil (Ouro Preto)	17 Dez 94	Término do período de transição do tratado e reconhecimento do Mercosul como pessoa jurídica.
Paraguai (Assunção)	5 Ago 95	União alfandegária. Relações Mercosul - Bolívia.
Uruguai (Punta del este)	7 Dez 95	Avaliação de medidas econômicas implementadas.

² Comunicados e declarações presidenciais. Buenos Aires: 1998. Disponível em <<http://www.legislaw.com.ar>>. Acesso em: 18 junho 2002.

Argentina (San Luis)	25 Jun 96	Protocolo comum de defesa da concorrência e do consumidor. Apoio à democracia como sistema de governo na região. Adesão do Chile e da Bolívia. Mecanismo de consulta e acordo político. Declaração sobre as Malvinas: posicionamento pela solução pacífica do conflito de disputas territoriais entre a Argentina e o Reino Unido.
Brasil (Fortaleza)	17 Dez 96	Consolidação da União Alfandegária. Concretização de um mecanismo de integração regional.
Paraguai (Assunção)	19 Jun 97	Avaliação da integração regional. Mecanismo de consulta e cooperação política entre os integrantes do Mercosul.
Uruguai (Montevidéu)	15 Dez 97	Chile associa-se plenamente ao Mercosul. Planos na área da ciência e tecnologia.
Argentina (Ushuaia)	24 Jul 98	Fortalecimento da democracia na região. Compromisso para manter a paz na região do Mercosul e dos países associados. Fortalecimento dos mecanismos de consulta sobre temas de segurança e defesa. Avanço na cooperação no âmbito do fomento da confiança mútua. Declaração da região como zona livre de minas terrestres antipessoal. Sistematização e estabelecimento de uma metodologia sobre gastos militares.
Brasil (Rio de Janeiro)	9 Dez 98	Impulso à competitividade e ao turismo. Celebraram a paz alcançada pelo Peru e Equador. Reafirmaram o respeito aos direitos humanos e a coordenação com a União Européia.
	21 Fev 99	Reafirmação do Mercosul como projeto de integração e desenvolvimento dos países.
Paraguai (Assunção)	15 Jun 99	O Mercosul como um instrumento para enfrentar a globalização. Temas variados, entre os quais: migrações, sistema para habilitação de um registro único de veículos etc.
		Declaração sobre as Malvinas: Celebraram o clima de diálogo entre as partes.
		Declaração sobre o conflito na Iugoslávia: celebraram o cessar das atividades bélicas.
		Declaração de apoio à democracia paraguaia e a seu processo de formalização e fortalecimento institucional: repulsa categórica aos incidentes que culminaram com o assassinato do vice-presidente do Paraguai.
		Celebram o início de negociações com a União Européia.

Uruguai (Montevidéu)	8 Dez 99	Consolidação da união alfandegária. Análise da situação internacional. Celebram a devolução do Canal do Panamá.
Argentina (Buenos Aires)	30 Jun 00	Relançamento do Mercosul, fixado para o 26 de março de 2001, ao comemorar-se 10 anos de sua criação. Destaca-se o compromisso adquirido com o desarmamento e a não-proliferação de armas de destruição em massa. Celebrou a ratificação da convenção sobre a proibição de armas químicas por todos os países sul-americanos.
Brasil (Florianópolis)	14 Dez 00	Declaram que o Mercosul é um instrumento essencial para promover o desenvolvimento econômico. Harmonização das leis dos países sobre as armas de fogo e munições. Promoção da cooperação para regulamentar o comércio de armas. Declaração presidencial sobre a convergência macroeconômica: Acordo de medidas econômicas.
Paraguai (Assunção)	21 Jun 01	Análise da possibilidade de integrar a Venezuela ao Mercosul. Revisão da agenda comercial e política. Comemoração da data e manifestação da satisfação pela consolidação da união alfandegária.
Argentina (Buenos Aires)	4 Jul 02	Análise do comportamento do sistema econômico e financeiro internacional e manifestação de apoio à Argentina pela crise que atravessava. Avaliação dos resultados da segunda cúpula de chefes de estado e de governo da União Européia, da América Latina e do Caribe, efetuada em Madri, em maio do 2002.
Brasil (Brasília)	6 Dez 02	Reafirmam os compromissos com a construção do Mercosul. Manifestam satisfação pela assinatura dos acordos de Regularização Migratória Interna de Cidadãos e Residência para Nacionais do Mercosul, Bolívia e Chile. Reconhecem o trabalho do Grupo <i>ad hoc</i> de Integração Fronteiriça do Mercosul. Reafirmam a determinação de ampliar e aprofundar a cooperação existente. Destacam a criação da Zona de Paz Sul-Americana.

Do resumo apresentado, pode-se destacar alguns dados relacionados com o assunto tratado:

- desde 1991, data de criação do Mercado Comum do Sul, até o final de 2002, foram realizadas 23

cúpulas presidenciais, seis na Argentina, seis no Brasil, seis no Paraguai e cinco no Uruguai. Em cinco destas cúpulas, abordou-se temas relativos à segurança e à defesa dos Estados, o que corresponde a 21% do total;

- as cúpulas presidenciais geraram a difusão de cinqüenta comunicados ou declarações presidenciais, das quais cinco apresentaram o tema da defesa e segurança, cerca de 10% do total.

Os temas de segurança e defesa, que a seguir se detalham, são os mais relevantes dentre os abordados nas cúpulas presidenciais já realizadas:

- uso pacífico da energia nuclear;
- manutenção da paz na região;
- fortalecimento dos mecanismos de consulta sobre temas de segurança e defesa;
- cooperação no âmbito do fomento da confiança mútua;
- declaração da região como zona livre de minas terrestres antipessoais;
- sistematização e estabelecimento de uma metodologia sobre gastos militares;
- compromisso relativo ao desarmamento e não-proliferação de armas de destruição em massa;
- ratificação da convenção sobre a proibição de armas químicas;
- harmonização das leis dos países integrantes do Mercosul sobre as armas de fogo e munições;
- promoção da cooperação para regulamentação do comércio de armas; e
- a criação da Zona de Paz Sul-Americana.

Na prática, os esforços desenvolvidos pelos países a fim de dar cumprimento aos acordos explicitados nas diferentes declarações presidenciais foram importantes. A seguir, alguns fatos relevantes que refletem essa preocupação:

- quanto à proibição das armas químicas, na intervenção realizada ante as Nações Unidas,³ o Mercosul salientou que, desde 1998, todos os Estados-membros e associados assinaram e ratificaram a convenção. Isto não é uma demonstração isolada, já que antes da assinatura Argentina, Brasil e Chile tinham assinado a declaração de Mendo-

za em 1991, onde assumiram o compromisso formal de proibir armas químicas e biológicas. A adesão posterior da Bolívia, Paraguai, Uruguai e Equador àquele instrumento internacional confirmou a tradição pioneira da América Latina na implementação de medidas com vocação universal.

- quanto ao tráfico ilícito de armas pequenas e armamento leve, desenvolveram-se várias iniciativas no âmbito global e regional. Uma delas aconteceu no Brasil,⁴ em novembro de 2000, data da realização da reunião preparatória para a conferência das Nações Unidas sobre este tema. Naquele evento, destacou-se que no Mercosul tinha se tornado operativo o mecanismo conjunto de registro de compradores e vendedores de armas de fogo, munições, explosivos e materiais congêneres, em cumprimento ao contido na Declaração Presidencial assinada na Cúpula das Américas, realizada em Santiago do Chile, em 18 de abril de 1998.

- em junho de 2001, na cidade de La Paz⁵ - Bolívia -, estabeleceram-se as bases para um projeto de criação de uma zona de cooperação sul-americana. Os governos da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, convencidos de que a paz, a segurança e a cooperação deviam ser preservadas e fortalecidas em benefício de suas populações e solidários ao projeto comum de promover o desenvolvimento nacional e a integração da região, após considerar o progresso alcançado na identificação e aplicação de medidas de fortalecimento da confiança mútua e da segurança, tais como as adotadas nas Declarações de Santiago e São Salvador, assim como os resultados das Conferências dos Ministros de Defesa, destacando, principalmente, o compromisso da Comunidade Andina de Paz, Segurança e Cooperação contido na declaração de Galápagos de 1989 e da declaração da área do

³ Intervenção conjunta do Mercosul, Bolívia e Chile sobre armas químicas. Brasil: 2000. Disponível em <<http://www.un.int.com.br>>. Acesso em: 27 junho 2002

⁴ Intervenção do Secretário Geral de Relações Exteriores do Brasil. Brasília: 2000. Disponível em <<http://www.mre.gov.br>>. Acesso em: 27 junho 2002

⁵ Comunicados. La Paz: 2001. Disponível em <<http://www.comunidadandina.org>>. Acesso em: 27 junho 2002.

Mercosul, Bolívia e Chile como Zona de Paz e Livre de Armas de Destrução em Massa, firmado em Ushuaia em Julho de 1998, acordaram em:

- fortalecer os mecanismos de consulta e cooperação na área de segurança e defesa, assim como examinar a adoção de medidas adicionais de fomento da confiança que permitam níveis crescentes de transparência e entendimento para a consolidação de uma zona de paz;
- empreender esforços conjuntos nos foros internacionais pertinentes para promover a plena vigência e implementação dos instrumentos de desarmamento e não-proliferação das armas nucleares, químicas e biológicas, assim como a continuidade do processo de negociações tendentes a liberar o mundo de armas de destruição em massa;
- completar o processo para declarar a América do Sul como área livre de minas terrestres antipessoais;
- promover a cooperação, o diálogo e outros mecanismos de solução pacífica de controvérsias;
- coordenar ações e acordar estratégias comuns nos organismos competentes no combate às novas ameaças à segurança dos Estados e à estabilidade da região;
- adotar medidas que contribuam para a transparência e a limitação dos gastos em aquisição de armamento, ampliando e coordenando a participação dos países no Sistema de Informação sobre Aquisições de Armas Convencionais da Organização dos Estados Americanos (OEA) e no Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas, assim como a informação periódica sobre seus gastos militares, conforme as resoluções adotadas pela Organização das Nações Unidas (ONU);
- concluir os procedimentos de entrada em vigor dos instrumentos vinculados à paz e à segurança no continente, em especial a Convenção Interamericana sobre a Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais e a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de

Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outras matérias relacionadas, assinadas no âmbito da OEA; e

- estimular a cooperação para o desenvolvimento e a capacitação tecnológica na área das aplicações pacíficas da energia atômica, observando o imperativo da segurança nuclear, destacando o compromisso de ampliar a participação no Registro de Armas Convencionais da ONU, de participar do Relatório de Gastos Militares Padronizados da OEA e de informar sobre seus gastos militares conforme os compromissos.

Quanto ao lixo radiativo,⁶ em outubro do 2000 e perante as Nações Unidas, a delegação brasileira, em nome do Mercosul, Bolívia e Chile, realizou uma intervenção durante a conferência sobre transporte marítimo internacional de lixo radiativo. Naquela oportunidade, verificou-se que esses esforços viram-se refletidos no relatório da comissão de desarmamento sobre zonas livres de armas nucleares, que promove a cooperação entre elas na aplicação das normas que regem o transporte internacional dessas substâncias.

Da perspectiva militar, os avanços têm sido alentadores. O Tratado de Assunção, que dera origem à integração econômica dos países, proporcionou melhores condições e oportunidades para realizar um foro de Estudos Estratégicos do Mercosul em nível dos chefes de Estado-Maior de Defesa ou Conjunto, além de patrocinar a realização de exercícios combinados entre suas Forças Armadas, e o intercâmbio de oficiais alunos e instrutores nos institutos de estudos superiores dos diversos países. Tais iniciativas visaram a proporcionar ao campo econômico o necessário ingrediente de segurança para fortalecer a unidade.

Em 1997, foi assinado o memorando de entendimento entre os governos da Argentina e Brasil, mediante o qual se estabelece a criação de um “mecanismo permanente de consulta e coordenação”, cujo objetivo é o acompanhamento das

⁶ Intervenção do Mercosul, Bolívia e Chile sobre o transporte marítimo internacional. Nova York: 2000. Disponível em <<http://www.un.int.com.br>>. Acesso em: 27 junho 2002.

questões de defesa e de segurança internacional de mútuo interesse. Em seguida, no ano de 1998, a Argentina e o Brasil assinaram a Ata para a Constituição de um Sistema de Segurança Comum, visando a promover, entre outros aspectos, o incremento da cooperação militar, aprofundando o processo de integração do Mercosul.

Paralelamente, em julho de 1998, realizou-se em Buenos Aires o XI Simpósio de Estudos Estratégicos de Estados-Maiores Conjuntos e de Defesa com a participação de integrantes dos estados-maiores conjuntos dos países membros do Mercosul, da Bolívia e do Chile. Nessa oportunidade, determinou-se o estabelecimento de um mecanismo permanente de planejamento e acompanhamento de assuntos de segurança e defesa de interesse comum.

O XII Simpósio teve lugar em Brasília, no ano de 1999, com a participação dos representantes dos estados-maiores da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador e Paraguai e, como observadores, Colômbia, Peru e Venezuela. O objetivo foi fomentar o diálogo entre os países para confrontar, com políticas e estratégias comuns, os riscos externos e ameaças internas. Recomendou-se também o incremento das relações bilaterais entre os países sul-americanos e o aumento e aperfeiçoamento de exercícios combinados entre eles.

Em outubro de 1999, realizou-se em Manaus, Brasil, a Segunda Reunião de Consulta de Chefes de Estados-Maiores Conjuntos das Forças Armadas da Argentina e do Brasil. Nela estipulou-se a criação de um grupo de trabalho bilateral *ad hoc* nas respectivas secretarias permanentes, a fim de avançar na definição do tipo de cooperação a empregar no campo das operações de paz.

Além disso, materializou-se a ata da VIII Reunião do Comitê Permanente de Segurança Argen-

tino-Chileno, onde se sugere a criação de um mecanismo permanente de consulta e coordenação em matéria de segurança e defesa entre aqueles países.

Finalmente, e citando mais um fato desta intensificação das relações militares, em maio do 2002, realizou-se, em Buenos Aires, a V Reunião Bilateral dos Estados-Maiores Argentino e Brasileiro, onde se debateram temas relativos às funções gerais de estado-maior e relações internacionais.⁷

Este enfoque se reforça com a visão do cientista político argentino Leonardo Hekimian,⁸ que destaca que as Forças Armadas dos Estados do Mercosul têm uma larga tradição de relações de cooperação. Os exercícios combinados dos Exércitos, Marinhas e Forças Aéreas dos Estados-membros são realizados há várias décadas. Merece destaque o exercício que efetuaram as Marinhas da Argentina e do Brasil, no qual a Aviação Naval argentina operou com o navio aeródromo brasileiro *Minas Gerais*. Também são antigos os contatos pessoais entre militares dos países do Cone Sul. Eles abrangem tanto as visitas protocolares e intercâmbios de alunos e instrutores quanto a participação conjunta em missões de paz e técnicas de diversas naturezas.

As relações entre os países-membros do Mercosul aperfeiçoaram-se sensivelmente nos últimos anos. Cabe recordar as palavras formuladas pela Ministra da Defesa do Chile durante viagem efetuada à Espanha, em junho do 2002, onde expressou: "Com a Argentina temos muito boas relações e confiança mútua. Ambos os países, junto à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, realizaram um estudo sobre homologação de gastos militares."⁹ Similar experiência desenvolveu-se também entre o Chile e o Peru.

Está comprovado que existe um componente de segurança e defesa na temática do Mercosul,

⁷ EXÉRCITO BRASILEIRO. Noticiário do Exército. Brasília: 31 de maio de 2002, Nº 9.989 p.1

⁸ HEKIMIAN, Pablo. Aspectos estratégicos en el MERCOSUR. Buenos Aires. Disponível em <<http://www.cari1.org.ar>>. Acesso em: 27 junho 2002.

⁹ Declarações da Sra. Michelle Bachelet, Ministra de Defesa do Chile. Madri: 2002. Disponível em <<http://www.emol.cl>>. Acesso em: 27 junho 2002.

baseado nos diversos acordos assumidos e assinados pelos presidentes dos países-membros do tratado. A questão a se formular é então: Como deveriam preparar-se as Forças Armadas para enfrentar este desafio?

Tentando responder à pergunta formulada, as Forças Armadas dos países do Mercosul e associados deverão:

- manter-se atualizadas quanto aos conhecimentos técnicos necessários para cumprir suas novas missões, principalmente no que diz respeito ao planejamento de operações combinadas e ao trabalho de estado-maior num contexto multinacional;

- adotar medidas para que os acordos adotados possam ser levados à prática num prazo relativamente curto;

- desenvolver uma interoperabilidade muito estreita entre as instituições comprometidas com a defesa dos países da região, a começar pelo domínio dos idiomas português e espanhol que, certamente, constituirá um elemento facilitador desta relação;

- incrementar o treinamento conjunto para atingir um patamar razoável de eficiência operacional e aprimorar a prontidão das tropas em condições de atuar em face das novas ameaças.

Conclusão

O Mercosul formou-se em decorrência das tendências mundiais e da própria necessidade de se criar uma organização de caráter político-econômico. Esta aliança, desde seu início, obteve avanços nos mais diversos campos que terminaram por repercutir na área da segurança e defesa dos países que o integram.

Como já foi dito, na região existe uma comprovada tendência à integração, que se materializa por meio de uma série de iniciativas geradas nos mais altos níveis da condução política e que são compartilhadas pelos diversos escalões, civis e militares.

Pode-se afirmar que o Mercosul tem possibilitado aos seus países-membros uma integração cres-

cente no plano econômico. De igual forma, este mercado tem trazido, como consequência, uma intensificação das relações bilaterais e multilaterais no que concerne aos temas de segurança e defesa. Como o Tratado de Assunção não contempla nenhuma cláusula relacionada com esse assunto, percebe-se que o cenário atual é particularmente propício à cooperação em matérias militares, devido à espontaneidade com que elas têm acontecido.

Considerando que o Mercosul tem gerado uma maior aproximação militar entre seus integrantes, o debate deve centrar-se então no futuro destas relações. Existe uma grande variedade de opiniões a respeito. Nessa linha de pensamento existem estudiosos das ciências militares que acreditam que o melhor caminho é a adoção de um *sistema cooperativo* na área de defesa. Entretanto, outros autores acreditam na intensificação dos vínculos por meio da *integração militar*, adotando um sistema de segurança coletiva articulado por uma força armada sob o controle operacional do Mercosul, imitando outras organizações, como a OTAN.

Nesse sentido, é válido lembrar que a Europa, constituída por países com uma história mais que milenar e inumeráveis pontos de dissidência e diversidade (raças, idiomas, culturas, religiões, guerras internas), teve a capacidade de superar as diferenças e conformar um sistema europeu de integração. Essa união nasceu em suas origens como um acordo econômico e posteriormente expandiu-se para o nível político, ainda não tendo, no entanto, logrado sucesso quanto à política externa e à defesa.

A realidade sul-americana é hoje bastante diferente da européia. Conta com o Mercosul, com quatro países-membros, dois associados e com outras nações interessadas em integrá-lo. O tratado é de caráter econômico e, já há algum tempo, também político, mas ainda não possui uma consolidação que lhe permita ser uma referência nesse último sentido.

Cabe recordar que o continente americano possui uma experiência anterior quanto a alianças

estratégicas na forma do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Esse tratado não obteve os resultados esperados para a região. Prova disso foi a evidente falta de resposta obtida em favor da Argentina, por ocasião da Guerra das Malvinas. Alguns chefes de Estado, como é o caso do Presidente do México, exteriorizaram o desejo de deixar de pertencer ao TIAR, basicamente porque o referido tratado obedece a uma lógica que imperou durante a Guerra Fria e hoje, por certo, o cenário mundial é diferente.

É evidente que existe uma tendência à cooperação regional em temas de defesa e segurança, como consequência do acordo político e econômico que representa o Mercosul. Contudo, esta cooperação deve ser conciliada com diferentes fatores e, dentre eles, salientam-se os fatores culturais de cada país-membro. Nesse sentido, já em 1993, o General Gleuber Vieira, em seu artigo *A variável estratégica no processo de constituição do Mercosul*,¹⁰ expressava que “embora tenha certeza da conveniência da cooperação regional, há de realçar as características complexas do Brasil para a concepção do pensamento estratégico:

- costa extensa com duas diferentes direções, voltada para o Atlântico Norte e para o Atlântico Sul;
- fronteiras extensas, pelas quais o País limita-se com outros dez países, cada qual com suas características e diferentes percepções de ameaças. São fronteiras que ganham conotações diferentes: ao sul, atuando como elemento de aproximação, uma linha sobre a qual os vizinhos se dão as mãos; ao norte, fronteiras que ainda não foram exploradas na histórica concepção dos marcos de separação;
- fortes e antagônicos impulsos geopolíticos apresentados pelas duas poderosas bacias hidrográficas, a foz da Amazônica e as nascentes da do Paraná;
- diversidade fisiográfica, econômica e psicosocial interna com inegáveis desequilíbrios;

- extenso espaço aéreo; e
- mercado diversificado para intercâmbios comerciais”.

Naquela época, este alto chefe militar brasileiro destacava o papel do Mercosul para incrementar as relações entre as nações do Cone Sul e salientava que:

“...Associação, cujo nascimento foi impulsionado por motivos econômicos, incorpora também elementos políticos que refletem, por sua vez, no pensamento da comunidade. A consequência natural é que seguidamente apresentar-se-á a oportunidade de cooperação nos campos militares e de segurança. Então, poderá considerar-se uma estratégia conveniente para promover a segurança através da demonstração de confiança. Em outras palavras, dissuadir o associado pela oferta de segurança, em vez de fazê-lo pelo fortalecimento ostensivo. A atual integração em diferentes expressões dos poderes nacionais nos quatro membros do Mercosul poderá nos conduzir à construção de um sistema coletivo de segurança. Entretanto, penso que as estruturas do dito sistema no Cone Sul devem considerar a conveniência de envolver todos os países da área.”

Coincidente com esse postulado foram as afirmações feitas pelo Comandante-em-Chefe do Exército chileno, General Juan Emilio Cheyre Espinosa, que incluiu a cooperação internacional entre as áreas em que o Exército poderia contribuir. A esse respeito assinalou: “Tendo presente que na realidade inter-relacionada na qual hoje é inserido o Chile, e que o liga política e comercialmente com muitas outras nações e blocos, apareceram novos bens que é necessário acautelar e novas ameaças que devem ser reduzidas. Estas tarefas não podem ser plenamente abordadas sem o concurso de outros Estados, de modo que a integração em tarefas de alcance internacional está resultando num imperativo do qual não é possível se esquivar.”

¹⁰ VIEIRA, Gleuber. *A variável estratégica no processo de constituição do Mercosul*. Buenos Aires: 1993. Disponível em <<http://www.ser2000.org.ar>>. Acesso em: 02 julho 2002.

Feitas estas observações, estima-se que, na atualidade e à luz da situação mundial, dever-se-ia trabalhar para criar as melhores condições de incentivo ao relacionamento bilateral e multilateral entre os países, aproveitando a plataforma que o Mercosul oferece e, desta forma, concretizar o conceito de cooperação militar. No futuro, e de acordo com a evolução dos acontecimentos, poder-se-ia pensar em outro tipo de relacionamento, visto

que, depois de passados dez anos, incrementaram-se as medidas de confiança mútua entre os países-membros, dissiparam-se os temores por hipóteses de conflito vicinais e, fundamentalmente, fortaleceram-se as bases para trabalhar em conjunto frente às ameaças emergentes, que são de fato muito prejudiciais e nocivas para o continente.

Como se pode apreciar, o caminho a percorrer é longo e, certamente, não isento de dificuldades.



Referências bibliográficas

Comunicados e declarações presidenciais. Buenos Aires: 1998. Disponível em <<http://www.legislaw.com.ar>>. Acesso em: 18 junho 2002.

Comunicados. Ayacucho: 2001. Disponível em <<http://www.comunidadandina.org>>. Acesso em: 27 junho 2002.

Declarações da Sra. Michelle Bachelet, Ministra de Defesa do Chile. Madri: 2002. Disponível em <<http://www.emol.cl>>. Acesso em: 27 junho 2002.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Noticiário do Exército. Brasília: 31 de maio de 2002, N° 9.989 p.1.

HEKIMIAN, Pablo. *Aspectos estratégicos en el MERCOSUR*. Buenos Aires. Disponível en <<http://www.cari1.org.ar>>. Acesso em: 27 junho 2002.

Intervenção conjunta do Mercosul, Bolívia e Chile sobre armas químicas. Brasil: 2000. Disponível em <<http://www.un.int.com.br>>. Acesso em: 27 junho 2002

Intervenção do Mercosul, Bolívia e Chile sobre o transporte marítimo internacional. Nova York: 2000. Disponível em <<http://www.un.int.com.br>>. Acesso em: 27 junho 2002.

Intervenção do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Brasília: 2000. Disponível em <<http://www.mre.gov.br>>. Acesso em: 27 junho 2002

MENDIZABAL, Eduardo. *La integración regional militar y la seguridad cooperativa en el ámbito del MERCOSUR ampliado*. Buenos Aires. Disponível em <<http://www.ser2000.org.ar>>. Acesso em: 03 julho 2002.

VIEIRA, Gleuber. *A variável estratégica no processo de constituição do Mercosul*. Buenos Aires: 1993. Disponível em <<http://www.ser2000.org.ar>>. Acesso em: 02 julho 2002.

A Força Aérea e a Defesa Aeroespacial da Nação Brasileira

Manuel Cambeses Júnior*

O Brasil, por índole, é um país guiado por um sentimento de paz. Não abriga nenhuma ambição de expansão territorial, não possui litígios em suas fronteiras e, tampouco, inimigos declarados. Toda ação por ele empreendida, nas esferas diplomática e militar, busca sistematicamente a manutenção da paz.

Porém, tem interesses a defender, responsabilidades a assumir, e um papel a desempenhar, no tocante à segurança e à defesa, em níveis hemisférico e mundial, em face de sua estatura político-estratégica no concerto das nações.

O primeiro objetivo de nossa política de defesa, portanto, deve ser o de preservar e assegurar a defesa dos interesses vitais da Nação contra qualquer ameaça forânea. Não se pode precisar, *a priori*, a fronteira entre os interesses vitais e os interesses estratégicos. Os dois devem ser defendidos com ênfase e determinação.

Essencialmente, os interesses estratégicos residem na manutenção da paz no continente sul-americano e nas regiões que o conformam e o rodeiam, bem como os espaços essenciais para a atividade econômica e para o livre comércio (Setentrão Oriental, Costão Andino, Cone Sul e Atlântico Sul). Fora desse âmbito, o Brasil tem interesses que correspondem às responsabilidades assumidas nos fóruns internacionais e organismos multilaterais e ao seu *status* na ordem mundial. Este é conformado por uma combinação de fatores históricos, políticos, estratégicos, militares, econômicos, científico-tecnológicos e culturais.

Sem uma defesa adequada, a segurança nacional e a perenidade desses interesses estarão se-

riamente comprometidos e, consequentemente, não poderão ser assegurados. Daí ressalta-se a imperiosa necessidade de contarmos com Forças Armadas altamente preparadas, suficientemente poderosas e aptas ao emprego imediato, capazes de desencorajar qualquer intenção de agressão militar ao País, pela capacidade de revide que representam, ou seja, por seu efeito dissuasório.

Essa estratégia, é enfatizada para evitar a guerra e exige, como corolário, o fortalecimento da expressão militar do poder nacional, além de impor um excelente grau de aprestamento e prontificação das Forças Armadas, desde o tempo de paz, através da realização de treinamentos, exercícios operacionais dentro de cada Força Singular, não sendo excluída a necessidade do planejamento e do treinamento de operações conjuntas e combinadas no âmbito das Forças Armadas.

Faz-se *mister* destacar a premente necessidade de o Governo definir quais as ações que deverão ser implementadas, prioritariamente, no sentido de adequar a expressão militar do poder nacional à estatura político-estratégica da Nação brasileira, em particular às suas necessidades básicas de segurança e defesa; definir, com clareza e objetividade como prover os recursos financeiros necessários para atingir as metas traçadas pelo Ministério da Defesa, conjuntamente com os Comandos Militares, que objetivam a criação de um eficaz escudo protetor de nossa base territorial e do espaço aéreo sobrejacente.

Conciliar os interesses nacionais em termos de segurança e desenvolvimento é uma tarefa que exige criatividade e não pode estar relegada a um segundo plano, sob pena de, no futuro, nos arrependermos amargamente por este descuido histórico.

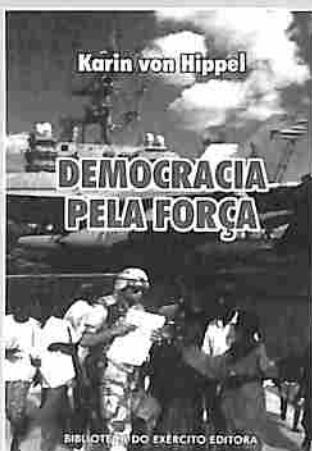
* O autor é Coronel Aviador.

Com a implementação do Projeto SIVAM, a Nação passou a contar com um excelente sistema de detecção e alarme aéreo antecipado. Porem, de nada servirá esse portentoso escudo eletrônico e a recente implementação da Lei do Abate, se a Força Aérea não dispuser de modernas aeronaves interceptadoras de alta performance e plenamente confiáveis para o cumprimento de sua tarefa operacional de defesa aérea. Além disso, impõe-se que tenhamos equipagens de combate proficientes e altamente adestradas em missões de interceptação, de modo a prover total confiabilidade ao sistema de defesa aeroespacial.

Não podemos continuar postergando, infinitamente, a aquisição de aviões de combate de primeira linha para a nossa Força Aérea, sob pena de comprometer seriamente o seu trabalho primacial: o de manter incólume e inviolável o nosso espaço aéreo, notadamente a Amazônia brasileira, alvo permanente de ilícitos de toda ordem e da cobiça internacional.

Lembremo-nos das sábias palavras do ilustre Barão do Rio Branco - o Chanceler da Paz - que freqüentemente enfatizava a imperiosa necessidade de possuirmos um bom sistema de armas para respaldar as nossas proposições e idéias no concerto das nações.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



Democracia pela Força Karin von Hippel

A partir do final da Guerra Fria, a comunidade internacional e os Estados Unidos, particularmente, realizaram intervenções em uma série de conflitos civis, em diversas regiões do mundo. Nos casos em que as ações, sanções econômicas ou pressões diplomáticas falharam, ocorreram intervenções militares. A autora examina quatro dessas intervenções patrocinadas pelos Estados Unidos: Panamá, Somália, Haiti e Bósnia. Nos episódios citados, Karin von Hippel analisa os fatores que levaram à intervenção, o caminho percorrido pela ação armada e os esforços desenvolvidos para a chamada reconstrução nacional.

Ascensão e queda da civilização globalizada

Mauro Porto*

RESUMO

O autor chama a atenção para a gravidade e a iminência da crise energética que se avizinha ou já se instalou. Lembra que afirmações contraditórias levam o leitor a imaginar que está discutindo apenas mais um período passageiro, um outro "choque" temporário do petróleo, resultante da sempre instável situação política do Oriente Médio. E procura mostrar como é surpreendente como pouca gente se apercebe da transitoriedade e da completa artificialidade do período em que vivemos. A civilização moderna desenvolveu-se a partir da invenção da máquina a vapor, na mesma proporção do aumento da energia *per capita* disponível. A partir deste diagnóstico, indica como os EUA são o único país que tomou consciência disto e vem agindo de forma a estar pronto no momento de escassez de energia e, ao mesmo tempo, como os demais países ainda não se decidiram por esta preparação. O estudo é interessante na medida em que alerta para uma verdadeira crise econômica e social, com todas as suas consequências políticas.

PALAVRAS-CHAVE

Energia, petróleo, crise energética, crise de petróleo, alternativas energéticas, economia de energia, fontes alternativas de energia.

Ensaio preliminar

Motivados pelo aumento de preço, começam a surgir na chamada "grande imprensa" reportagens especulando sobre os efeitos de uma eventual escassez mundial de petróleo.

A gravidade e a iminência da crise são atenuadas por afirmações contraditórias que levam o leitor a imaginar que está discutindo apenas mais um período passageiro, um outro "choque" temporário do petróleo, resultante da sempre instável situação política do Oriente Médio.

É surpreendente como pouca gente se apercebe da transitoriedade e da completa artificialidade do período em que vivemos. A civilização moderna desenvolveu-se a partir da invenção da

máquina a vapor, na mesma proporção do aumento da energia *per capita* disponível.

Motores e geradores de todos os tipos, sempre mais potentes, versáteis e eficazes, evoluíram em paralelo com o consumo crescente de energia, gerada a partir do potencial armazenado em grandes represas, e da energia solar, armazenada na lenha, na hulha, no petróleo e, finalmente, da energia liberada de núcleos radioativos.

Mas o petróleo, por ser extraído em grandes quantidades e ser facilmente transportável, se impôs, desde a década de 1930, como a mais importante das fontes primárias de energia.

Presentemente não existe ramo algum da nossa civilização industrial - da manufatura de bens à geração de eletricidade, passando pela metalurgia, pelas matérias plásticas, pelos meios de transporte e, principalmente, pela produção de

* O autor é engenheiro de Comunicações.

comida e de água potável – que não esteja inextricavelmente ligado ao fornecimento regular de petróleo ou de gás natural.

O desenvolvimento agrícola alcançado por este novo modelo de civilização baseada no petróleo foi o que permitiu à população elevar-se do nível de 1 bilhão de habitantes, presentes nos meados do século XIX, aos 6,3 bilhões atuais.

Na verdade, a agropecuária é multiplamente dependente do petróleo, pelos fertilizantes com base em amônia (subprodutos do petróleo e do gás natural), pelos pesticidas, pelas máquinas e implementos agrícolas, por seus frigoríficos e por sua particular dependência aos sistemas de transporte.

Do mesmo modo a produção de remédios, os serviços públicos, as Forças Armadas...

Existe o consenso de que o petróleo é o principal sustentáculo dessa nossa recentíssima civilização global, criada em apenas setenta anos, ao longo do século XX.

Desde a década de 1860, quando os primeiros poços comerciais de petróleo foram perfurados, já “sacamos a descoberto”, sem possibilidade de reposição, mas da metade das reservas de petróleo jamais existentes. E, no entanto, continuamos calmamente a comer nossas pizzas, a comprar nossos carros, sem perguntar por quanto tempo ainda esta festa poderá continuar.

O “Pico de Hubbert”

Em 1973, liderados pelos árabes, os países da OPEP mostraram seu desagrado pelo apoio do bloco ocidental a Israel, dando início a um embargo no fornecimento de petróleo que durou cerca de seis meses e elevou em 130% o preço do barril no mercado primário.

Enquanto enfrentava da melhor possível esta crise inesperada, o então Presidente Jimmy Carter determinou um estudo profundo sobre a vulnerabilidade dos Estados Unidos com relação ao petróleo e, percebendo a gravidade da questão, achou que era tempo de alertar o povo

norte-americano. Assim, em sua campanha para reeleição, em 1980, ressaltou a importância de dedicar as décadas seguintes a um programa de transição para fontes renováveis de energia que assegurassem a estabilidade e o futuro do país, pois prenunciava o início da crise de esgotamento das fontes de petróleo para uma data que distaria no máximo 25 anos – ao redor de 2005, portanto.

Carter perdeu a eleição, e os políticos norte-americanos aprenderam que os seus eleitores simplesmente não toleram quem pretenda lhes dizer que precisam enfrentar o problema do inevitável encarecimento do seu indispensável combustível.

Em consequência disso, não existe assunto que os candidatos a cargos eletivos norte-americanos evitem mais do que o do suprimento mundial de energia, embora o alto empresariado da área energética e os estrategistas político-militares tenham sempre estado atentíssimos ao problema.

Ambos os presidentes Bush – George Bush e George W. Bush –, juntamente com o Vice-Presidente Dick Cheney, o Secretário da Defesa Donald Rumsfeld e inúmeros outros membros importantes do atual governo norte-americano, são empresários da área energética e sabem melhor do que ninguém avaliar as implicações do chamado *Hubbert's Peak* (o Pico de Hubbert), que se refere ao momento em que a produção mundial de petróleo atinge seu ponto máximo e começa a cair, seguindo uma curva em forma de sino, conforme previsto, cerca de trinta anos atrás, por M. King Hubbert, um dos especialistas do Departamento do Interior envolvidos nos estudos solicitados pelo Presidente Carter.

A inversão no sentido da curva de produção, hoje compartilhada pela maioria dos especialistas e empresários do ramo, foi exposta por Kenneth Deffeyes, um geólogo com extensa experiência na indústria de petróleo, em um livro publicado em 2001.

Usando os mesmos métodos utilizados por Hubbert para fazer suas acuradas previsões, Deffeyes situa o ponto de inflexão da produção

mundial de óleo entre os anos 2004 e 2008 e mostra as razões porque novas técnicas de exploração e produção não têm como nos salvar do desastre, embora, a longo prazo, soluções possam, talvez, ser encontradas sob a forma de fontes alternativas de energia.

As implicações destes fatos com relação às complexas interações de uma economia profundamente globalizada são estarrecedoras.

O começo do fim

Tão logo fique indiscutivelmente estabelecida a curva descendente de produção, agravada pela redução, necessariamente muito maior, da “produção *per capita*” no mesmo período, os preços do petróleo e do gás natural tenderão a disparar e, com eles, todos os demais, até porque, devido à descentralização internacional da produção de bens acabados, partes e peças, os custos de frete são uma parcela importante da composição de custos.

O panorama torna-se assustador quando se imagina o pronto reflexo disto na economia, tanto nos países centrais como nos países em desenvolvimento, para onde foram “exportados” os empregos oferecidos pelas grandes multinacionais.

Ficará demonstrado que esta foi a grande armadilha da globalização.

Que fazer quando o aumento de custos inviabilizar as roupas e os “tênis de marca” produzidos em Taiwan ou Cingapura? Possivelmente, reiniciar a fabricação nos Estados Unidos, com trabalhadores norte-americanos, para abastecer o mercado interno mas em que quantidade e a qual custo? E as exportações brasileiras? Que fazer com as legiões de engenheiros, operários e funcionários dispensados quando as peças e carros da Fiat, da Ford, da Volkswagen atulharem os portos e os pátios das fábricas brasileiras?

É um tenebroso cenário que contribui para que seja difícil aceitar que tudo isso possa vir a acontecer em poucos anos. Mas, aparentemente,

os planejadores estratégicos dos Estados Unidos, desde a administração do primeiro presidente George Bush, vêm apostando todas as fichas em providências capazes de reforçar a capacidade do país de fechar as escotilhas e enfrentar a tempestade da forma o mais autônoma possível.

Certas atitudes aparentemente inexplicáveis dos Estados Unidos, como o repúdio aos compromissos de limitação de poluentes acordados em Tóquio – que se tornam totalmente irrelevantes pelas limitações brutais que serão naturalmente impostas pela crise – e a política independente agressiva, no Oriente Médio – que faz caso omissos de tradicionais aliados –, só podem ser racionalmente entendidas sob a óptica de uma avassaladora preocupação com a segurança nacional transcente à questão imediata do terrorismo.

Já em 1990, o então Secretário da Defesa (agora Vice-Presidente) Dick Cheney tornava explícita sua fundamental preocupação, decorrente da insuficiência da produção norte-americana de petróleo: “Quem quer que seja que controle o fluxo de petróleo no Golfo Pérsico adquire o poder de estrangular tanto a nossa economia como a de todas as demais nações.”

O ex-Presidente Carter, embora sendo um atuante e respeitado líder da oposição democrata, recentemente surpreendeu ao declarar publicamente que “os que atribuem à ambição de ganho à política do atual governo no Iraque não sabem do que estão falando”.

Devido a eventos aleatórios que podem vir a somar-se ou cancelar-se, como a recente interrupção temporária da produção na Venezuela e a retomada da produção do Iraque, a travessia do pico não deve ocorrer bruscamente, mas sim por pequenas ondulações em torno de um valor médio indicando certa estabilidade na produção.

Isto descreve exatamente o que vem ocorrendo nos últimos anos.

Em meio a outras indicações de que o pico possa, na verdade, já ter sido ultrapassado, a produção mundial de petróleo passou de uma taxa

recorde de crescimento de 6,65% ao ano, no período 1960-1973, para 1,49% ao ano no período 1973-1979. Depois de reduzir a taxa de crescimento para 0,75% ao ano, entre 1979-1999 – muito abaixo do crescimento populacional –, a produção entre 1998 e 2002 vem oscilando estavelmente no entorno da média de 73.620.000 barris diárias, com um máximo de 74.573.000 em 2002. Neste mesmo período, as reservas provadas mundiais têm permanecido estabilizadas próximas à média de 1.046 bilhões de barris, teoricamente suficientes para quarenta anos de produção.

No relatório anual de 1995 da Petroconsultants, que é vendido para governos e empresas a US\$ 35 mil a cópia, os analistas previram que o ponto de inflexão da produção global de petróleo iria ocorrer na primeira década depois da virada do século.

Matthew Simmons, presidente da Simmons & Co. International, especializada em investimentos financeiros para a indústria do petróleo e um dos assessores do Presidente George W. Bush para assuntos energéticos, declarou em entrevista gravada no início de 2003 que o Departamento de Energia havia se chocado ao verificar, em 1999, que todos os países da OPEP estavam bombeando óleo de seus poços em plena capacidade, sem condições de ampliar a extração para compensar flutuações, situação que vem se mantendo até hoje.

Em entrevista, dada em agosto do mesmo ano, disse que, depois de haver examinado mais de cem relatórios de produção da Arábia Saudita, havia concluído que, muito provavelmente, o país já tinha ultrapassado o seu pico de produção em meados do ano 2000.

“Se isto for verdade” – afirmou – “então é certo que o planeta Terra já transpôs seu pico de produção”. E, com suficiente otimismo, concluiu: “O que isto cruelmente significa é que a economia (baseada no óleo) não terá como crescer. Não é a mesma coisa que a morte, será como o envelhecer dos seres humanos: uma diminuição da

capacidade, e um rápido declínio, seguido de uma longa queda.”

Aceitar o empobrecimento será muito difícil para os países ricos. Na maioria dos demais é muito provável que este rápido declínio simplesmente não possa ser suportado.

A senda do retrocesso

Leslie Alvin White é um antropólogo estudioso do mecanismo de evolução da civilização e da cultura, que se tornou famoso pelo enunciado do que veio a ser conhecido como a Lei de White: “A cultura e a civilização desenvolvem-se (ou retrocedem) na mesma proporção em que aumenta (ou diminui) a quantidade e/ou a eficiência dos meios de controle da energia disponível *per capita per annum*.”

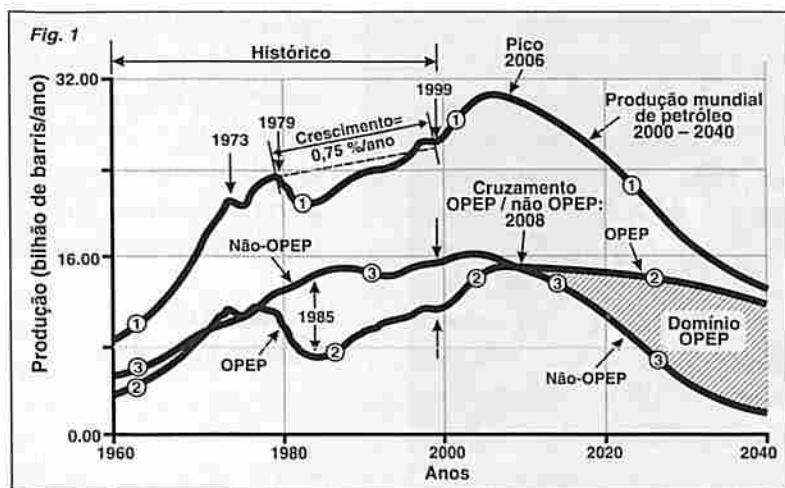
O petróleo é a maior fonte primária de energia da civilização globalizada. Além de mover a indústria, é energia líquida, barata e portátil, que aciona motogeradores nos mais longínquos rincões, leva comida por caminhos tortuosos dos vales profundos do Himalaia e penetra nos altos rios para alcançar as populações ribeirinhas da Amazônia.

Escassez de petróleo significa diminuição de energia *per capita*, que se refletiria, assim, em toda parte, por um retrocesso na civilização.

Considerando isso, os gráficos apresentados no simpósio da Geological Society of América na cidade do Reno, Nevada, no ano 2000, apresentados a seguir, são muito úteis para a percepção do pequeno espaço de tempo que irá delimitar o intervalo entre ascensão e queda na civilização industrial em que nascemos.

A figura 1 mostra as curvas de produção mundial de petróleo, em bilhões de barris por ano (Gb), entre 1960 e 2040. A produção para o período 2000 a 2040 foi estimada usando-se programas heurísticos de modelagem e simulação anualmente repetidos entre 1995 e 1999.

A imprevista estabilização nos níveis de extração da OPEP no período 1999-2003 modificou este gráfico, achatando o topo da curva, no entor-



Curva (1): produção total; curva (2): países da OPEP; curva (3): países não-OPEP

no do 27 Gb; isto determina a provável antecipação do pico, que se dará possivelmente em nível inferior a 30 GB, entre 2000 e 2005, sem afetar de outro modo a forma geral da curva.

O ponto de cruzamento das curvas de produção OPEP x não-OPEP é importante porque, a partir deste momento, amplifica-se a importância de qualquer crise nestes países. Depois deste instante, além de possuírem mais de 75% das reservas provadas, as 11 nações da OPEP passam responder pelo fornecimento de mais de 50% do petróleo mundial.

A figura 2 mostra a evolução da produção mundial de petróleo, em barris *per capita per annum*, entre 1920 e 2000, que já influiu definiti-

vamente em 1979 para uma queda linear de 1,20% ao ano nos vinte anos seguintes, que se agravará na medida em que os níveis de extração se afastarem do topo da curva de produção.

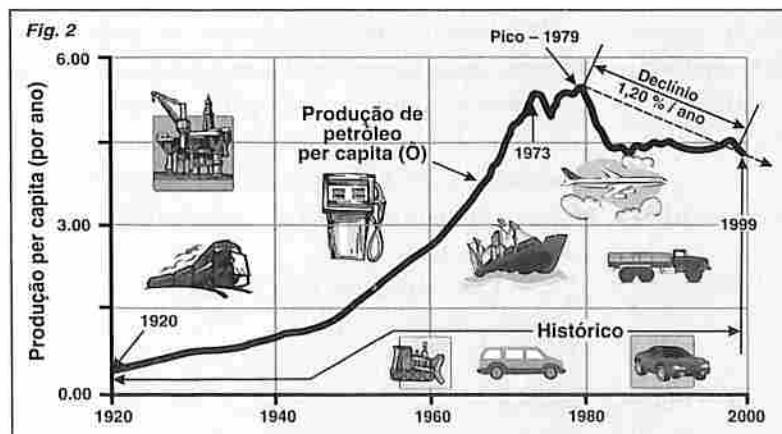
Petróleo e gás natural respondem por cerca de 62,5% do consumo de energia primária mundial (petróleo, 40,0%; gás, 22,5%; carvão, 23,3%; nuclear, 6,4%; hidráulica, 7%; biomassa, 0,8%) tendo, em consequência, um efeito preponderante na curva de produção de energia total.

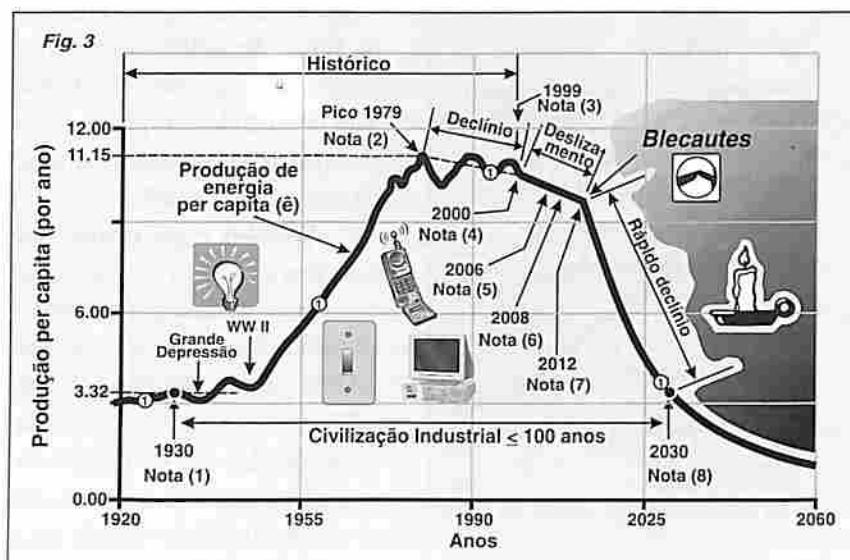
per capita per annum, que por isso também infletiu definitivamente em 1979, e mergulhará tanto mais fortemente quanto a extração de petróleo se distanciar do topo da curva de produção. Tudo agravado a partir de 2012 pela queda na produção de gás, cujos poços não decaem seguindo uma curva de sino, mas desabam subitamente.

Se aceitarmos como verdadeiro o princípio de que a variação da energia disponível *per capita per annum* reflete-se diretamente no desenvolvimento ou no retrocesso da cultura e da civilização, a curva de produção de energia *per capita per annum* entre 1920 e 1999, acrescida da projeção estimada até 2040, fornece um quadro muito expressivo e surpreendente do estreito pulso que

representa ascensão e a queda da civilização industrial, à beira de ser levada, por um longo período, a situações semelhantes às que prevaleciam no século XIX, quando não - custa-nos dizer - dependendo da concentração populacional e da região do planeta, ao canibalismo e à brutalidade das cavernas.

A curva do gráfico a seguir representa a produção global de energia primária (medida em





(2) – em 1979, marca o atingimento do pico de 11,15 barris equivalentes de petróleo per capita per annum.

(3) – em 1999, marca o início da inflexão, o “começo do fim” do petróleo barato.

(4) – em 2000, marca um evento desestabilizador importante, que é o agravamento da jihad na Palestina.

(5) – em 2006, marca a “data mais tarde” presentemente prevista para a ocorrência do pico de produção.

(6) – em 2008, marca a data estimada para o cruzamento dos níveis de produção OPEP x não-OPEP.

(7) – em 2012, marca o início do “rápido declínio”, como o agravamento dos apagões e o início dos blecautes permanentes ao redor do mundo.

Os pontos marcados como (1), em 1930, e (8), em 2030, situados a 30% do pico, marcam os níveis, de um lado e de outro, que classicamente definem a duração de um pulso; desta forma, o ponto (1) pode ser usado como determinante do início e o ponto (8) como determinante do fim da civilização industrial, quando a produção global de energia per capita per annum retorna ao nível de 1930, com uma população quatro vezes maior.

barris equivalentes de petróleo) per capita per annum entre 1920 e 2060.

É importante ressaltar que supõe-se, basicamente, que este cenário venha a ocorrer naturalmente, sem a intervenção de eventos extraordinários causados pela eclosão de guerras ou crises políticas que venham a agravar a situação.

Dentro deste contexto, o fundamentalismo islâmico constitui-se num importantíssimo elemento de incerteza e desestabilização. No momento em que o poder na Arábia Saudita venha a transferir-se das mãos da família real para as dos radicais fundamentalistas, não há razões para se duvidar de que eles sejam capazes de utilizar o petró-

leo e os petrodólares como arma de destruição da infra-estrutura financeira que viabiliza o capitalismo global, mesmo à custa do próprio martírio militar, econômico e financeiro.

O colapso do sistema financeiro

Desde o abandono do padrão ouro como lastro para a emissão de moeda, após a Segunda Guerra Mundial, “dinheiro” passou a ser definido como qualquer coisa (conchas, metal estampado, cheques, ordens pagamento, ações ao portador, moeda escritural na forma de créditos ou, simplesmente, papel impresso) que as pessoas confiem que poderá ser trocado a qualquer momento por bens e serviços.

Inicialmente através dos empréstimos do Plano

Marshall para a recuperação dos países devastados da Europa, os Estados Unidos emitiram grandes quantidades de moeda escritural (gerando créditos em dólar no exterior) e mesmo papel-moeda avidamente aceito em toda parte, os quais passaram a circular permanentemente no exterior, transformando o dólar em moeda internacional de reserva sem grandes riscos de inflacionar o mercado norte-americano.

O mecanismo da criação de eurodólares que compravam bens e serviços na Europa e não retornavam jamais foi enormemente ampliado, na medida em que as crescentes necessidades de petróleo geradas pela expansão da economia nor-

te-americana passaram a ser supridas pela importação e pagas nominalmente em dólares, que permaneciam sob a forma de créditos em contas correntes do sistema financeiro internacional ou retornavam, escrituralmente, sob a forma de "petrodólares" investidos para renda em todos os tipos de papéis negociáveis.

Deste modo, reforçada pelo grande volume de papel-moeda lícita ou ilicitamente retirado ao longo dos anos do território norte-americano para financiar operações internacionais, uma inimaginável massa de "dinheiro" inconsútil, expresso em dólares sob a forma de direitos, títulos, ações, *bonds*, ordens de pagamento e outros papéis, constitui-se na espinha dorsal do sistema financeiro internacional, sem que exista qualquer contrapartida que lhes garanta o valor, a não ser a confiança de que possam ser transformados a qualquer instante em outras moedas, ou trocados por bens e serviços.

Trata-se de um castelo de cartas erigido em cinqüenta anos, sempre à beira da derrocada, que ruirá de repente em meio a uma explosão inflacionária, no instante em que for propositadamente torpedeado ou que haja a menor incerteza de que os valores que representam poderão ser resgatados no mercado internacional de trocas - o qual será uma das primeiras e mais importantes vítimas do encadeamento de crises provocadas pela escassez mundial de petróleo.

É uma situação que se prenuncia com a fuga de petrodólares para o euro, que no primeiro trimestre de 2004 já levou esta moeda a valer 25% a mais do que o dólar. Se for realmente um início de fuga, será uma fuga inútil, de resultados temporários e meramente especulativos, porque a infra-estrutura sistêmica é a mesma.

Com o colapso deste sistema volátil, emergido a partir da segunda metade do século passado, será mandatório o retorno a um padrão real de referência, possivelmente barris equivalentes de petróleo, ou a reinstituição do lastro ouro, para viabilizar a manutenção de um fluxo mínimo de

comércio internacional que não exclusivamente baseado no escambo.

É claro que as tendências projetadas baseiam-se em modelos macroeconômicos que dão resultados somente tão bons quanto sejam exatos os dados que os alimentam, mas as margens de erro das projeções apresentadas são suficientemente baixas para nos darem a certeza de que a onda em forma de sino que facilitou nossas vidas nos últimos cinqüenta anos passará com certeza antes de decorridos outros cinqüenta anos, e que dificilmente poderemos transmitir aos nossos filhos e netos o nosso modo de vida e a civilização que vimos crescer.

O importante é manter em mente que a derrocada de todo o conjunto é apenas questão de tempo e que ocorrerá mais cedo ou mais tarde, dentro desse período, em decorrência da crise do petróleo e/ou da crise financeira, restando apenas saber qual desses dois eventos será o detonador do outro.

O Brasil

Diante deste cenário de convergência de crises, a que deve agregar-se também a da escassez mundial de água doce, nosso país se destaca como um dos mais bem dotados para sobreviver no que será uma luta tremenda pela sobrevivência dos mais bem dotados, determinados e capazes.

Graças, principalmente, ao equacionamento correto e à continuidade dos programas estratégicos desenvolvidos durante os vinte anos decorridos entre 1964 e 1984, o Brasil tem condições de se aproveitar plenamente das vantagens propiciadas por sua condição de Nação-Continente, sendo uma das poucas capacitadas a equilibrar uma economia viável com base no mercado interno e chegar muito próximo da auto-suficiência.

Nossa grande vantagem inicial no enfrentamento das consequências da escassez mundial

Fonte Primária	Brasil - %	Mundo - %
Petróleo	33,8	40
Gás natural	3,0	22,5
Carvão mineral e derivados	5	23,3
Nuclear	0,5	6,4
Hidráulica	38,1	7
Biomassa:		0,8
1 - Derivados da cana	9,7	-
2 - Lenha	8,4	-
3 - Outros renováveis	1,5	-
Total	100	100

de petróleo é uma matriz energética privilegiada. Comparem-se os perfis da oferta de energia primária mundial com a brasileira.

A eletricidade é a mais nobre das formas de utilização de energia: é quem ilumina as cidades, aciona os robôs das montadoras, faz funcionar os eletrodomésticos, os telefones, a televisão, os computadores. “Civilização moderna” é sinônimo de “civilização eletrificada”.

No mundo, são usados para produzir eletricidade virtualmente 100% da energia hidráulica, 99% do carvão, 82% do gás e 61% do petróleo. Da parcela de 39% do petróleo que resta para aplicação em outros fins, 95% são usados em transporte.

Menos que 7% da energia primária ofertada no mundo é de origem hidrelétrica.

Mais que 38% da energia primária ofertada no Brasil se origina desta fonte.

Na verdade, o País, com uma capacidade instalada de geração de energia hidrelétrica da ordem de 60.000MW e uma demanda média de 46.000MW, estaria com as suas necessidades de abastecimento de energia elétrica plenamente supridas se não ocorressem as variações sazonais, que estão sendo atendidas no limite pela geração de 6.000MW em usinas térmicas e a importação de 5.000MW adicionais de energia hidrelétrica.

Deste modo, a parcela de energia hidrelétrica chega a 92% do total da oferta de energia elétrica

ca (térmica + hidroelétrica). Outro dado importante é que, no estágio atual, 58% do total de energia ofertada no Brasil já provém de fontes renováveis e 41,8% de fósseis, contra 86% provenientes de fósseis e menos que 1% de biomassa e outras fontes renováveis no mundo.

As reservas nacionais de petróleo comprovadas são da ordem de 13 bilhões de barris que, mantido o atual nível de extração de 1,45 milhão de barris diários (530 milhões por ano), durariam 25 anos. Aumentando-se a extração em 70% (para chegar ao nível da demanda presente), estas reservas se esgotariam em 2020.

O que podemos fazer?

Não é atitude realista supor que, no regime vigorante nesta 5ª República, o presente governo (nem o governo seguinte, nem provavelmente o outro...) possa desenvolver vontade política e capacidade para sequer iniciar o planejamento estratégico necessário diante desta situação, e muito menos dar continuidade executiva aos programas decorrentes, como o fizeram os governos da Revolução de 1964.

Mas em certos momentos cruciais as forças vivas da Nação podem organizar-se e agir de forma mais eficaz que o governo. É preciso que se inicie sem demora o processo de preparação para o enfrentamento dos tempos de turbulência que, deflagrados por crises internas ou externas, são claramente antevistos.

De todas as fontes alternativas de energia, as mais viáveis são o álcool e o biodiesel, ambos com tecnologias relativamente simples e conhecidas. Providências concretas podem ser tomadas para o aumento da participação destas fontes renováveis na matriz energética de modo a alcançar rapidamente o nível de produção equivalente à produção nacional de petróleo.

As providências fundamentais nas áreas da agroindústria, da indústria básica e da economia se apresentam a seguir:

Álcool e biodiesel

Em termos de energia primária, uma tonelada de cana equivale (álcool + bagaço + palhas) a 1,2 barril de petróleo. A safra (2001/2002) de 290 milhões de toneladas equivale assim a 348 milhões de barris de petróleo, que geraria eletricidade excedente a 16.000MW, mais que o triplo de eletricidade importada, gerada de forma descentralizada, minimizando os investimentos em transição.

O biodiesel é formado pela combinação de óleo vegetal (87%) + etanol (12%) + hidróxido de potassa (1%) resultando em 86% de biodiesel (éster etílico) + glicerina (9%) + etanol (4%) + fertilizante (1%).

O método de produção é suficientemente simples para permitir a produção de biodiesel para uso próprio nas fazendas, o que deve ser estimulado. O biodiesel padronizado ASTM D6751 é indistinguível do diesel de petróleo, em suas aplicações. Questões tecnológicas já estão resolvidas para múltiplos insumos (óleo de soja, mamona, ou reciclagem de óleo e gorduras). Deve-se adaptar a melhor solução para nacionalização das usinas. Estimular a pulverização da produção. Usar a legislação estadual e municipal para incentivar o uso de biodiesel localmente fabricado.

Gás natural

Fazer esforços para eliminar os preços artificiais e o tratamento tributário privilegiado que está desviando a utilização do gás para veículos leves e reincentivar o uso generalizado do etanol nestes veículos.

Merce ser estudado o aproveitamento em larga escala das grandes jazidas de gás da Bolívia no projeto de transposição de 3.500m³/seg de água do Rio Madeira para a calha do Rio Grande (São Paulo, Minas, Rio de Janeiro), conforme o conhecido projeto do Engenheiro José

Bacaltchuk, garantindo a irrigação e o abastecimento de água de cinco estados, e geração de 32.000MW de energia hidrelétrica junto aos principais centros de consumo.

Turbinas de água corrente

Desenvolver projetos de utilização de turbinas hidrelétricas de marés adaptadas a captação do grande potencial de energia desperdiçado na correnteza dos rios da Amazônia.

Células solares

A tecnologia de painéis fotovoltaicos, a longo prazo, é a mais promissora para a produção de energia alternativa. Urge estimular a fabricação nacional e providenciar o desenvolvimento de tecnologia própria para a fabricação de diodos fotovoltaicos em larga escala.

Energia solar para aquecimento

Desenvolver ações para substituir a “cultura do chuveiro elétrico” pela do painel solar de aquecimento d’água - a estimativa da ANEEL é que os chuveiros elétricos sejam responsáveis na hora do pico por 20% do consumo de eletricidade e, de modo geral, por 6% de todo o consumo nacional.

Agroindústria

Providências concretas no âmbito governamental e empresarial na busca da autonomia em fertilizantes e defensivos de modo a propiciar a ampliação da área cultivada nacional. Imbricação destas metas com um vasto programa nacional de implantação de ferrovias.

Economia

Avaliar os efeitos de um hipotético colapso do sistema financeiro internacional e a consequente interrupção do acesso às fontes exteriores de crédito.

Preparar o elenco de medidas de emergência a serem adotadas para enfrentar o impacto

da implantação forçada de um modelo de economia virtualmente autônoma, um "Plano B" radical imposto por circunstâncias inelutáveis. Estudar os possíveis efeitos positivos da suspensão dos encargos financeiros externos e da desvinculação da regulamentação financeira e das taxas internas de juros de outras implicações que não sejam as do melhor alavancamento da economia. Estudar os mais adequados mecanismos de emissão de moeda, títulos e papéis internamente negociáveis, para sustentar o funcionamento da economia brasileira.

Preparar o elenco de medidas necessárias para a reorientação da indústria e da oferta de empregos. Estudar os efeitos da mudança de eixo da economia baseada em transporte rodoviário para o ferroviário. Avaliar os problemas da transferência do excesso de parque instalado da indústria automobilística para os transportes de massa e a produção de vagões metroviários e ferroviários de passageiros.

Indústria básica

Providências concretas no âmbito governamental e empresarial visando à retomada dos programas de desenvolvimento da indústria pesada e de construção descontinuados em 1984.

Associações e parcerias com detentores nacionais e internacionais de *know-how* visando à execução de um programa nacional de investimento estratégico para o aumento da produção de aço e ligas especiais, para a expansão e integração de metrovias, ferrovias e hidrovias, para a produção de vagões e locomotivas, implementos agrícolas, tratores, motoniveladoras, *dumpers*, *scrapers*, perfuratrizes, explosivos, veículos militares, embarcações de transporte fluvial de tropas, carros-de-combate, armamento, aviação, indústria naval, navegação fluvial e costeira, usinas de força, motores e geradores, petroquímica, álcoolquímica e, principalmente, fertilizantes.

É fundamental que reconheçamos a iminência, a gravidade e a falta de precedentes para a crise.

Em meio às mazelas decorrentes da recessão mundial que se avizinha, sobreviverá melhor quem melhor puder garantir a produção de alimentos e quem conseguir gerar maior quantidade da nova "moeda energética" que tende a tornar-se a principal unidade de troca, num futuro bem próximo.

Acima de tudo, precisamos estar preparados para cumprir com o mais fundamental dos nossos deveres, que é preservar o patrimônio comum e defender o torrão natal. ☺

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA — Coleção General Benício



A Supremacia Americana e a Alca

Francisco de Assis Grieco

Após apreciar os fatores históricos presentes na formação da sociedade norte-americana, o autor analisa a evolução deste país e sua inserção na política regional e sua política mundial. Estuda os grandes problemas atuais da política exterior dos EUA e sua dificuldade em harmonizar sua vocação pluralista e liberal com as imposições de sua supremacia mundial. É uma obra séria que contém um repertório de informações históricas, diplomáticas e econômicas que irão atualizar e aprofundar os conhecimentos dos leitores sobre o tema.

Terrorismo

TERRORISMO, GLOBALIZAÇÃO E OS EUA

J. O. de Meira Penna*

Preocupa-me cada vez mais, no noticiário disponível, nacional e internacional, a dificuldade de entender exatamente o que está ocorrendo no mundo por força de um fenômeno natural irreversível, a globalização. Resultado espontâneo do crescimento da tecnologia de transporte e comunicação, a globalização, que, no fundo, nada mais é do que a universalização da modernidade, é por muitos apreciada num processo mental que eu definiria como mágico. Há quarenta anos, o ensaísta e jornalista americano William Pfaff já qualificava esse tipo de pensamento de "política da histeria" - *The Politics of Hysteria, the Sources of XXth Century Conflict*. Já ouvi congressistas denunciarem, simultaneamente, a globalização como um mito, o que implicaria sua não-existência empírica, e uma catástrofe, deliberadamente concebida para prejudicar nosso País. Se sofremos do atraso, seria pelas pretensões da ONU, por um conluio de grandes potências (os G-7 por exemplo) ou, mais comumente, por culpa daquela, a maior de todas, descrita como arrogantemente engajada no plano nefando de dominar o mundo. O que me parece óbvio é que a globalização, como todo importante processo histórico, cria condições inéditas que atormentam certas mentes sensíveis, ainda que não necessariamente débeis. Ouve-se falar na "maior crise da história" - frase que apenas extrapola o lugar-comum "a maior crise do Brasil". Velhas de duzentos anos são essas expressões e, vergado sob o peso de muitas décadas de existência, às vezes me divirto, outras vezes, me enfastio com a repetição da tolice. Mas não são tolos os problemas que temos de enfren-

tar, pois as novidades, em toda crise nacional ou internacional, são isso mesmo, invenções inéditas - não preciso da inteligência de Einstein para chegar a essa conclusão.

O terrorismo internacional por meio de assassinos suicidas é um exemplo. Seu ineditismo resulta da circunstância de que, pela primeira vez em nível organizado, a globalização está encontrando uma resistência não apenas ideológica, o que é normal, mas irracional, violenta e de natureza religiosa. O terrorismo é hoje principalmente islâmico. Seria, no entanto, uma aberração dele culpar a grande maioria da população muçulmana do globo. Há milhões de muçulmanos na França, Alemanha, Espanha, Inglaterra e Estados Unidos, e só alguns, sobretudo jovens, se estão aliando, por conveniência tática, a elementos locais tido como "esquerdistas". Ora, não se pode esquecer que, há menos de setenta anos, Mussolini solenemente erguia, na Líbia, a Espada da Jihad, como se dela fosse o campeão, e Himmler, chefe da Gestapo, elogiava o islã por flagrante oportunismo: ajudar o Afrikakorp do Marechal Rommel e obter o apoio árabe para a "solução final" do problema judaico.

Conselheiro para a Segurança Nacional do Presidente Carter, o polônés Zbigniew Brzezinski já escreveu várias obras sobre os problemas que enfrentamos num mundo em apuros. *Totalitarian Dictatorship and Autocracy* (Harvard UP) é de 1956, e *Between Two Ages: America's Role in the Technetronic Era* (Viking), de 1970. Elas lhe fizeram merecer o alto cargo com que foi brindado por Carter - por sinal, um dos mais medianos chefes de Estado que os EUA se permitiram eleger. Mais recentemente, Brzezinski publicou um ensaio sobre o que talvez seja a questão fundamental de nossa idade: *The Choice: Global Domination or Global Leadership* (Basic Books). Na perspectiva do professor polaco, a escolha de

* O autor é embaixador.

dominação ou liderança global seria, obviamente, a que deve fazer a América. Sabemos, contudo, que a resposta decisiva na escolha será dada por nós, cidadãos conscientes de um mundo global. Como servidor de um político do Partido Democrata, Brzezinski não poupa críticas ao atual Presidente Bush. Não esconde, entretanto, que a principal contribuição para a mobilização dos muçulmanos foi feita por Clinton, ao apoiar os afgãos na luta contra a invasão soviética, os bósnios e albaneses contra os comunistas sérvios de Milosevich, sem falar (o que ele não diz) os próprios árabes, fortalecendo Mubarak, no Egito, e permitindo ao Kuwait reconquistar sua independência. Os inimigos dos EUA naturalmente alegam que o próprio Saddam Hussein foi por eles armado na guerra contra o Irã. Certo. Roosevelt também salvou a União Soviética dos invasores nazistas e, nesse sentido, protegeu um bandido, Stalin, mais perigoso e cruel do que Saddam. Na época, todos os defensores da liberdade, inclusive o maior deles, Churchill, aprovaram o recurso emergencial. Roosevelt igualmente sustentou o ditador Getúlio Vargas e financiou Volta Redonda - início de nossa expansão industrial. Há muito que falar sobre essas "escolhas" que nos enchem de perplexidade. Isso é apenas o início de um longo debate, cheio de ambiguidades, complexidades e contradições.

TERRORISMO INTERNACIONAL

*Carlos de Meira Mattos**

Em conferência realizada na Alemanha em 2002, o escritor israelense Amós Oz apresentou as seguintes características do fanático terrorista:

- Só consegue contar até um, não chega ao dois;
- Prefere sentir a pensar;
- Tem incrível fascinação pela morte;

* O autor é General-de-Divisão, historiador e membro emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil - IGHMB.

- Despreza este mundo e prefere trocá-lo pelo céu;
- Não consegue ver as razões alheias;
- Alimenta certezas e convicções;
- É incapaz de fazer acordos ou assumir compromissos;
- Adota uma atitude de superioridade moral;
- Sempre quer mudar o outro, mas não consegue se colocar no lugar do outro;
- Traz um desespero dentro de si;
- Jamais tem senso de humor, mas ironia e sarcasmo.

O fanatismo das seitas radicais islâmicas, agravado por sua interpretação do Livro Sagrado de Maomé, o Alcorão, discrimina a humanidade em fiéis e infiéis e prega a eliminação dos últimos. Presentemente, estamos vivendo a época da irrupção violenta do radicalismo islâmico sob o comando de grupos radicais fanáticos, que conseguiram organizar uma rede de violências que ameaça e surpreende, com atentados mortíferos, os países discriminados como inimigos infiéis.

O terrorismo como forma de eliminação do inimigo e chantagem psicológica existe desde tempos imemoriais. Sempre teve um caráter de violência pessoal ou contra um grupo hostil, inspirado em crenças políticas ou religiosas. O que traz de novo o atual terrorismo é a sua estratégia internacional de ação, capaz de perpetrar atentados no alvo escolhido em qualquer parte do planeta.

Do ponto de vista estratégico, o terrorismo islâmico se apóia em dois objetivos: objetivo permanente - a expansão do islamismo a toda humanidade, dividida em fiéis e infiéis; objetivo atual, proclamado por Bin Laden - "A Guerra Santa, Jihad, é um dever de todos os muçulmanos."

Não há desculpas. Deus (Alá) mandou lutar pela sua causa e pelo seu nome. O norte-americano e seus aliados não terão mais tranquilidade enquanto seu Governo não retirar suas forças da terra sagrada de Maomé e não deixar de apoiar os infiéis de Israel contra os palestinos.

A tática do terrorismo islâmico combina a simultaneidade de dois objetivos: execução de atentados mortíferos e criação de uma permanente sensação de medo na população do país visado. O principal instrumento de ação terrorista é o homem ou mulher suicida. Essa disposição, e até orgulho, de morrer pela causa de Alá constitui-se no fundamental fator de periculosidade da ação terrorista.

O fator homem suicida, empregado em larga escala numa disputa de amplitude estratégica, desequilibrou os fundamentos da guerra, que, até então, baseavam-se em combatentes que lutavam prezando a vida, querendo sobreviver. O fator homem suicida criou o inusitado, o imprevisível, o indefensável, é a arma diabólica do terrorismo.

Os radicais islâmicos estão organizados em seitas clandestinas que praticam sua sanha assassina sem nenhum respeito pela vida humana, tais como a Al-Qaeda, dirigida por Bin Laden, o Hamas, o Hezbollah e outras. A organização terrorista internacional possui, hoje, uma rede semelhante a de uma empresa multinacional, segundo divulgou uma pesquisa da Rand Corporation.

Possui capacidade de dirigir ações e movimentar fundos através de uma rede eletrônica. Tem cerca de sessenta seitas em países diferentes. Mantém um efetivo de 18 mil novos terroristas, candidatos a missões suicidas, recrutados em vários países e submetidos a centros de treinamentos, particularmente na Palestina e na Chechênia.

A pesquisa da Rand Corporation admite que o dirigente da rede internacional seja o próprio Bin Laden, formado em Economia e Administração pela conceituada Universidade Rei Abdul Aziz, da Arábia Saudita, e mais, que fundos não lhe faltam, oriundos de sua própria fortuna e de doações clandestinas que recebe, principalmente, de adeptos da Arábia Saudita.

A tática terrorista traz outro fator perverso, cria a "síndrome do medo". As populações dos governos visados pelas ameaças vivem em clima de desassossego, de inquietação, à espera

de uma agressão indefinida, fugaz. As autoridades são obrigadas a tomar medidas de segurança que provocam prejuízos e aborrecimentos, limitando, particularmente, a liberdade de locomoção. O mais sagrado ideal dos povos democráticos, a liberdade, é constantemente ameaçada pela sensação de medo a que ficam submetidas as populações sujeitas às chantagens do terror.

O principal instrumento de defesa com que contam os Estados Unidos, a Inglaterra e os países de tecnologia mais avançada, ameaçados pelo terrorismo internacional comandado pela rede Al-Qaeda, é desenvolver ao máximo a capacidade de seus serviços de inteligência para detectar os planos de agressão antes que eles sejam executados.

Os serviços de inteligência são uma versão moderna dos antigos serviços de informação, setor importante de qualquer governo. Exige-se da "inteligência" dos governos possuidores de alta tecnologia de telecomunicações - satélites de vigilância e captação de sons e imagens, escuta eletrônica - muito mais do que a simples informação.

O TERRORISMO E A CONVENÇÃO DE GENEBRA

*Jarbas Passarinho**

Na tarde de 11 de setembro de 2001, o Presidente Bush disse a estudantes de uma escola que a "noite cairia sobre um mundo diferente e numa América diferente", em estado de guerra com o terrorismo. De início, o "mundo diferente" a que se referiu, notadamente o mundo livre e civilizado, se solidarizou com os americanos. O prestigioso jornal parisiense *Le Monde*, parodiando John F. Kennedy, há quarenta anos, na crise de Berlim, sitiada pelos soviéticos, trazia a manchete de pri-

*O autor é Coronel da reserva. Foi governador do Pará, senador, ministro da Educação, da Previdência e da Justiça.

meira página: "Somos todos nova-iorquinos." Realista, Francis Fukuyama previu: "A América é agora um país comum como outros, no sentido de ter interesses concretos e vulnerabilidades, antes que pensar em si unilateralmente como capaz de definir a natureza do mundo em que vive."

A solidariedade mundial não arrefeceu quando o Presidente Bush atacou o Afeganistão militarmente para desmantelar os campos privilegiados de treinamento dos terroristas da Al-Qaeda. Destruiu-os, mas não conseguiu aprisionar ou matar Osama bin Laden. Ao estender a ofensiva ao Iraque, interesses vultosos, da Rússia e da França, se opuseram aos Estados Unidos.

Muitas das lágrimas derramadas pelos mortos no atentado que destruiu as torres gêmeas de Nova York eram de crocodilo. Logo, Saddam Hussein deixava de ser o símbolo de um despotismo sanguinário. Seus crimes eram esquecidos, protestos de ativistas de direitos humanos se seguiram em duras críticas à exibição da figura esquálida de Saddam exibida pelos seus captores, ao ser retirado do fundo do poço em que se escondera o facínora. Ressurgiu com todo o ímpeto o antiamericanismo, simbolizado num Bush arrogante. Nada de novo, exceto no grau de intensidade.

Em 1970, participei da *Atlantic Conference*, promovida por senadores americanos, para avaliar como os Estados Unidos eram vistos e julgados pelos países banhados pelo Oceano Atlântico e alguns pelo Pacífico. Entre os debatedores americanos, figurou - já em crescente prestígio intelectual - Samuel Huntington. Afirmou ao plenário que uma forma de os países com assento na conferência crescerem em popularidade nacional era criticar os Estados Unidos. Não discordei do que me parece ser verdade: a animosidade que o *big brother* desperta.

Em *A Obsessão Antiamericana*, Jean-François Revel atribui isso ao "ressentimento dos frassados em sua evolução para a democracia, que, ao invés de procurarem a causa na sua própria

incompetência, têm o hábito de imputar aos Estados Unidos, em particular, e ao Ocidente, em geral, o seu fracasso". Já os americanos adversários do Presidente Bush reconhecem que as fotos dos torturados prejudicaram mais ainda a imagem dos Estados Unidos. Zbignew Brzezinski, em entrevista recente sobre as torturas na prisão de Abu Ghraib, no Iraque, declarou que "em toda a nossa história como nação nunca tiveram tão hostil a opinião mundial contra si". Mas acrescenta: "O que aconteceu em Abu Ghraib é repetido diariamente ao redor do mundo. A diferença é que tais excessos de sadismo geralmente não são expostos pelos regimes que os praticam. O presidente dos Estados Unidos - a quem muito critico - pediu desculpas públicas, e os culpados serão punidos. O mesmo não se poderá dizer da China, da Rússia e outros países, inclusive os árabes."

Ainda que um velho brocado diga que um erro não justifica outro, o ex-conselheiro de Segurança Nacional do Presidente Carter, que desde logo admite o abuso em relação aos direitos e deveres de prisioneiros de guerra, poderia estender-se sobre a tortura, não mais a comum na Antiguidade, mas a contemporânea que prevaleceu no século XX. A Alemanha nazista com a famigerada Gestapo, a tenebrosa KGB e as antecessoras, desde os tempos de Lenin, com a Checa, torturaram a valer. Quanto à França, "a pátria dos direitos do Homem", o livro devastador *La Torture dans la République*, de Pierre Vidal-Naquet, um ensaio histórico, é denúncia chocante e comprovada da tortura como instituição de Estado na guerra da descolonização da Argélia. Um dos mais condecorados militares, o General Massu, ao escrever seu livro *A Batalha de Alger*, fez a apologia da "tortura funcional, que poupa a vida da vítima, mas obtém a informação necessária". Defendeu a violação da Convenção de Genebra na Argélia, argumentando que os combatentes argelinos não eram soldados regulares e que, se fossem presos trajando o uniforme do adversário, já

não teriam a proteção dada ao prisioneiro comum: seriam fuzilados.

O terrorista vítima não combatentes, põe bombas em aviões civis, em trens de passageiros comuns, matando mulheres e crianças também. Argumento diverso não é o dos consultores jurídicos do governo Bush: "A Convenção de Genebra trata da guerra e não de terrorismo. Não é compreensível achar selvageria ameaçar um terrorista preso, usando um cão sem focinheira para

forçá-lo a dar informações vitais e não considerar a perversidade que ele praticou."

Assim como o Tribunal de Nuremberg acabou com o "princípio da obediência devida" como justificativa de violências praticadas por subordinados seguindo ordens de superiores, causando uma revolução no campo jurídico militar, estamos vivendo outra doutrina revolucionária no mesmo campo: devem ou não os terroristas ser protegidos pela Convenção de Genebra? ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



História da Amazônia

Jean Soublin

Jean Soublin é um conhecido romancista e historiador francês com numerosas obras publicadas. Pode ser considerado como um dos melhores brasiliâniastas da França. Trata-se de um relato histórico sem os rigores acadêmicos, o que o torna acessível a todos os tipos de leitores. O autor faz uma rápida descrição das diversas regiões, relata as tentativas de colonização, comenta a expedição de Pedro Teixeira até Quito, descreve as negociações do Tratado de Madri de 1750, cita as lutas contra os franceses da Guiana e os holandeses do Suriname e a ampliação das fronteiras até aproximadamente os limites contemporâneos, entre outros inúmeros fatos até 1980.

Da imprensa

VOZES SOB OS ESCOMBROS

Jorge Baptista Ribeiro*

“Só os tolos aprendem por experiência própria”
(Bismarck, Chanceler alemão)

O dissidente russo premiado com o Nobel de literatura de 1970, Alexander Soljenitzin, cujas obras contêm vigorosas críticas ao regime soviético e a reivindicação à retomada dos valores espirituais da Rússia, destruídos pelos comunistas, exilou-se na Suíça em 1974, lá publicando o seu livro *Arquipélago Gulag*. Nele denunciou a opressão do regime soviético nos campos de trabalhos forçados. Essa obra foi traduzida em várias línguas, tornando-se um dos maiores *best-sellers* mundiais.

Juntamente com outros intelectuais russos, também calejados na luta contra o totalitarismo, Soljenitzin advertia sobre o terror vermelho em uma coletânea de ensaios intitulada *Vozes sob os Escombros*, que nunca foi editada em português. Além de instigantes reflexões sobre o bolchevismo que, a partir da Revolução Russa de 1917, vinha destruindo a alma russa, esses ensaios continham um candente apelo ao mundo ocidental para que refletisse sobre a sua culpabilidade pelo avanço do comunismo nos quatro cantos do mundo, considerando-se que a União Soviética se tornara o pólo irradiador da práxis marxista-leninista mundo afora, para cujas bases doutrinárias muito contribuíram os ocidentais.

Sentindo que todas as suas denúncias e advertências sobre os horrores soviéticos eram palavras que se perdiam nos fluidos ventos da alienação humana, em outro livro, *O Carvalho e o Cer-*

vo

Soljenitzin lamentou que o seu *Arquipélago Gulag* e mais uma infinidade de obras, versando sobre o sofrimento de sua pátria sob o tacão comunista, traduzidas e publicadas em vários idiomas, tivessem como resposta o desprezo de vários povos do Ocidente que continuavam a se deixar intoxicar pelas falácias marxistas.

Convenhamos que esse lamento de Soljenitzin soa como que dizendo às democracias que a falta de uma reação dos seus cidadãos à escalada comunista fortificava os adversários da liberdade e deixava a pista livre para que estes destruíssem os fundamentos da civilização ocidental.

Por oportuno, cabe aqui um parêntese para convidarmos os prezados leitores para um atento passeio na História, a fim de conferirmos que a doutrina marxista foi uma resultante do pensamento ocidental que se afastou das tradições da Cristandade, solapadas pelo humanismo renascentista, pelo racionalismo, pelo subjetivismo filosófico das idéias de Rousseau e Kant e pelo idealismo de Hegel, ao qual se filiavam as concepções do Estado totalitário. Por outro lado, é inegável a grande influência, nas concepções marxistas, dos conceitos dos economistas ingleses David Ricardo e Adam Smith, da sociologia francesa de Saint-Simon e Proudhon que, juntamente com a filosofia alemã de Hegel e Feuerbach, alicerçaram a maior fraude política, econômica e social do século XX.

No *Vozes sob os Escombros*, os ensaístas também mostravam que mesmo possuindo superioridade bélica, o Ocidente vinha sendo, paulatinamente, desarmado moral e espiritualmente pelo credo vermelho, sucumbindo ao mundo totalitário em razão do despreparo de sua gente, principalmente de seus líderes e dirigentes, os quais não estavam intelectual e ideologicamente armados para enfrentar a religião marxista. E, por

* O autor é Coronel de Infantaria e Estado-Maior.

isso mesmo, facilmente deixavam-se contaminar pelo vírus marxista que os impulsionava a tomar decisões contrárias aos melhores interesses de suas nações.

É ainda nos alfarrábios da História que se pode ver o dedo ocidental na implantação do comunismo na Rússia. Desta feita, pela mão do Kaiser alemão Guilherme II que, para libertar o seu país do inimigo na frente oriental, despatchou num trem blindado para a Rússia o revolucionário Lenine, responsável pela revolução de outubro de 1917.

Foram os EUA e a Grã-Bretanha, em Teerã e Yalta, que abriram as portas da Europa Central e Oriental para o bolchevismo lá estender as suas garras e se consolidar, ao permitirem que Stalin anexasse os Estados bálticos (Letônia, Lituânia e Estônia) e o leste da Polônia, apesar das antecipadas advertências de alguns dos seus vitoriosos generais de que, vencido o totalitarismo nazista, era indispesável não esmorecer, combatendo-se, também, o ameaçador totalitarismo comunista. Os conselhos desses zelosos profissionais da guerra não foram ouvidos, prevalecendo a oportunista conveniência política.

Por essas e outras é que faz sentido a conhecida assertiva que diz que o grande estadista, ao tomar decisões, pensa no futuro do seu país, enquanto o político só enxerga adiante do seu nariz as próximas eleições e, se questionado, busca amparo nas nunca bem definidas razões de Estado, para justificar a sua insensatez ou, até mesmo, as suas convicções, *in pectore*.

A propósito de tais convicções, permito-me trazer a respeitável palavra de Friedrich August von Hayek – Prêmio Nobel de Economia em 1974 –, que no seu livro *O Caminho da Servidão* mostrou, à exaustão, como as democracias vão sendo arrastadas, sem perceber, para o totalitarismo que combateram de armas na mão e se espalhou pelas “democracias populares”, em razão das democracias sucumbentes já estarem com o senso comum da sua gente condiciona-

do pelos falsos princípios que, de modo sutil, lhes foram inculcados.

Com o auxílio do *Estudo sobre o Comunismo*, de autoria de John Edgar Hoover, Diretor do Federal Bureau of Investigation (FBI), de 1924 até 1972, abaixo apresento um significativo depoimento, transcrito nessa obra: o de Aleksandr Fiodorovitch Kerenski, que por três meses governou a Rússia logo após a deposição do czar, precedendo a ascensão ao poder dos bolcheviques, liderados por Lenin:

“Não podemos culpar o povo russo por ter caído na armadilha bolchevista, pois, naquele ocasião, o mundo não tinha experiência com as técnicas totalitárias modernas. Mas os milhões de operários, camponeses e intelectuais do Ocidente democrático, a quem oferecem agora a isca, não têm desculpas. Sirva-lhes de grande aviso a terrível experiência sofrida pela minha terra natal.”

A imagem e semelhança das vozes de testemunhas da tragédia russa que emergiram dos escombros da sua terra natal, no Brasil, de uns bons tempos para cá, experientes e insuspeitas vozes nacionais vêm alertando os seus alienados e/ou desinformados concidadãos a respeito da ameaça que paira sobre suas cabeças, isto é: a suítil destruição dos pilares democráticos, realizada de modo insidioso por aqueles que, tradicionalmente, sempre se dedicaram com tenacidade a fomentar a luta de classes – sob as mais diversificadas máscaras –, criando impasses e semeando o ódio fraticida, a fim de esfacelar a coesão social e as instituições vigentes para, em seguida, apresentar o seu modelo como a única alternativa salvadora.

Agindo de modo coerente com a desfaçatez que sempre pautou a sua conduta, mas que poucos se lembram e muitos sequer buscam conhecer, tais malfeiteiros, que ingênuos e despreparados brasileiros ultimamente vêm escolhendo como governantes, estão levando o nosso País para o precipício socialista. Precipício porque, onde foi adotado o socialismo, a igualdade

foi um sofisma, emperrou-se o desenvolvimento, massificou-se a inteligência, obturou-se a capacidade perceptiva e, principalmente, aniquilou-se a liberdade, entendida como a faculdade que cada um deve ter para agir livremente numa sociedade organizada, segundo o dever de não ultrapassar os limites da Lei e das normas da sadia convivência social.

Assim, pelo mesmo motivo que levou Soljennitsin à lamentação, peço vénia para abaixo voltar a citá-lo, conclamando os meus leitores para que em reflexões de *mea culpa* vistam ou não a carapuça, em face do que foi acima exposto e de um excerto de um discurso, que em tradução livre se segue, proferido por esse corajoso russo numa central sindical norte-americana:

“Os senhores têm que entender a natureza do comunismo. Todos os seus ensinamentos são no sentido de que deve ser considerado um tolo todo aquele que não toma o que está à sua frente. Se se pode tomar, não se deve hesitar. Se se pode atacar, que se ataque. Mas se há uma sólida parede, é necessário retroceder. Os comunistas só respeitam a firmeza. Desprezam e riem dos fracos e se enchem de júbilo ante os despreparados. Pela nossa experiência, posso dizer que só com firmeza e o conhecimento das manhas dos comunistas, os senhores poderão enfrentá-los. E a propósito disto, temos muitos exemplos históricos para mostrar. Vejam a pequena Finlândia que em 1938 com suas próprias forças resistiu aos ataques da Rússia. Lembrem-se de que os norte-americanos, em 1949, apoiaram e defendiram Berlim, utilizando apenas firmeza e tenacidade. Na Coréia, em 1950, os norte-americanos resistiram aos comunistas. Também em 1962, os Estados Unidos, com inabalável firmeza, obrigaram os soviéticos a retirarem seus mísseis de Cuba. E não houve conflito mundial. Nós os dissidentes na União Soviética não temos armas, nem organização. Temos as mãos vazias, mas temos um coração que nos permitiu a firmeza com que defendemos os nossos direitos de cidadãos

livres. Só graças a essa tenacidade de espírito é que resistimos. Se eu estou aqui diante dos senhores, não é graças à *deténte*, nem à boa vontade dos comunistas, mas por causa da minha própria firmeza e do apoio tenaz que os senhores me têm proporcionado. Os comunistas sabiam que eu não cederia e, quando nada mais podiam fazer, retrocederam. Isto me foi ensinado pelas dificuldades que encontrei, na minha vivência com eles. Não quero citar muitos nomes porque, quando resolvemos uma questão com dois ou três nomes, significa que esquecemos outros e que os traímos. Por isso usarei números. Existem dezenas de milhares de prisioneiros políticos na Rússia e de acordo com os cálculos de especialistas, sete mil pessoas estão em asilos de loucos sob confinamento obrigatório. Mas vamos usar Vladimir Bukovski como exemplo. Disseram-lhe: Vai embora, vai para o Ocidente e cala a boca. E este jovem, à beira da morte, respondeu: – Não, não irei. Escrevi sobre as pessoas que vocês internaram em asilos de loucos. Se elas forem libertadas eu irei para o Ocidente.

É isso que quero definir como firmeza de espírito, para fazer frente aos tanques.”

*(Transcrito da página eletrônica de
Mídia sem Máscara.)*

TAMBÉM NÃO EXISTIRÁ UM “BRASIL PROFUNDO”? SÓ O TEMPO DIRÁ

*Bertrand de Orleans e Bragança**

Cessado o frenesi que tomou conta de parte da mídia mundial a propósito das eleições presidenciais norte-americanas, constatou-se que muitos órgãos de informação e institutos de pesquisa, alimentados por seu *wishfull thinking* a respeito da verdade do Senador John Kerry, tinham

* O autor é tetranceto do Imperador Pedro I.

falhado redondamente na avaliação da realidade político-social americana, traduzida na “inesperada” e incontestável vitória de George W. Bush.

Saltou aos olhos de todos a realidade. Foi então que se “descobriu” a existência de uma “América profunda”, de uma vasta onda de conservadorismo que, bem ao contrário do mito marxista, dava mais importância às idéias, aos valores morais e religiosos do que aos temas econômicos e financeiros.

Esse fenômeno não é novo. Em minhas viagens aos Estados Unidos tenho podido acompanhar de perto a evolução dessa tendência, que começou a se esboçar há mais de duas décadas.

Trata-se de uma modificação profunda que se vai operando em amplos e importantes setores da nação norte-americana, no sentido de fazer com que os ambientes, os costumes, o próprio *american way of life* voltem a se conformar com princípios e padrões ditos antiquados.

A evolução permissivista e extravagante das modas, dos hábitos e dos costumes, largamente inculcada por jornais, revistas, rádios, televisão e cinema, oprimia esse filão e o colocava como marginal na sociedade. Entretanto, essa América profunda mostrou estar amplamente enraizada e revelou uma tonificação admirável dos valores familiares. A derrota do casamento homossexual nos 11 plebiscitos estaduais foi disso um exemplo incontestável. O que se soma à valorização crescente da castidade e do casamento entre os jovens, bem como à oposição ao aborto.

Viu-se igualmente que, em contraste com o espírito acomodatício e entreguista, o americano médio não se deixa intimidar pela agressão externa e está disposto a enfrentar com firmeza riscos e incertezas. Enfim, temos a impressão de assistir a uma insurreição do público contra a ditadura do politicamente correto. A América profunda mostrou que hoje não é atrasado quem defende os valores da tradição, da família e da propriedade. Atrasados são aqueles que, embaídos por utopias fracassadas, negam-se a ver a realidade e igno-

ram a imensa rotação que se vai produzindo em importantes setores de uma nação que exerce papel decisivo no mundo e é presentemente o grande baluarte do Ocidente cristão.

Pergunto-me se as esquerdas brasileiras, de todos os matizes e condições - partidárias, eclesiásticas, intelectuais ou outras -, estão aptas a compreender esse fenômeno. Tenho a impressão de que o curso da História, conduzido pela mão de Deus, vai mudando, o mundo vai se transformando, mas elas permanecem insensivelmente estáticas. Não existirá também um “Brasil profundo”? Um Brasil que fica à margem da mídia e dos projetores da publicidade, mas cuja existência nem por isso deixa de ser real?

As recentes eleições municipais constituíram, a meu ver, uma grande lição para esses mercadores de ilusões, que parecem sempre imaginar a opinião pública brasileira como uma imensa massa a caminhar inelutavelmente para a esquerda. Afinal, não foi esse Brasil profundo, habitualmente pacato e até indolente, que se manifestou, sobretudo nas derrotas que infligiu?

Enquanto refletia sobre esses temas, vieram-me à lembrança os embates político-ideológicos travados no país, na década de 1980, a propósito da Constituinte. Na contramão da História, nossos legisladores dedicavam-se a preparar um texto constitucional de forte cunho esquerdistas e socializante.

Com a sabedoria e a penetração de espírito que lhe eram peculiares, Plínio Corrêa de Oliveira advertia então, em seu livro *Projeto de Constituição Angustia o País*, acerca desse Brasil profundo que nossos políticos pareciam ignorar. Um Brasil marcadamente majoritário, em contraste com um Brasil de superfície, cosmopolitizado e afinado com as últimas modas, indumentárias, ideológicas ou outras:

“À medida que o Brasil de superfície caminhe para a extrema esquerda, irá se distanciando mais e mais do Brasil de profundidade. E este último irá despertando, em cada região, do velho letargo. E de futuro os que atuarem na vida

pública de nosso país terão de tomar isso em consideração. E, em vez de olharem tão preponderantemente para o Brasil cosmopolitizado que se agita, terão de olhar para o Brasil conservador que constitui parte da população dos grandes centros e se patenteia mais numeroso na medida em que a atenção do observador desce das grandes cidades para as médias, das médias para as pequenas e destas últimas, já meio imersas no campo, para nossas populações especificamente rurais."

Prestarão, por fim, atenção a esse "Brasil profundo" os homens que têm em mãos a política de nosso País? Só o tempo dirá.

DUAS LIÇÕES

*Raymundo Negrão Torres**

Raros são os exemplos de governantes capazes de conviver com críticas acerbas. Nos idos de 1964, em plena "ditadura", ofensas como as que hoje incomodam nossos governantes existiam, apesar de serem tempos de alardeado autoritarismo. Alguns auxiliares, incomodados com as contundentes críticas do jornalista Carlos Heitor Cony - um dos pretensos "perseguidos da ditadura" que há pouco passou a receber uma pensão de mais de dezenove mil reais à custa do esfolado contribuinte brasileiro -, resolveram propor a suspensão dos direitos políticos do escriba do *Correio da Manhã*. A proposta não foi acolhida, como se depreende do despacho que o Presidente Castello Branco fez questão de registrar de próprio punho, ao mandar arquivá-la em 11 de junho de 1964:

"Não vejo razão para cassar-lhe os direitos. É, às vezes, insolente e quase sempre mentiroso. Tem atacado desabridamente o Ministro da Guerra e enuncia idéias desrespeitosas às Forças Armadas. Contra mim, formula insultos: o Presidente é um 'pau-mandado' nas mãos de seus subordina-

dos. Em vez de retirar-lhe os direitos políticos, o que muito o valorizaria, prefiro deixá-lo com seus artigos. A Revolução sairá ganhando."

Pena que a lição do Presidente não tenha feito escola, e tantas figuras inexpressivas e inofensivas hoje ostentem como galardão o fato de terem sido "vítimas da ditadura"; muitas passaram a receber, como o acima citado e ainda militante jornalista, polpudas pensões pelas bravatas. O Carlos Heitor Cony continuou em sua coluna cativa diária, insolente quando se refere aos militares e exibindo como medalhas as vezes em que diz ter estado preso. Um mês depois do despacho acima, reuniu em um livro - *O Ato e o Fato* - suas crônicas publicadas no jornal do qual era empregado e o lançou em concorrida noite de autógrafos. A isso chamavam de "terror cultural".

Quando, há muitos anos, o General Góis Monteiro disse que a Imprensa era a "5ª Arma", estava reconhecendo o poder dos veículos de comunicação, àquele tempo limitados ao rádio, aos livros, jornais e revistas. O que diria hoje, em face dos múltiplos, variados e poderosos meios de comunicação e da Internet que cobrem, instantaneamente, o Brasil de ponta a ponta?

Mas, essa força poderosa, capaz de ensinar, educar, instruir, esclarecer, informar, orientar e formar a opinião pública, poderá transformar-se em nocivo elemento de deseducação e desinformação, se utilizar o seu poder sem um agudo senso de responsabilidade e de amor à verdade. Uma imprensa livre, mas veraz e responsável, é essencial à sobrevivência, à consolidação e ao aperfeiçoamento do regime democrático. Mas nada será mais antidemocrático do que o sensacionalismo irresponsável, onde a ânsia do "furo" e a busca frenética da notícia de impacto sobrepujarem o respeito à dignidade alheia, deixarem de lado a ética profissional e desprezarem o elementar princípio que diz que qualquer cidadão é inocente até que se prove sua culpa. Alguns fatos recentes nos fazem relembrar uma velha estória que o saudoso Professor Melo e Souza - que assinava seus escritos

* O autor é General-de-Divisão.

como Malba Tahan – contou em um de seus interessantes livros e que é de permanente atualidade.

Certo homem foi queixar-se ao vizir de sua cidade que havia sido difamado por um desafeto. Trazido à presença do magistrado, o acusado, não podendo provar o que espalhara, comprometeu-se a desfazer o malfeito, retratando-se publicamente do que dissera. O vizir ouviu-o pacientemente e declarou-se disposto a perdoá-lo. Mas estabeleceu uma condição e, sem nada dizer, mandou que lhe trouxessem um saco cheio de plumas e, acompanhado pelos dois homens, subiu ao alto de um minarete. Lá em cima, ordenou ao difamador que soltasse ao vento todas as plumas, que logo se espalharam em todas as direções. Em seguida sentenciou:

– Eu te perdoarei quando me trouxeres de volta todas essas plumas.

– Impossível! – exclamou o acusado.

– Da mesma forma, também é impossível recolheres todas as palavras das difamações que fizeste – concluiu o sábio vizir.

A quantos de nós serviria essa “carapuça”? Quantos de nossos órgãos jornalísticos aproveitariam a velha e sábia lição do vizir? Como conciliar a liberdade com a responsabilidade? Como promover a responsabilidade dos caluniadores sem “vizires” íntegros, sábios e justos? Com leis e conselhos?

Há muitos anos já escrevera Pandiá Calógeras que temos o vezo de acreditar que com leis se corrigem falhas morais, o que explica muita coisa.

CONHECER A HISTÓRIA NÃO É REVANCHISMO

*Agnaldo Del Nero Augusto**

O título em epígrafe é o do editorial da revista *Isto É*, de 3 de novembro de 2004. Ele contém uma afirmação que, aparentemente, só aos beóciós seria dado discordar. Na verdade, faz uso de uma

técnica sutil, muito utilizada na guerra psico-política. Ao concordar com a afirmação, o leitor desavisado é induzido a acreditar no conteúdo a que se refere.

Mas, infelizmente, hoje, seria necessário indagar: mas que história? Porque “*mais do que nunca a história é atualmente revista ou inventada por gente que não deseja o passado real, mas somente um passado que sirva a seus objetivos. Estamos hoje na grande época da mitologia da história*”. Uma história revista ou inventada para atender as conveniências de pessoas, de grupos ou de ideologias – e os adjetivos empregados nesse conceito dizem tudo – é na verdade, uma grande mentira.

De há muito tenho essa visão, porque esse conceito se adapta perfeitamente à história que vem sendo construída em relação a um período crucial da vida de nosso País, as décadas de 1960 e 1970 do recém-fundo século XX. Mas quem sou eu para emitir semelhante conceito sobre a história? Ocorre que ele é de ninguém menos que do consagrado historiador marxista e militante comunista Eric John E. Hobsbawm. O que ouso afirmar é que, paradoxalmente, esse famoso escritor admite implicitamente a mentira, quando esta beneficia a “causa”, comunista, naturalmente. Ele e um grupo de escritores ingleses reuniam-se numa espécie de clube para difundir a ideologia comunista e propagar e justificar as ações soviéticas, fossem quais fossem. Nesse mister, o mentiroso era objeto de admiração eterna. Conclui-se de suas próprias escritas que em defesa da causa, eles não se envergonham, mentem escancaradamente.

E os nossos historiadores comunistas serão diferentes dos ingleses? No que diz respeito à história, a omissão é uma forma de mentir. Num artigo, como este, entre centenas de distorções e omissões só posso citar um exemplo. Prestes foi duas vezes a Moscou: a primeira, em novembro

* O autor é General-de-Divisão e autor do livro *A Grande Mentira* – BIBLIEX Editora – 2001.

de 1961, em busca da aquiescência e do apoio para sua tentativa de tomada do poder em nosso País e implantação de um regime totalitário à semelhança do soviético; a segunda, no início de 1964, para informar sobre o resultado do trabalho que o partido havia realizado nos últimos dois anos, estando pronto para buscar o objetivo acertado na primeira visita e obter a ratificação do aval soviético. O que dizem a respeito nossos "historiadores"? Elio Gaspari, após 18 anos de pesquisa, para não passar em branco, toca apenas na segunda ida de Prestes. Mas o faz como se Prestes tivesse ido a Moscou apenas para almoçar com Kruschev e, de passagem, ao estilo de seu mestre Ibraim Sued, tivesse lhe relatado algumas novidades do País. Uma farsa que, sem o relato da primeira visita e o real motivo da segunda, fica totalmente sem sentido. Nem mesmo Jacob Gorender, o mais fidedigno desses escritores, ao que sei, toca no assunto. Como militantes do PCB não deviam desconhecer essas viagens do chefe e seus motivos.

Para outro historiador, igualmente reconhecido internacionalmente, a história hoje é apenas um discurso. Prescinde de provas ou evidências. Esta é a concepção de teorias pós-modernistas, expostas por Carlo Ginzburg em seu livro *Relações de Força* recentemente lançado no Brasil. Diz este historiador italiano: "Sem entrar nas distorções do discurso ideológico que, deliberadamente, deturpa a história, a historiografia moderna, assim como a retórica, se propõe unicamente a convencer e o seu fim é a eficácia, não a verdade." Diante do exposto, o título correto da reportagem de que estamos tratando deveria ser: CONHECER A VERDADE NÃO É REVANCHISMO.

Esse editorial faz uma outra afirmação: "A tão clamada transparência ainda é a mais sábia receita para que os fatos deixem de ser versões e finalmente se transformem em história." Concordamos com a primeira parte dessa proposição e a ela voltaremos, mas, desculpe-me o Sr. diretor de redação, os fatos não são versões, os fatos são fatos. O que ocorre, e é diferente, é que

os fatos não contêm em si mesmos a verdade. Verdadeira ou falsa é a percepção que deles temos ou queremos lhes atribuir; é isso que permite que se chegue a versões verdadeiras, falsas ou distorcidas dos mesmos. E é valendo-se dessa licença que as esquerdas radicais têm construído uma história ideologicamente deturpada, desse período perturbado da vida de nosso País.

Passemos à parte da proposição que trata da transparência. O vocábulo inicia-se com o prefixo Trans, que significa "através de". A transparência deve permitir uma visão clara de todos os lados dos objetos, até porque a verdade consiste na perfeita conformidade entre a inteligência (o sujeito) e o objeto (fatos ou situações). A transparência é condição essencial para obter-se essa conformidade e se chegar à verdade e tem que ser por inteiro. No próprio editorial, que se refere à guerrilha do Araguaia, essa visão não é clara. Diz quase no seu final: "Como e onde morreram dezenas de jovens no começo da década de 70". O leitor ou leitora desatenta seria levado a raciocinar como jovens inocentes e poderia até exclamar: Poxa, por que a morte de tantos jovens? Está aí o fato transparente, que permite uma visão por inteiro da situação, uma versão adequada do ocorrido? Como se trata de um fato histórico é preciso que seja completo e não pela metade. Por isso, essa frase para conter a reclamada transparência no meu entender deveria ser: *onde morreram dezenas de jovens, a maioria dos quais treinados em técnicas de guerrilha na China comunista e que pretendiam implantar, pela força, um regime totalitário em nosso País*.

A meia-verdade não permite o conhecimento da História. Propicia a sua deturpação. É, sim, uma forma de revanchismo.

Em destaque dessa reportagem, assinado por Inês Garçoni, com o título *Mistério da ditadura*, essa senhora inicia dizendo: "No período mais sangrento da ditadura, com o País sob o comando do General Emílio Garrastazu Médici (1969-74), surgiram as guerrilhas urbanas e rurais mais intensas." Não fosse a ressalva mais intensa, diria que a

frase contém uma mentira. Com ela, digo que há um equívoco. No mínimo, não está clara. As guerrilhas não surgiram nesse período, nem eram as mais intensas. Todas elas surgiram antes de 1968. Em 1973, a guerrilha urbana estava no seu plano descendente. Algumas organizações subversivas dela participantes estavam quase desarticuladas, tanto é que o que restava do PC do B nas cidades pouco apoio pode dar à sua pretendida guerrilha rural, deixando os "jovens" que havia empurrado para aquela aventura "ao deus-dará". Em 1974, todas elas estavam derrotadas, na cidade e no campo. Pode ser que as datas pretendessem apenas balizar o período de governo do General Médici, um presidente que não cassou ninguém, não fechou o Congresso, não criou senador biônico e teve a coragem de ir ao Maracanã em jogo de futebol, sendo aplaudido de pé. Isto é um martírio para a esquerda radical, aquela que, ao diálogo, preferiu a luta armada para impor a vontade de um grupelho à maioria da população e que durante seu governo foi dizimada; por isso Médici deve ser execrado.

Mas isto é história. Não importa que não agrada a, ou ex-marxistas-leninistas, stalinistas, trotskistas, castristas etc., ocasionalmente no poder ou fora dele. Isto é história que nenhuma autoridade pode apagar, como Stalim apagava das fotografias os seus opositores. A meia verdade, a história ideologicamente deturpada pode sim constituir-se em revanchismo. A propósito da relação entre revanchismo e história lembramos que o Revanchismo é tão velho quanto a história, como se pode constatar num de seus primeiros textos: *A História da Guerra do Peloponeso*, de Tucídides. Nele, o autor incluiu um diálogo entre atenienses e melios. Dionísio de Holicarnasso contestou a validade desse diálogo, por considerá-lo inviável e por supor que Tucídides estivesse escrevendo movido por ressentimentos contra a cidade que o exilara. Ora, isto ocorre até hoje, entre os banidos e até mais entre os que se auto-proclamam "exilados". Aqueles que instigaram a

luta dos "jovens" e na hora da refrega simplesmente fugiram para confortáveis "exílios" e que se fazem passar por "sofredores exilados", por heróis da "resistência democrática", tirando projeto financeiro e/ou político eleitoral dessa mentira. O revanchismo é fruto do ressentimento, da frustração, quando não do ódio dos perdedores. O interessante é que nenhum deles se auto-exilou em Cuba, cujo regime tinham como modelo a ser implantado no nosso País. Para lá só foram, e de passagem, os banidos. Alguns foram temporariamente para o Chile ou Portugal, quando sob governos da mesma esquerda radical. Mas os que podiam, a maioria, foi mesmo para Paris.

(Transcrito do portal *A Continência*,
www.acontinencia.com)

O SUBMARINO NUCLEAR

*Luís Nassif**

Se amanhã, por uma razão qualquer, algum país ou, mais provável, alguma organização criminosa quiser fazer chantagem ou retaliar o País, não teria a menor dificuldade. Bastaria um submarino ou avião para bombardear as plataformas marítimas do país. O abastecimento entraria em colapso e não se teria nada para a defesa da costa.

Por esse motivo, a maioria dos países (especialmente os com costas extensas) está se preparando militarmente em três áreas:

1. Aviões de caça múltiplos, incluindo com capacidade para carregar ogivas nucleares.
2. Mísseis cada vez mais inteligentes para missões específicas.
3. Submarinos movidos a propulsão nuclear.

Com satélites vasculhando o mundo, o lugar mais seguro é o fundo do mar. O meio aquoso é intransponível para ondas de radares e mes-

* O autor é jornalista

mo para satélites. Tanto assim que a localização de submarinos se dá através do sonar, mesmo assim a, no máximo, um quilômetro de distância.

O submarino convencional tem o inconveniente de não poder processar muito o ar. É obrigado a vir à superfície a cada três dias. O Brasil possui submarinos convencionais de setecentas a novecentas toneladas. A próxima geração será de 1.200 toneladas. Mas já estão sendo fabricados submarinos de três mil toneladas.

Se movido à propulsão nuclear, o submarino pode ficar três anos submerso. Mesmo os Estados Unidos, com todo seu poderio militar, pouco poderia fazer se um submarino nuclear de outro país fosse localizado a duzentos metros da costa. Por isso mesmo, o submarino nuclear é considerado a arma de amanhã, capaz de igualar os riscos dos países.

Os EUA já possuem submarino nuclear desde a década de 1960. O Brasil já possui o reator, desenvolvido pela Marinha. Como é grande, falta ser miniaturizado. Mas aí é mera questão de investimento.

O desafio é o casco. O nuclear vem envolto em dois cascos que não se tocam, para não transmitir vibrações que possam ser captadas pelos sonares. O desenvolvimento de 12 deles sairia por

algo entre US\$ 6 bilhões e US\$ 10 bilhões. Na década de 1990, o Brasil chegou a fechar um acordo com a Alemanha, por meio da Ferrostaal, controladora dos estaleiros HDW. O estaleiro tinha como acionistas siderúrgicas alemãs que, em crise, acabaram vendendo o controle para um fundo de pensão norte-americano que, nos últimos tempos, colocou o estaleiro à venda. Hoje ele está na mira da França e da Alemanha para fundir sua capacidade de fabricação de submarinos.

Na outra ponta, os norte-americanos fecharam um acordo com estaleiros espanhóis para a fabricação de submarinos, utilizando recheio eletrônico da Lockheed. Na Espanha, o setor passou por um processo de unificação que lhe deu bom poder de fogo.

O grande desafio brasileiro será conseguir alguém que passe ao país a tecnologia de fabricação do pré-nuclear. No primeiro semestre deste ano, Marinha e governo devem decidir qual a tecnologia da nova série de submarinos a ser adquirido. Tomara que se tenha um pouco mais de eficiência e rapidez do que nessa novela sem fim dos caças FX da FAB.

(Transcrito da Folha de S. Paulo pela Resenha
On-line do CComSEx de 05.01.2005)

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



Os Franceses no Rio de Janeiro

Augusto Tasso Fragoso

Os Franceses no Rio de Janeiro, livro publicado postumamente, é um trabalho meticoloso e metódico, entretanto em sua leitura percebemos ser obra incompleta e inacabada. Em abril de 1965, Antônio Souza Junior procurou completar o trabalho sem deturpação de seus motivos e fundamentos históricos, bem como sem alterações sensíveis em sua contextura literária. O autor de *Os Franceses no Rio de Janeiro* foi quem primeiro desbravou o assunto entre nós. O aspecto militar das invasões com a técnica e o detalhe de uma análise é um trabalho pioneiro.

impressão

Sempre uma alternativa viável,
dimensionada às suas necessidades.



SERMOGRAF
artes gráficas e editora ltda.

Ligue e comprove a diferença.

(24) 2237-3769



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço
dos ideais, dos valores e das
necessidades da cultura
militar brasileira.